

# Entre Habitação e Cidade

Lisboa, os projectos de promoção pública: 1910 | 2010

**Filipa Viegas Serpa dos Santos**

Tese especialmente elaborada para a  
obtenção do grau de doutor em Urbanismo

Documento definitivo

Orientador Doutor João Pedro de Abreu Costa

Co-orientador Doutor Joaquín Sabaté-Bel

## Constituição do Júri

Presidente Doutor Carlos Francisco Lucas Dias Coelho,  
Professor Catedrático,  
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa;

Vogais Doctora Isabel Castiñeira Palou,  
Professora Titular Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori,  
Escola Tècnica Superior d'Arquitectura del Vallès, Universitat  
Politécnica de Catalunya;

Doutor Francisco David Carvalho da Silva Dias,  
Professor Associado Jubilado,  
Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Pedro Conceição Silva George,  
Professor Associado,  
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa;

Doutor João Pedro Teixeira de Abreu Costa,  
Professor Auxiliar com Agregação,  
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa;

Doutora Teresa Marquito Marat-Mendes,  
Professora Auxiliar,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.



# Entre Habitação e Cidade

Lisboa, os projectos de promoção pública: 1910 | 2010

Filipa Viegas Serpa dos Santos

Tese especialmente elaborada para a  
obtenção do grau de doutor em **Urbanismo**

Documento definitivo

Orientador Doutor João Pedro de Abreu Costa

Co-orientador Doutor Joaquín Sabaté-Bel

## Constituição do Júri

Presidente Doutor Carlos Francisco Lucas Dias Coelho,  
Professor Catedrático,  
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa;

Vogais Doctora Isabel Castiñeira Palou,  
Professora Titular Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori,  
Escola Tècnica Superior d'Arquitectura del Vallès, Universitat  
Politécnica de Catalunya;

Doutor Francisco David Carvalho da Silva Dias,  
Professor Associado Jubilado,  
Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Pedro Conceição Silva George,  
Professor Associado,  
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa;

Doutor João Pedro Teixeira de Abreu Costa,  
Professor Auxiliar com Agregação,  
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa;

Doutora Teresa Marquito Marat-Mendes,  
Professora Auxiliar,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.



A autora escreve ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

## Resumo

### Entre Habitação e Cidade

Lisboa, os projectos de promoção pública: 1910|2010

A cidade é essencialmente constituída por matéria residencial. Esta função, sendo a mais comum face ao protagonismo do espaço público, é a que constitui o tecido conjuntivo do urbano. A esta leitura, junta-se a questão habitacional cuja problemática marca o século XX. Estes factores contribuem para a definição do objecto de estudo - os projectos urbanos, de cariz habitacional de promoção pública, desenvolvidos entre 1910 e 2010, em Lisboa.

A investigação, de natureza analítica e interpretativa, sustenta-se num processo comparativo para o estudo morfológico do projecto urbano habitacional de promoção pública, propondo-se: identificar padrões morfológicos na produção habitacional de promoção pública e analisar o papel destes projectos na construção da cidade.

Através da leitura da realidade e das suas invariantes, propõe-se a construção de uma cronologia e de um quadro tipológico assente no cruzamento de factores de ordem supra-estrutural, de abordagens de análise ao nível da estrutura da cidade assim como de uma leitura morfológica dos conjuntos edificados que, articulados com a análise de uma tábua diacrónica, constroem o argumento desta obra.

O desenho de uma classificação permite ainda, a reflexão acerca da capacidade destes projectos para o *fazer cidade* e não apenas de resolver uma carência habitacional.

### Palavras-chave

Lisboa | Habitação Social | Morfologia Urbana | Forma Urbana





## **Abstract**

### **Between Housing and City**

Lisbon, public promotion : 1910 | 2010

The City urban tissue consists mainly of residential area, the function, which being the most common and extended over the protagonist role of public space, is what constitutes the connective tissue of the city. This fact linked with the housing crisis that crossed the twentieth century, defines the object of analyses – public housing projects, developed between 1910 and 2010, in Lisbon.

An analytical and interpretative research sustains a comparative process for the morphological study of urban housing project of public promotion and aims to: identify morphological patterns in public housing production and analyze the role of these projects in the city construction.

The research proposes the construction of a chronology and a typological framework throughout the analyses of reality and its invariants. The research is based on supra-structural factors, the analysis of the city structure as well as a morphological study of the built material. That, articulated with the analysis of a diachronic designed scheme, builds the argument of this work.

The design of a classification also allows a reflection on the ability of these projects to make city instead of just solving a housing shortage.

## **Keywords**

Lisbon | Housing | Urban Morphology | Urban Form



**Às minhas filhotas,**

Gabriela

e

Francisca (que está para chegar)



## Agradecimentos

Apesar da natureza relativamente solitária deste trabalho, ele não poderia realizar-se sem um conjunto de pessoas que, de uma ou outra forma, contribuíram para a sua concretização e às quais não posso deixar de agradecer.

Em primeiro lugar aos meus orientadores João Pedro Costa e Joaquín Sabaté agradeço a disponibilidade, o incentivo, a orientação e ensinamentos e, mais ainda, a amizade e confiança demonstradas; muito obrigada.

A algumas das minhas amigas e fortes mulheres - à minha Pri, à Manuela e à Alessia, pelo exemplo de gestão entre vida pessoal e investigação, pelo apoio e incentivo constantes. À Manuela mais ainda pelas leituras atentas.

À Lurdes pela reflexão sempre positiva e apoio decisivo!

Ao meu Professor João Guterres pela amizade e delicadeza com que me empurrou para a academia e para a investigação.

Aos Professores Carlos Dias Coelho e Pedro George pelo apoio e confiança constantes, ao Professor Leonel Fadigas pela insistência e ao Professor Moreira da Silva pela atenção.

Aos colegas e amigos Sérgio Fernandes, Sérgio Proença e João Rafael, pela cumplicidade e partilha do percurso.

Agradeço às "minhas meninas" Mónica, Madalena, Joana, Maria e Vera e ao Pedro, a ajuda com alguns desenhos.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia, à Faculdade de Arquitectura e à Câmara Municipal de Lisboa, por apoiarem este trabalho.

Fora da Escola, agradeço ainda aos meus amigos. Pela amizade e compreensão; por às vezes perguntarem *quando?* e outras vezes não perguntarem nada.

Ao meu irmão pela presença, força e apoio discreto; à minha Mãe e ao meu Pai pelas ajudas preciosas, cada um à sua maneira.

Finalmente, ao Fernando pelo exemplo, disponibilidade e tolerância deste tempo tão longo; por estar sempre ao meu lado e tornar tudo mais simples. Vida nova sem doutoramentos!



## Índice





iii	Resumo / Palavras chave
v	Abstract / Keywords
ix	Agradecimentos
xi	Índice
xv	Índice Geral
xxi	Índice de Figuras
xlvi	Índice de Tabelas
liii	Índice de Acrónimos

## 1 Introdução

19-100	<b>PARTE 1</b>	<b>O objecto de estudo</b>
21	<b>Capítulo 1</b>	OBJECTO TEÓRICO - a construção de Cidade e de Lisboa
59	<b>Capítulo 2</b>	OBJECTO FÍSICO - os projectos urbanos habitacionais de promoção pública na construção da cidade de Lisboa
101-294	<b>PARTE 2</b>	<b>A construção de um argumento</b>
103	<b>Capítulo 3</b>	CONTEXTO E PROGRAMA POLÍTICO - determinantes supra-estruturais
159	<b>Capítulo 4</b>	A RELAÇÃO COM A CIDADE - uma questão estrutural
209	<b>Capítulo 5</b>	FORMA URBANA - o desenho do projecto urbano habitacional
295-426	<b>PARTE 3</b>	<b>Uma proposta de classificação</b>
297	<b>Capítulo 6</b>	OS TIPOS DO PROJECTO URBANO HABITACIONAL DE PROMOÇÃO PÚBLICA EM LISBOA
397	<b>Capítulo 7</b>	O PROJECTO HABITACIONAL DE PROMOÇÃO PÚBLICA - fazer habitação versus fazer cidade
419	<b>Considerações Finais</b>	
427	<b>Bibliografia</b>	
	<b>Anexo</b>	ATLAS (em construção) dos projectos urbanos habitacionais de promoção pública da cidade de Lisboa: 1910 2010



## **Índice Geral**



iii	Resumo / Palavras chave
v	Abstract / Keywords
ix	Agradecimentos
xi	Índice
xv	Índice Geral
xxi	Índice de Figuras
xlvi	Índice de Tabelas
liii	Índice de Acrónimos

1	<b>Introdução</b>	O tecido habitacional como base da construção da cidade
		0.1   Objectivo e Hipótese
		0.2   Metodologia e Estrutura

19-100	<b>PARTE 1</b>	<b>O objecto de estudo</b>
21	<b>Capítulo 1</b>	<b>OBJECTO TEÓRICO - a construção de <i>Cidade e de Lisboa</i></b>
23		1.1   Acerca das formas do <i>fazer cidade</i>
35		1.2   Lisboa – Políticas, programas e projectos habitacionais
59	<b>Capítulo 2</b>	<b>OBJECTO FÍSICO - os projectos urbanos habitacionais de promoção pública na construção da cidade de Lisboa</b>
61		2.1   O Tempo e o Espaço: 100 anos em Lisboa
		Acerca do espaço...
		Acerca do tempo...
		Acerca do objecto...
70		2.2   Casos de estudo
		Identificação, localização e dimensionamento

101-294	<b>PARTE 2</b>	<b>A construção de um argumento</b>
103	<b>Capítulo 3</b>	<b>CONTEXTO E PROGRAMA POLÍTICO - determinantes supra-estruturais</b>
105		3.1   Causas e consequências da crise habitacional
113		3.2   O processo urbano associado ao quadro legal dominante <ul style="list-style-type: none"><li>3.2.1   A 1ª República como base legal de um projecto habitacional mais vasto</li><li>3.2.2   Os programas habitacionais do Estado Novo<ul style="list-style-type: none"><li>Um tempo de transição: 1926 1933</li><li>A força de uma imagem: 1933 1945</li><li>A assunção do problema e a abertura a novas formas: 1945 1971</li><li>Outras formas de promover habitação: 1971 1974</li></ul></li><li>3.2.3   Os programas habitacionais da Democracia<ul style="list-style-type: none"><li>Uma rápida passagem pela participação popular: 1974 1976</li><li>Os programas de emergência: 1987 2012</li><li>Um ano de grandes projectos: 1998</li></ul></li></ul>
155		3.3   O balanço de um percurso
159	<b>Capítulo 4</b>	<b>A RELAÇÃO COM A CIDADE - uma questão estrutural</b>
161		4.1   A questão habitacional pública nos planos urbanísticos da cidade <ul style="list-style-type: none"><li>Plano Geral de Melhoramentos de Lisboa (PGML), 1904</li><li>Plano Director de Urbanização (PDUL), 1938-48</li><li>Plano Director de Urbanização de Lisboa (PDUL), 1959</li><li>Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lisboa (PGUCL), 1967-77</li><li>Plano Estratégico de Lisboa (PEL), 1992</li><li>Plano Director Municipal (PDM), 1994</li><li>Plano Director Municipal, 2012</li></ul>
177		4.2   O discurso da localização e o papel da topografia <ul style="list-style-type: none"><li>4.2.1   Tipificação da distribuição territorial<ul style="list-style-type: none"><li>A Serra de Monsanto</li><li>As linhas de vale</li><li>A coroa limite da cidade</li><li>O eixo de expansão norte</li><li>A área oriental da cidade</li><li>O centro histórico</li></ul></li><li>4.2.2   Da relação com a cidade consolidada no tempo<ul style="list-style-type: none"><li>A desagregação face à cidade</li><li>Os projectos de expansão</li><li>Os casos da consolidação</li></ul></li></ul>
199		4.3   A relação com as infraestruturas <ul style="list-style-type: none"><li>4.3.1   O desenvolvimento dos sistemas de mobilidade na cidade e a sua abrangência espaço-temporal</li></ul>

<b>209</b>	<b>Capítulo 5</b>	<b>FORMA URBANA - o desenho do projecto urbano habitacional</b>
<b>211</b>		5.1   O relevo como determinante projectual
<b>223</b>		5.2   Cidade Pública <ul style="list-style-type: none"> <li>O eixo da composição e a composição dos eixos</li> <li>Da Igreja ao Centro Comercial</li> <li>Do Verde Cenário ao Verde Estrutura e o peso de uma ausência</li> <li>A Rua, da composição à circulação</li> <li>A Praça, um percurso desde o Largo à Rotunda</li> </ul>
<b>279</b>		5.3   Cidade Privada <ul style="list-style-type: none"> <li>O culto da casa de família e o problema das famílias sem casa</li> <li>Do quarteirão ao quarteirão</li> </ul>
<b>295-426</b>	<b>PARTE 3</b>	<b>Uma proposta de classificação</b>
<b>297</b>	<b>Capítulo 6</b>	<b>OS TIPOS DO PROJECTO URBANO HABITACIONAL DE PROMOÇÃO PÚBLICA EM LISBOA – uma proposta de classificação</b>
<b>299</b>		6.1   O tempo dos padrões que modelam a cidade
<b>329</b>		6.2   Da leitura do real à dedução do <i>Tipo</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>O Projecto Ideia: Uma ideia de cidade por etapa</li> <li>O Projecto Mínimo: Uma tendência para a redução da (área de) intervenção</li> <li>O Projecto Aldeia: Um arranque em modo de retorno</li> <li>O Projecto Pioneiro: As experiencias inaugurais da habitação pública</li> <li>O Projecto de Emergência: A experimentação e a massificação do provisório</li> <li>O Projecto da Ausência: O peso da ausência</li> <li>O Projecto Bairro: Uma intenção estruturadora</li> <li>Em síntese:</li> <li>Os projectos habitacionais de promoção pública na Lisboa do século XX</li> </ul>
<b>397</b>	<b>Capítulo 7</b>	<b>O PROJECTO HABITACIONAL DE PROMOÇÃO PÚBLICA - fazer habitação versus fazer cidade</b>
<b>419</b>	<b>Considerações Finais</b>	
<b>427</b>	<b>Bibliografia</b>	
	<b>Anexo</b>	<b>ATLAS (em construção) dos projectos urbanos habitacionais de promoção pública da cidade de Lisboa: 1910   2010</b>





## **Índice de Figuras**

Nota: as figuras estão numeradas em função do capítulo em que se inserem, fazendo-lhe referência no primeiro número, seguindo depois uma numeração sequencial.

## Introdução

### fig. 0.1 | p.5

Barracas em Lisboa em 1938. in: PORTUGAL, EDUARDO (1938). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “*Bairro das Minhocas no Rego*”, PT/AMLSB/EDP/001514.

### fig. 0.2 | p.5

Barracas em Lisboa na década de 50. in: BENOLIEL, JUDAH (195-). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “*Barracas junto à avenida do Brasil*”, PT/AMLSB/JBN/004701.

## PARTE 1 O objecto de estudo

### Capítulo 1 OBJECTO TEÓRICO - a construção de Cidade e de Lisboa

#### fig. 1.01 | p.30

Esquema teórico de PUE em Les formes del creixement urbà. In: SOLÀ-MORALES, MANUEL DE (1993), Les formes de creixement urbà (Barcelona: Edicions UPC) 237, p.23.

#### fig. 1.02 | p.31

Esquema teórico dos elementos constitutivos do tecido urbano – vias|parcelas|edificações, recorrendo a um excerto da cidade do Cairo. In: PANERAI, PHILIPPE (2006), *Análise Urbana* (coleção arquitectura e urbanismo; Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.80).

#### fig. 1.03 | p.36

Projecto das Avenidas Novas, Lisboa (1897). in: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego, “*Planta de parte da cidade baixa e Avenida da Liberdade com os projectos das zonas do parque da Liberdade, da avenida das Picoas ao Campo Grande, ruas adjacentes e bairro Camões*”. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/506.

#### fig. 1.04 | p.37

Projecto das Avenidas Novas, Lisboa. “(...) com indicação das ruas concluídas em Agosto de 1906, na zona de Picoas, Avenida da República e Avenida Cinco de Outubro (...)” In: SANTOS, HENRIQUE S. (1906). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego, “*Planta da avenida da Liberdade ao Campo Grande*”. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01926.

#### fig. 1.05 | p.39

Vila operária em Lisboa. in: FERRARI, AMADEU (--). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “*Vila operária*”, PT/AMLSB/FER/008104.

#### fig. 1.06 | p.39

Vila Dias em Lisboa. in: LIMA, ALBERTO C (início séc.XX). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “*Vila Dias*”, PT/AMLSB/LIM/000884.

#### fig. 1.07 | p.39

Entrada na Vila Ramos em Lisboa. in: GOULART, ARTUR (1966). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “*Vila Ramos*”, PT/AMLSB/AJG/S02834.

#### fig. 1.08 | p.40

Bairro do Arco do Cego. in: GOULART, JOÃO (1970). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “*Moradias no Bairro Social do Arco do Cego*”, PT/AMLSB/JHG/S04091.

#### fig. 1.09 | p.40

Bairro do Arco do Cego. in: GOULART, JOÃO (1970). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “*Bairro do Arco do Cego*”, PT/AMLSB/JHG/S04108.

**fig. 1.10| p.40**

Bairro da Ajuda à Boa-Hora. in: GOULART, ARTUR (–). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “Bairro da Ajuda à Boa-Hora”, PT/AMLSB/AJG/I02943.

**fig. 1.11| p.43**

“Façam-se Casas Portuguesas em Portugal”. In: – (1939), ‘Façam-se casas portuguesas em Portugal’, A Arquitectura Portuguesa, 46, 9.

**fig. 1.12| p.43**

“Moradia em estilo tradicional português” da autoria de Cassiano Branco. In: BRANCO, CASSIANO (1939), ‘Moradia em estilo tradicional português’, Arquitectura Portuguesa, 48, 20.

**fig. 1.13| p.44**

“Cronologia e gráfico da evolução do Regime (negro) e dos seus Modelos (fino)”. In: PEREIRA, NUNO TEOTÓNIO e FERNANDES, JOSÉ MANUEL (1981), ‘A Arquitectura do Fascismo em Portugal’, Arquitectura: planeamento, design, construção, equipamento, ano III, 4ª série, nº142, 38-49.

**fig. 1.14| p.47**

Liceu D. Filipa de Lencastre, inserido no projecto de promoção pública do Bairro do Arco do Cego, com projecto de 1932, de Jorge Segurado e António Varela. in: FERNANDES, SALVADOR A (1958). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “Liceu Dona Filipa de Lencastre”, PT/AMLSB/SAL/I00055.

**fig. 1.15| p.47**

Bairro do Alvito – panorâmica. in: – (1947). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “Fotografia aérea sobre o bairro Salazar, actual bairro do Alvito” PT/AMLSB/FDM/002136.

**fig. 1.16| p.48**

Bairro do Alvito – habitação com cobertura plana. in: PORTUGAL, EDUARDO (1938). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “Bairro Oliveira Salazar, atual bairro do Alvito” PT/AMLSB/POR/052572.

**fig. 1.17| p.48**

Bairro do Alvito com edifício público de inspiração modernista e edifícios habitacionais com a cobertura alterada. in: CUNHA, FERREIRA (1938). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “Escola Primária, edifício de 1938, arquitecto Paulino Montez” PT/AMLSB/FEC/000124.

**fig. 1.18| p.49**

Habitação unifamiliar geminada, demonstração do estilo Português Suave, no Bairro da Encarnação. in: FERNANDES, SALVADOR A (1946). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “Bairro social da Encarnação, construído entre 1940 e 1946”, PT/AMLSB/SAL/I00077.

**fig. 1.19| p.49**

Habitação unifamiliar em banda, demonstração do estilo Português Suave, no Bairro das Terras do Forno. in: PINTO, KURT (194-). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “Bairro económico de Belém”, PT/AMLSB/KPI/000068.

**fig. 1.20| p.56**

Quadro teórico de análise dedicado ao debate acerca das políticas habitacionais para Lisboa segundo autores de referência. Elaboração da autora.

## Capítulo 2 OBJECTO FÍSICO - os projectos urbanos habitacionais de promoção pública na construção da cidade de Lisboa

### fig. 2.01 | p.61

Esquema representativo do universo espaço-temporal em análise. Elaboração da autora.

### fig. 2.02 | p.62

Planta da Cidade de Lisboa, datada de 1947 em que estão identificados os distintos limites da cidade de Lisboa, remetendo a 1885 a definição dos limites actuais. In: SILVA, AUGUSTO VIEIRA (1950), *Plantas Topográficas de Lisboa* (publicações comemorativas do VIII centenários da tomada de Lisboa aos Mouros; Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa), p.14.

### fig. 2.03 | p.65

Extratos do Diário do Governo de 1918, onde se definem as primeiras medidas no sentido de promover a construção de habitação para as populações trabalhadoras. In: PRESIDENCIADOMINISTÉRIO (1918), 'Casas Económicas', Decreto n.º 4137 de 25 de Abril (Diário do Governo: Imprensa Nacional de Lisboa).

### fig. 2.04 | p.65

Logotipo do Programa Local de Habitação de Lisboa, aprovado em 2010. In: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/index.htm?no=1020001>

### fig. 2.05 | p.65

Logotipo do site Re-Habitar Lisboa. "O "site" Re-Habitar Lisboa pretende publicitar o parque imobiliário do domínio privado municipal disponível para comercialização através da sua colocação numa "bolsa dinâmica" de imóveis, com vista à sua colocação no mercado privado para efeitos de venda, arrendamento e exploração que serão afectos a vários programas." In: <http://rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt/quem-somos.html>.

### fig. 2.06 | p.66

Reconstituição do traçado da cidade de Lisboa com base na carta de 1904 | 1911. esc. 1/100 000. Elaboração da autora.

### fig. 2.07 | p.66

Lisboa 1910. in: BENOLIEL, JOSHUA (1910). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "A proclamação da República, o povo em frente à Câmara Municipal", PT/AMLSB/JBN/000440.

### fig. 2.08 | p.66

Lisboa 1910. in: BENOLIEL, JOSHUA (1910). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "A revolução republicana, o povo em frente à Câmara Municipal aclama a proclamação da República", PT/AMLSB/JBN/000442.

### fig. 2.09 | p.67

Reconstituição do traçado da cidade de Lisboa em 2009.

Desenho do traçado da cidade com base na cartografia digital de 2009, cedido pelo projecto de investigação Forma Urbis Lab.. esc. 1/100 000.

### fig. 2.10 | p.67

Lisboa 2010. "Cerimónia comemorativa do centenário da República". in: <http://protocolar.blogspot.pt/2010/10/as-cerimonias-comemorativas-do.html>. (2010).

### fig. 2.11 | p.67

Lisboa 2010. "Cerimónia comemorativa do centenário da República". in: <http://protocolar.blogspot.pt/2010/10/as-cerimonias-comemorativas-do.html>. (2010).

**fig. 2.12 | p.69**

Distribuição dos núcleos habitacionais abrangidos pelo estudo, na área da cidade. esc. 1/100 000. Elaboração da autora.

**fig. 2.13 | p.72**

Identificação de alguns casos de estudo, cuja identificação reporta às estruturas de propriedade pré-existent. Fotografias da autora.

**fig. 2.14 | p.72**

Localização dos topónimos de "Alto de" ou "Vale de" identificados na topografia da cidade de Lisboa. esc. 1/150 000. Elaboração da autora.

**fig. 2.15 | p.73**

Localização dos topónimos de "Alto de" ou "Vale de" sobrepostos à topografia que lhes dá origem. esc. 1/25 000. Elaboração da autora.

**fig. 2.16 | p.76**

Distribuição de todos os núcleos habitacionais de promoção pública em análise. esc. 1/70 000. Elaboração da autora.

**fig. 2.17 | p.92**

Gráfico de relação entre a área de intervenção dos casos de estudo e a sua progressão diacrónica. Elaboração da autora.

**fig. 2.18 | p.94**

Projecto de 1759, do Bairro das Águas Livres, actualmente designado Bairro das Amoreiras. In: ROSSA, WALTER (1998), *Além da Baixa - Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista* (Arte e Património; Lisboa: Ministério da Cultura - Instituto Português do Património Arquitectónico), p.118.

**fig. 2.19 | p.95**

Esquema de estrutura do projecto das Avenidas Novas apresentado por José Manuel Fernandes. In: FERNANDES, JOSÉ MANUEL (1989), 'Alguns apontamentos sobre urbanismo alfacinha', in SILVA, RAQUEL HENRIQUES DA (ed.), *Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian), 42-56, p.54.

**fig. 2.20 | p.95**

Planta da ampliação do Bairro de Campo de Ourique (1906). in: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego.PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01202.

**fig. 2.21 | p.96**

Identificação da zona homogénea das Avenidas Novas e análise relativa ao seu dimensionamento e dos seus quarteirões. Elaboração da autora.

**fig. 2.22 | p.97**

Identificação das zonas homogéneas de Campo de Ourique, Baixa, Bairro Alto, Alfama, Bairro das Colónias e Bairro das Amoreiras e análise relativa ao seu dimensionamento e dos seus quarteirões. Elaboração da autora.

## **PARTE 2      A construção de um argumento**

### **Capítulo 3      CONTEXTO E PROGRAMA POLÍTICO - determinantes supra-estruturais**

**fig. 3.01 | 109**

Diário de Lisboa, 4 de Julho 1969, pp.5. Notícia acerca da gravidade das carências habitacionais em Lisboa por altura do Colóquio sobre Política de Habitação. In: BANDEIRINHA, JOSÉ ANTÓNIO (2013), 'Construir uma política de habitação num contexto adverso. O colóquio de 1969.', in PORTAS, NUNO (ed.), Habitação para o maior número. Portugal os anos de 1950-1980 (Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa), 63-78, p.70.

**fig. 3.02 | p.115**

Bairro do Arco do Cego. Fotografia da autora.

**fig. 3.03 | p.115**

Bairro da Ajuda à Boa-Hora. Fotografia da autora.

**fig. 3.04 | p.115**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto n.º4137 de 25 de Abril de 1918. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 3.05 | p.118**

Bairro Presidente Carmona. In: FERNANDES, Augusto (1967). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Bairro Municipal Presidente Carmona", PT/AMLSB/AJF/S02032.

**fig. 3.06 | p.118**

Projectos promovidos no, denominado, período de transição 1926 | 1933. Elaboração da autora.

**fig. 3.07 | p.118**

Bairro da Serafina. In: ALVÃO, Domingos (ant.1945). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Casas Económicas", PT/AMLSB/ALV/I00113.

**fig. 3.08 | p.118**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto n.º16 055 de 22 de Outubro de 1928. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 3.10 | p.122**

Bairro das Terras do Forno. Fotografia da autora.

**fig. 3.11 | p.122**

Bairro de Caselas. In: FERNANDES, Salvador de Almeida (195-). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Bairro das Casas Económicas de Caselas", PT/AMLSB/SAL/I00076.

**fig. 3.12 | p.123**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto n.º23 052 de 23 de Setembro de 1933. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 3.13 | p.125**

Bairro da Boavista- casas já demolidas. In: ALVÃO, Domingos (c.1940). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Casas Económicas e rua principal", PT/AMLSB/ALV/I00119.

**fig. 3.14 | p.125**

Bairro Padre Cruz - casas já demolidas. In: SERÔDIO, Armando (1959). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Bairro Padre Cruz", PT/AMLSB/ SER/I00327.

**fig. 3.15 | p.125**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto n.º28 912 de 12 de Agosto de 1938. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.



**fig. 3.16| p.125**

Vista aérea do Bairro da Encarnação e as suas "casas de família", uma proposta de consolidação. In: <http://www.bing.com/maps>.

**fig. 3.17| p.125**

Bairro das Furnas e as suas "casas de família" em versão provisória. In: CML (1993), Evocar Duarte Pacheco no cinquentenário da sua morte:1943-1993 (Lisboa) 121, p.59.

**fig. 3.18| p.128**

Bairro da Quinta do Jacinto. In: FERNANDES, Salvador de Almeida (c.1957). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Casas para famílias pobres", PT/AMLSB/SAL/S00037.

**fig. 3.19| p.128**

Bairro do Charquinho. In: SERÔDIO, Armando (1964). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Visita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e da vereação às obras municipais em curso nas casas da quinta do Charquinho, em Benfica", PT/AMLSB/SER/S03149.

**fig. 3.20| p.128**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º34 486 de 6 de Abril de 1945. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 3.21| p.129**

Bairro do Caramão da Ajuda. In: PINTO, Kurt (194-). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Bairro do Caramão da Ajuda", PT/AMLSB/KPI/000019.

**fig. 3.22| p.129**

Bairro de Alvalade. In: SERÔDIO, Armando (1956). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Bairro de Alvalade, visita da vereação e de jornalistas, às casas de renda económica da Célula VI", PT/AMLSB/SER/S00773.

**fig. 3.23| p.130**

Projectos promovidos ao abrigo da Lei n.º2007 de 7 de Maio de 1945. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 3.24| p.132**

Planta da cidade com indicação das zonas reservadas à construção de habitação social, para cumprimento do D.L. 42 454. In: CML/GTH (1967), 'Alguns Aspectos do Problema da Habitação na Cidade de Lisboa', Boletim gth n.º13, 2, 179-201, p.192.

**fig. 3.25| p.133**

Olivais Norte. In: FIGUEIREDO, Vasco Gouveia (1967). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Planta 14169, Ruas Capitão Santiago de Carvalho e Sargento Armando Monteiro Ferreira", PT/AMLSB/VGF/S01189.

**fig. 3.26| p.133**

Chelas. In: GOULART, João (1968). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Zona J de Chelas", PT/AMLSB/JHG/S02166.

**fig. 3.27| p.133**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º42 454 de 18 de Agosto de 1959. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 3.25| p.135**

Bairro da Musgueira Sul. In: FIGUEIREDO, Vasco Gouveia (1969). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Casas", PT/AMLSB/VGF/S01442.

**fig. 3.26 | p.135**

Bairro Dois de Maio. Fotografia da autora.

**fig. 3.27 | p.136**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º42 454 de 18 de Agosto de 1959, fora do âmbito territorial estrito do diploma. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 3.28 | p.137**

Bairro da Boavista e as soluções unifamiliares. In: SERÔDIO, Armando (1975). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Bairro da Boavista", PT/AMLSB/SER/S08210.

**fig. 3.29 | p.137**

Bairro do Grilo e as soluções da "casa de vários fogos". Fotografia da autora.

**fig. 3.30 | p.137**

Bairro da Quinta do Ourives e as soluções assumidamente colectivas. Fotografia da autora.

**fig. 3.31 | p.138**

Alto do Restelo, primeira intervenção da EPUL, ainda em contexto de Ditadura. Fotografia da autora.

**fig. 3.32 | p.138**

Martim Moniz, última intervenção da EPUL, em contexto de Democracia. In: MANSO, MIGUEL (2014), 'Obras da EPUL no Martim Moniz novamente paradas', (<http://www.publico.pt/local/noticia/obras-da-epul-no-martim-moniz-novamente-paradas-1633227>: Jornal Público).

**fig. 3.33 | p.139**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º613/71 de 28 de Dezembro de 1971, que define a EPUL. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 3.34 | p.145**

Projecto SAAL na Curraleira. Fotografia da autora.

**fig. 3.35 | p.145**

Projecto SAAL na Curraleira. In: TEAM, SAAL CURRALEIRA (1984), 'Desining Curraleira', in HATCH, C. RICHARD (ed.), The Scope of Social Architecture (Volume 1; New York: Van Nostrand Reinhold Company Inc), 265-269.

**fig. 3.36 | p.145**

Projecto SAAL de Manuel Vicente para a Quinta do Bacalhau/Monte Côxo. In: <https://www.google.com/maps>.

**Fig.3.37 | p.145**

Projecto SAAL no bairro D. Leonor In: <https://www.google.com/maps>.

**fig. 3.38 | p.145**

Projectos promovidos ao abrigo do Despacho Conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, de 6 de Agosto, que define o SAAL. esc.1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 3.39 | p.147**

Projecto PIMP no bairro Padre Cruz. In: <http://bairropadrecruz.blogspot.pt/2010/10/bairro-padre-cruz-do-passado-ao.html>

**fig. 3.40| p.147**

Projecto PIMP da Horta Nova. In: <http://www.jf-carnide.pt/>

**fig. 3.41| p.147**

Projecto PIMP no Casal dos Machados. Fotografia da autora.

**fig. 3.42| p.147**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º226/87 de 6 de Junho, que define o PIMP. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 3.43| p.150**

Projecto PER no Alto do Chapeleiro, representativo de uma operação pontual. In: <https://www.google.com/maps>.

**fig. 3.44| p.150**

Projecto PER na Ameixoeira, representativo de uma operação de grande escala. Foto: 65803814. In: <http://www.panoramio.com>

**fig. 3.45| p.150**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º163/93 de 7 de Maio, que define o PER. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 3.46| p.152**

Projecto PER no Alta de Lisboa. Foto: 65802559. In: <http://www.panoramio.com>

**fig. 3.47| p.152**

Projecto PER no Alta de Lisboa. Foto: 65802604. In: <http://www.panoramio.com>

**fig. 3.48| p.152**

Projectos promovidos ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/98 de 27 de Outubro, que define o PUAL. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

## Capítulo 4 A RELAÇÃO COM A CIDADE - uma questão estrutural

**fig. 4.01| p.162**

Plano Geral de Melhoramentos de Lisboa desenhado a vermelho sobre a planta da cidade. In: GARCIA, Frederico Ressano (1903). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego, "Planta geral da cidade de Lisboa: minuta indicando a divisão e numeração das folhas da planta de Lisboa", PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/393.

**fig. 4.02| p.163**

Lotes de terreno das Avenidas Novas colocados para venda. - (1905-06). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego,, "Lotes de terreno das Avenidas Novas", PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01449.

**fig. 4.03| p.166**

Plano Director de Urbanização de Lisboa, 1948. In: JORGE CARVALHO MESQUITA, COORD. (1952), Master Plan for Lisbon (Lisboa: CML).

**fig. 4.04| p.166**

Master Plan for the city of Lisbon. In: JORGE CARVALHO MESQUITA, COORD. (1952), Master Plan for Lisbon (Lisboa: CML).

**fig. 4.05| p.167**

Plano Director de Urbanização de Lisboa. In: JORGE CARVALHO MESQUITA, COORD. (1952), Master Plan for Lisbon (Lisboa: CML).

**fig. 4.06 | p.167**

Bairro do Alvito (1937), imagem alusiva à ideia de protecção do Estado. Um dos casos de estudo, de concretização anterior ao PDUL, que se vê plasmado no conjunto dos bairros económicos no plano de 1938-48. In: - (1934), 'A Assistência Social', <http://doportoenaoso.blogspot.pt> (Portugal 1934: Secretariado da Propaganda Nacional).

Transcrição da legenda "A ASSISTÊNCIA SOCIAL pela protecção à família, tem, nos novos bairros para operários e para funcionários, uma obra de profundo alcance. O lar do pobre merece ao Estado um cuidado constante e, as dezenas de bairros deste tipo, elevam o nível de vida das populações menos dotadas."

**fig. 4.07 | p.167**

Bairro da Quinta da Calçada (1938). - (1939). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Bairro da Quinta da Calçada", PT/AMLSB/JDN/S01107.

**fig. 4.08 | p.168**

Projecto do Bairro de Alvalade, onde se colocam em evidência questões de ordem estrutural, nomeadamente as redes de transportes e equipamentos públicos, reflexo de uma visão mais integrada da promoção pública de habitação.

"Plano de Urbanização da zona a sul da Avenida Alferes Malheiro. Esquema de localização dos espaços livres, edifícios públicos e transportes colectivos." in: COSTA, JOÃO GUILHERME FARIA DA (1945). Arquivo Municipal de Lisboa - núcleo do Arco do Cego, "Plano de Urbanização da zona a sul da Avenida Alferes Malheiro", PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0545.

**fig. 4.09 | p.169**

Quinta das Mouras, inserido na "Malha de Telheiras – estudo de urbanização da célula 4". In: FRANCO, JOSÉ DE LIMA, et al. (1960). Arquivo Municipal de Lisboa - núcleo do Arco do Cego, "Estudo da urbanização da célula 4 da malha de Telheiras", PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/257/01.

**fig. 4.10 | p.170**

Plano Regional que abre o segundo volume do Plano de 1967, dedicado ao "Esquema de estrutura e regulamentação". MEYER-HEINE, GEORGES (1967), Plano Director de Lisboa, 2 vols. (Lisboa: CML).

**fig. 4.11 | p.172**

Plano de Telheiras desenvolvido pela OTAM em 1970. "Zone d' Habitation de Telheiras: Dossier de Plan Masse" in: INTERLAND, OTAM / (1970), 'Zone d' Habitation de Telheiras: Dossier de Plan Masse ', (Lisboa: CML).

**fig. 4.12 | p.172**

Plano de Pormenor de Telheiras Sul, desenvolvido pelo Arq. Pedro Vieira de Almeida e Arq. Augusto Pita, em 1973-74, ao serviço da EPUL."Planta resumo de categorias" in: ALMEIDA, PEDRO VIEIRA DE e PITA, AUGUSTO (1973-74), 'Plano de Pormenor de Telheiras Sul', (Lisboa: EPUL/CML).

**fig. 4.13 | p.174**

Planta de Classificação do Espaço Urbano - Plano Director Municipal de Lisboa, 1994.

**fig. 4.14 | p.179**

Planta topográfica da cidade de Lisboa e envolvente imediata, destacando-se os elementos naturais e urbanos que se revelam estruturantes na configuração urbana da cidade e, em concreto na distribuição dos casos de estudo. esc: 1 | 100 000. Elaboração da autora.

**fig. 4.15| p.179**

Representação da distribuição de todos os projectos habitacionais de promoção pública no contexto dos marcos topográficos e urbanos identificados. esc: 1 | 100 000. Elaboração da autora.

**fig. 4.16| p.181**

Distribuição territorial - casos de estudo edificados em relação directa com a serra de Monsanto. esc: 1 | 50 000. Elaboração da autora.

**fig. 4.17| p.183**

Distribuição territorial - casos de estudo edificados em relação directa com as linhas de vale da cidade. esc: 1 | 50 000. Elaboração da autora.

**fig. 4.18| p.185**

Distribuição territorial - casos de estudo edificados em relação directa com a coroa limite da cidade. esc: 1 | 75 000. Elaboração da autora.

**fig. 4.19| p.186**

Distribuição territorial - casos de estudo edificados em relação directa com os eixos de expansão norte da cidade e tecidos urbanos justapostos. esc: 1 | 50 000 Elaboração da autora.

**fig. 4.20| p.188**

Distribuição territorial - casos de estudo edificados em relação directa com a zona industrial a oriente da cidade. esc: 1 | 50 000. Elaboração da autora.

**fig. 4.21| p.189**

Distribuição territorial - casos de estudo edificados no centro histórico da cidade. esc: 1 | 25 000. Elaboração da autora.

**fig. 4.22| p.195**

A relação dos casos de estudo com a cidade consolidada. Evolução do traçado da cidade, estabilizando distintos momentos do desenvolvimento urbano, com identificação dos casos de estudo definidos como: - de adição por justaposição com efeito de expansão e de consolidação; - de adição por desagregação; - de sobreposição por substituição; conforme legenda. Os traçados de sobreposição por substituição, sobre os traçados originais em situação de desagregação. esc: 1 | 100 000. Elaboração da autora.

**fig. 4.23| p.198**

Esquemas de relação entre cidade consolidada e casos de estudo. - Traçado de Adição por Justaposição com efeito expansão - Traçado de Adição por Justaposição com efeito consolidação - Traçado de Adição por Desagregação com referencia também a um traçado de sobreposição por substituição. Elaboração da autora.

**fig. 4.24| p.200**

Jacinthos. In: BENOLIEL, Joshua (1912). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Carro do Chora durante a greve dos eléctricos", PT/AMLSB/JBN/000701.

**fig. 4.25| p.200**

Chora. In: BENOLIEL, Joshua (1912). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Carro do Chora durante a greve dos eléctricos", PT/AMLSB/JBN/003533.

**fig. 4.26| p.200**

Carros Americanos. In: - (-). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Carros Americanos", PT/AMLSB/POR/050839.

**fig. 4.27 | p.203**

Distribuição da ferrovia (a vermelho) em 1900 e da linha de eléctrico (a traço interrompido) em 1907 sobre o traçado da cidade em 1910. A imagem permite contextualizar o início da promoção pública de habitação. esc: 1 | 100 000. Elaboração da autora.

**fig. 4.28 | p.203**

Distribuição da ferrovia (a vermelho) e da linha de eléctrico (a roxo) sobre o traçado da cidade em 1950, período da sua maior abrangência. esc: 1 | 100 000. Elaboração da autora.

**fig. 4.29 | p.204**

Redes de infraestruturas férreas e projectos habitacionais de promoção pública construídos até 1945, um ano depois da entrada em funcionamento da rede de autocarros. esc: 1 | 100 000. Elaboração da autora.

**fig. 4.30 | p.204**

Redes de infraestruturas férreas (comboio, eléctrico e metro) na actualidade e projectos habitacionais de promoção pública construídos depois de 1945, portanto depois da implementação da rede de autocarros.. esc: 1 | 100 000. Elaboração da autora.

## Capítulo 5      FORMA URBANA - o desenho do projecto urbano habitacional

**fig. 5.01 - 5.02 | p.212**

Exemplos de duas das muitas toponímias que fazem alusão às características topográficas da cidade.

**fig. 5.03 | p.212**

"As Escadinhas de Lisboa", da autoria de Manuel Martinho, publicada em 1947 no jornal O Século Ilustrado.

**fig. 5.04 | p.212**

"O Elevador da Glória", que percorre a Calçada da Glória e liga a cota da Praça dos Restauradores ao Jardim, miradouro, de São Pedro de Alcântara. In: <http://lisboaeventos.pt/place/elevador-da-gloria-6/>

**fig. 5.05 | p.212**

As escadinhas que conformam "A Rua da Mãe de Água" e promovem a ligação mais directa entre a cota da Av. da Liberdade ao Príncipe Real. In: ALVMAR (2008), 'Rua da Mãe D'Água, Lisboa', (www.flickr.com).

**fig. 5.06 | p.213**

Traçado de Alfama, com topografia e perfis do bairro histórico. Retirado de um artigo publicado em 1964 no boletim do gth, a propósito do planeamento da zona oriental da cidade, intitulado "Estudos de ocupação de encosta na cidade de Lisboa", desenvolvido pelos arquitectos Alves Mendes e Francisco Silva Dias. In: MENDES, ALVES e DIAS, SILVA (1964), 'Estudos de ocupação de encosta na cidade de Lisboa', boletim gth n.º2, 1, 80-84.

**fig. 5.07 – 5.08 | p.216**

O anfiteatro urbano - Bairro do Alvito, 1937. esc. 1/10 000. Elaboração da autora.

**fig. 5.09 – 5.10 | p.217**

O anfiteatro urbano - Bairro da Madre de Deus, 1942. esc. 1/10 000. Elaboração da autora.

**fig. 5.11 | p.218**

Planta do Bairro da Madre de Deus. (1968). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego “Plano do novo agrupamento de casas económicas à Madre de Deus”, PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU/10/082/01.

**fig. 5.12 | p.218**

Fotografia aérea do Bairro da Madre de Deus (1950-70). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico “Fotografia aérea”, PT/AMLSB/FER/006778.

**fig. 5.13 – 5.17 | p.219**

Bairro da Encarnação. A forma urbana procura outros sistemas de adaptação ao território, mantendo, neste caso, rigorosamente, a forma preconizada e ao mesmo tempo respeitando a natureza do locus. A partir de uma solução que releva total simetria em planta, materializam-se duas soluções: a solução em avenida e a solução em escadaria. Imagens: [www.google.pt/maps](http://www.google.pt/maps)

**fig. 5.18 | p.220**

Planta do Bairro de Caselas. In: Gabinete de Estudos Olisiponenses -, Palácio do Beau Séjour.

**fig. 5.19 | p.220**

Planta do Bairro de Caselas (1954-59). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego “Estudo do bairro económico de Caselas”, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/082/02.

**fig. 5.20 | p.221**

O comboio edificado, o caso do conjunto da Av. de Ceuta, 1998-2001. esc. 1/10 000. Elaboração da autora.

**fig. 5.21 | p.222**

O Bairro de Alvalade (1945) representa a procura das zonas planas, utilizando o momento do acidente topográfico para a colocação do parque urbano. esc. 1/25 000. Elaboração da autora.

**fig. 5.22 – 5.23 | p.225**

O eixo da composição: planta e perfil transversal do Bairro do Alto da Ajuda, 1934. esc. 1/10 000 e esc. 1/500. Elaboração da autora.

**fig. 5.24 | p.226**

Ilustração das relações de composição urbana existentes num caso de “eixo de composição.”, no Bairro da Encarnação, 1940. Elaboração da autora.

**fig. 5.25 – 5.26 | p.226**

O eixo da composição: planta e perfil transversal do Bairro da Encarnação, 1940. esc. 1/10 000 e esc. 1/500. Elaboração da autora.

**fig. 5.27 | p.227**

Planta do Bairro da Encarnação. (sem data). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego “Planta do bairro económico da Encarnação”, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/480.

**fig. 5.28 | p.227**

Planta do Bairro da Encarnação, 1958. In: LÔBO, MARGARIDA SOUZA (1995), Planos de Urbanização - A Época de Duarte Pacheco, ed. ENSAIOS, SÉRIE 1 - (Porto: DGOTDU | FAUP).

**fig. 5.29 – 5.31 | p.229**

A composição dos eixos: planta e perfil transversal de Olivais Sul, 1960. esc. 1/25 000 e esc. 1/500. Elaboração da autora.

**fig. 5.32 – 5.34 | p.230**

A composição dos eixos: planta e perfil transversal de Telheiras, 1972. esc. 1/25 000 e esc. 1/500. Elaboração da autora.

**fig. 5.35 | p.231**

Ilustração das relações urbanas existentes num caso de "composição dos eixos", em Telheiras. Elaboração da autora.

**fig. 5.36 | p.232**

O eixo da composição: os projetos habitacionais de promoção pública que se organizam em função de um eixo central de composição. esc. 1/100 000. Elaboração da autora.

**fig. 5.37 | p.232**

A composição dos eixos: todos os projetos habitacionais de promoção pública que se organizam em função de eixos de composição externos a si. esc. 1/100 000. Elaboração da autora.

**fig. 5.38 – 5.39 | p.233**

Esquemas ilustrativo de - "o eixo da composição" e "a composição dos eixos". Sem escala. Elaboração da autora.

**fig. 5.40 | p.234**

"A Lição de Salazar". In: BARATA, MARTINS (1938), 'A Lição de Salazar', (<http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/06/ensino-primario.html>).

Imagem alusiva ao ideal de casa, família e modo de vida rural editada na comemoração do 10º aniversário da investidura de Oliveira Salazar como Ministro das Finanças, fazendo parte de um conjunto de cartazes intitulados "Escola Portuguesa", colocados nos estabelecimentos de ensino.

**fig. 5.41 | p.235**

Planta de localização de uma Igreja a construir no Bairro da Serafina. "Localização de Novas Igrejas" (sem data). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego "Bairro da Serafina – Localização da Igreja", PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/209/01.

**fig. 5.42 – 5.44 | p.236**

A Igreja como elemento central da composição, associada a outros equipamento de natureza pública fundamental: o Bairro da Encarnação, 1940 (onde se representam também algumas frentes comerciais), o Bairro da Serafina, 1933 e o Bairro da Boavista, 1938 (1ª fase). Esc. 1/10 000. Elaboração da autora.

**fig. 5.45 – 5.46 | p.237**

Ilustração das relações urbanas existentes com a Igreja como edifício que assume um papel representativo do Estado na composição urbana – Bairro da Encarnação, 1940 (em cima) e Bairro da Quinta da Calçada, 1938 (em baixo). Elaboração da autora.

**fig. 5.47 | p.239**

Olivais Sul – "Plano Geral" – pode-se ver na célula central uma proposta de "Centro Cívico Comercial Principal". In: CML/GTH (1967), Habitação social na cidade de Lisboa, 1959-1966 (Lisboa: CML) 74, p.43.



**fig. 5.48 | p.239**

Olivais Sul – “Esquema de organização do centro cívico-comercial principal de Olivais-Sul”. In: GTH Olivais Sul (Boletim gth; Lisboa: CML), p.24.

**fig. 5.49 | p.240**

Chelas - “Esquema Geral”, pode-se vêr, no local do actual Centro Comercial a previsão de um “Núcleo Central de Equipamentos”. In: CML/GTH (1967), Habitação social na cidade de Lisboa,1959-1966 (Lisboa: CML) 74, p.71.

**fig. 5.50 – 5.51 | p.241**

Ilustração das relações urbanas, essencialmente viárias, existentes nos Centros Comerciais Spacio e Feira Nova, como edifício divorciado da cidade – Olivais Sul (1960) e Chelas (1965), respectivamente. Elaboração da autora.

**fig. 5.52 | p.242**

O Centro Comercial como elemento central da composição urbana: de Olivais Sul e Chelas. Esc. 1/25 000. Elaboração da autora.

**fig. 5.53 – 5.55 | p.243**

A ausência de equipamentos na estrutura urbana - Ameixoeira, 2003, Casal dos Machados, 1990 e Quinta do Alto, 1976. esc. 1/10 000. Elaboração da autora.

**fig. 5.56 | p.243**

Ilustração do ambiente num projecto dominado pela exclusividade da função habitacional e, portanto, da ausência de outras funções essenciais à cidade - Ameixoeira, 2003. Fotografia da autora.

**fig. 5.57 – 5.58 | p.245**

Os casos da integração de funções - equipamento, comércio e serviços - Alvalade, 1945 e Telheiras, 1972. esc. 1/25 000. Elaboração da autora.

**fig. 5.59 – 5.60 | p.246**

Ilustração da vida urbana existente , através da ocupação comercial dos pisos térreos, na Avenida da Igreja, em Alvalade (em cima) e na Rua Professor João Barreira, em Telheiras (em baixo). Elaboração da autora.

**fig. 5.61 – 5.62 | p.248**

O Verde Cenário na sua dupla condição de cenário/envolvente florestal ou rural e cenário de enquadramento dos espaços públicos - Alvito, 1937 e Encarnação, 1940. esc. 1/10 000. Elaboração da autora.

**fig. 5.63 – 5.64 | p.249**

Ilustração da utilização dos espaços verdes para a construção de uma imagem determinada. Elaboração da autora.

**fig. 5.65 – 5.66 | p.250**

Ilustração da utilização dos espaços verdes como matéria de construção da cidade. Elaboração da autora – montagem sobre peças existentes.

Planta da estrutura verde da cidade definida no Plano Estratégico de Lisboa (CML 1992: 71; GTH), na qual os parques urbanos dos projectos habitacionais de promoção pública (num verde mais intenso) perfazem parte essencial. Em verde distinto estão ainda identificados os parques do projecto da Alta de Lisboa, 1998, que não constavam ainda do Plano Estratégico.

Esquema da estrutura verde da cidade de Lisboa, definida no Plano Verde de Lisboa, 1997, em que os parques urbanos dos projectos habitacionais de promoção pública, assinalados a verde,

fazem parte do "sistema contínuo periférico", do "sistema semi-contínuo intermédio" e do "sistema contínuo radial". In: TELLES, GONÇALO RIBEIRO (1997), Plano Verde de Lisboa (Lisboa: Colibri) 197, p.28.

**fig. 5.67 | p.251**

Ilustração da utilização dos espaços verdes como matéria de construção de suporte à construção de espaço urbano - Olivais Sul, 1960. Elaboração da autora.

**fig. 5.68 – 5.69 | p.251**

O Parque Urbano na sua dupla condição de estrutura verde de referência tanto à escala do bairro como da cidade - Olivais Sul, 1960 e de Alvalade, 1945. esc. 1/25 000. Elaboração da autora.

**fig. 5.70 | p.253**

Do verde cenário ... ao verde estrutura: os casos de estudo que integram o parque urbano como uma componente essencial da sua estruturação. esc. 1/100 000. Elaboração da autora.

**fig. 5.71 | p.254**

Ilustração da falta do material vegetal na composição e estruturação urbana de muitos casos de estudo – a Quinta do Ourives, 1973-91. Fotografia da autora.

**fig. 5.72 | p.255**

Ilustração da falta do material vegetal na composição e estruturação urbana de muitos casos de estudo – a Ameixoeira, 2003. <http://www.skyscrapercity.com>.

**fig. 5.73 – 5.77 | p.257**

A Rua na sua condição de elemento estruturador – o Bairro da Encarnação. Planta: esc. 1/10000. Perfis: esc. 1/500. Elaboração da autora.

**fig. 5.78 – 5.81 | p.258**

A Rua na sua condição de elemento estruturador - Telheiras. Planta: esc. 1/10 000. Perfis: esc. 1/500. Elaboração da autora.

**fig. 5.82 – 5.84 | p.260**

A Rua na sua condição de acessibilidade – o bairro Dois de Maio, 1974. Planta: esc. 1/5 000. Perfis: esc. 1/500. Elaboração da autora.

**fig. 5.85 – 5.88 | p.261**

A Rua na sua condição de acessibilidade - a Ameixoeira, 2003. Planta: esc. 1/10 000. Perfis: esc. 1/500. Elaboração da autora.

**fig. 5.89 – 5.90 | p.264**

Ilustração das lógicas de alargamento dos elementos urbanos lineares (ruas, becos, travessas), associados a funções ou topografia específica no tecido urbano da Lisboa antiga. O Largo da Graça, na Graça e o Largo de São Miguel e São Rafael em Alfama. esc:1/2000. Elaboração da autora.

**fig. 5.91 | p.265**

O Bairro da Calçada dos Mestres. (1959). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego , "Agrupamento de Casas Económicas à Calçada dos Mestres - Campolide", PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/100, folha 8.

Projecto do Bairro da Calçada dos Mestres, onde se identifica, a vermelho, a projectada localização da Igreja que dá nome ao Largo, lateral ao eixo central da composição, neste caso protagonizado pelo Aqueduto das Águas Livres. Anotações sobre a imagem original.

**fig. 5.92 | p.266**

O bairro do Caramão da Ajuda. (sem data) In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego “Plantas diversas do bairro do Caramão da Ajuda”, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/083.

Projecto do Bairro do Caramão, onde se identifica, a vermelho, a projectada localização da Igreja que dá nome ao Largo da Igreja, associado a um eixo principal de composição; e, a amarelo, dois outros Largos de função e definição hierárquica distinta – Largo Casal do Gil e Largo Ocidental. Anotações sobre a imagem original.

**fig. 5.93 | p.266**

Largo da Igreja no Bairro do Caramão da Ajuda, formalizado hoje sem a presença da referida Igreja. Planta esc:1/2000. Elaboração da autora.

**fig. 5.94 | p.267**

O bairro das Terras do Forno. (sem data) In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego “Plantas diversas do bairro das Terras do Forno”, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/081.

Projecto do Bairro das Terras do Forno, onde se identifica a localização da Escola que dá nome ao Largo das Escolas. Anotações sobre a imagem original.

**fig. 5.95 – 5.96 | p.267**

Largo das Escolas no Bairro das Terras do Forno, formalizado através do elemento viário da rotunda, em que a escola primária assume o papel central da composição. Planta esc:1/2000. Perfil esc:1/10000. Elaboração da autora.

**fig. 5.97 | p.268**

O bairro do Alto da Ajuda. (1934) In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego “Plantas referentes à construção de casas económicas no Alto da Ajuda, em Lisboa”, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/068.

Projecto do bairro do Alto da Ajuda, onde se identifica a localização do Largo do Cantinho, a amarelo no canto inferior direito da planta. Anotações sobre a imagem original.

**fig. 5.98 | p.268**

Largo do Cantinho no Bairro do Alto da Ajuda, assumindo uma classificação que lhe confere uma noção hierárquica distinta da que realmente tem, por oposição à área acolhe a Escola Primária que não tem denominação própria. Planta esc:1/2000. Elaboração da autora.

**fig. 5.99 | p.269**

O bairro da Encarnação (1940). Projecto do bairro da Encarnação, onde se identifica a localização das Praças Norte e das Casas Novas, nos topos, e o Jardim de Santo Eugénio, ao centro da composição, a enquadrar a Igreja. Anotações sobre a imagem original. In: <http://www.bing.com/maps>.

**fig. 5.100 | p.269**

Praça das Casas Novas no Bairro da Encarnação. Contrariando a tendência para a denominação de Largo, neste período, o Bairro da Encarnação acolhe duas Praças, associadas aos Mercados Norte e Sul. A Praça das Casas Novas e a Praça Norte assumem formalização idêntica, em que o edifício protagonista se coloca no centro do espaço. Planta esc:1/2000. Elaboração da autora.

**fig. 5.101 | p.270**

Praça das Casas Novas no Bairro da Encarnação. Contrariando a tendência para a denominação de Largo, neste período, o Bairro da Encarnação acolhe duas Praças, associadas aos Mercados Norte e Sul. A Praça das Casas Novas e a Praça Norte assumem

formalização idêntica, em que o edifício protagonista se coloca no centro do espaço. Perfil esc:1/10000. Elaboração da autora.

**fig. 5.102 – 5.103 | p.271**

Propaganda Nacional alusiva às grandezas do Império, provavelmente na luta à complexidade do seu real tamanho. "Portugal não é um país pequeno" postal ilustrado de propaganda sobre a expressão da presença portuguesa no Mundo. Edição do Secretariado de Propaganda Nacional, Lisboa. Organizado por Henrique Galvão" in: FONTE, MARIA MANUELA (2012), Urbanismo e Arquitectura em Angola (Lisboa: Caleidoscópio) 455, p.29 .(formato digital cedido pela autora).

**fig. 5.104 | p.272**

Bairro do Restelo (1938) In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego "Plantas diversas dos arruamentos principais do plano de urbanização da encosta da Ajuda", PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/110.

Versão original do projecto de urbanização para a área do Restelo, apenas parcialmente realizado, onde se identifica já o sistema de Praças e Avenidas radiais. Anotações sobre a imagem original

**fig. 5.105 | p.273**

Praça de Goa, Praça de Damão e Praça de Dio no Bairro do Restelo. A Praça de Goa é a única que tem função diferenciada com o edifício da Escola. Planta esc:1/5000. Elaboração da autora.

**fig. 5.106 | p.273**

Bairro da Quinta do Morgado (1969) In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico "Plano de urbanização da Quinta do Morgado", PT/AMLSB/SER/S08334. Localização das Praças na estrutura urbana do Bairro da Quinta do Morgado. Anotações sobre a imagem original

**fig. 5.107 – 5.108 | p.273**

Praça Cidade do Luso em Olivais Sul e . Praça Cotinelli Telmo, Praça Carlos Ramos e Praça Faria da Costa na Quinta do Morgado. Depois do desenho puramente modernista de Olivais Norte, onde não existe a designação de Praça, Olivais Sul procura ajustar as configurações modernistas do espaço à cultura e identidade através da criação de algumas praças. A designação de Praça, na Quinta do Morgado, é utilizada para classificar espaços que não se revestem dos atributos deste elemento morfológico, sendo hoje utilizados apenas como parques de estacionamento. Planta esc:1/5000. Elaboração da autora.

**fig. 5.109 | p.274**

O Bairro de Alvalade (1945). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego, "Plano de urbanização da zona a sul da avenida Alferes Malheiro", PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0545, página 3. O grafismo atribuído à distribuição dos distintos tipos de Renda Económica, em que a mais escuro está o tipo III destinado aos fogos maiores e, principalmente, dos edifícios públicos, a cheio, evidencia a hierarquização entre os distintos espaços públicos – Praça, Largo e simples cruzamento. Anotações sobre a imagem original.

**fig. 5.110 | p.274**

Praça de Alvalade e Largo Frei Heitor Pinto no Bairro de Alvalade. Planta esc:1/5000. Elaboração da autora.

**fig. 5.111 | p.276**

A Praça António Ribeiro a amarelo. A distinção toponímica sem distinção formal associada. Fotografia in: <http://www.bing.com/maps/>

**fig. 5.112 | p.277**

A Rotunda dos Corvos a vermelho. A distinção toponímica sem distinção formal associada. Fotografia in: <http://www.bing.com/maps/>

**fig. 5.113 | p.277**

Alta de Lisboa (1998). In: (MARGARIDO et al. 2001: 49). Estrutura fundamental da Alta de Lisboa assente em Rotundas como momentos excepcionais de articulação. A amarelo, a Praça António Ribeiro, a vermelho a Rotunda dos Corvos. Anotações sobre a imagem original

**fig. 5.114 | p.281**

Reconstituição da distribuição dos fogos em função da sua classe, a partir e sobre uma planta original do projecto do Bairro da Encarnação. In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego, "Planta do Bairro Económico da Encarnação", PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/480. Anotações sobre a imagem original

**fig. 5.115 | p.281**

Tipologias All, Bl e Blll (de cima para baixo), presentes no bairro da Encarnação. Planta esc:1/200. Redesenho da autora.

**fig. 5.116 | p.282**

Forma de agregação das moradias unifamiliares geminadas, numa área do Bairro da Encarnação, onde se pode ler a distribuição das classes (ABCD) e tipos (I, II, III) em função e como reforço de uma hierarquia do espaço público. Planta esc:1/1000. Elaboração da autora.

**fig. 5.117 | p.283**

Representação dos elementos urbanos da cidade privada – edifícios, parcelamento e quarteirão, na conformação do Bairro da Encarnação. Planta esc:1/5000. Elaboração da autora.

**fig. 5.118 | p.284**

Interior de uma casa provisória no Bairro da Boavista. in: ALVÃO, DOMINGOS (ant. 1945). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Casas Económicas, interior duma casa, no bairro da Boavista", PT/AMLSB/ALV/I00120.

**fig. 5.19 – 5.120 | p.285**

Prédios de Habitação colectiva enquadrados na lógica das "casas de vários fogos" no Bairro da Quinta do Jacinto. in: TOJAL, RAÚL F. e FRANCO, JOSÉ DE LIMA e MARTINS, ANTÓNIO DO COUTO (1945-1950). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego, " [Projecto de um bairro na quinta do Jacinto e documentação diversa referente a um bairro de casas económicas a construir no Alvito]" - PT-AMLSB-CMLSB-UROB-PU-10-101 - Folha 16 e folha 17 – Alçado e Planta, respectivamente.

**fig. 5.121 | p.286**

Prédios de Habitação colectiva enquadrados na lógica das "casas de vários fogos" no Bairro da Quinta do Jacinto. in: GOULART, ARTUR (1962). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Bairro da Quinta do Jacinto", PT/AMLSB/AJG/S00054.

**fig. 5.122 | p.286**

Prédios de Habitação colectiva enquadrados na lógica das "casas de vários fogos" no Bairro de Alvalade. in: <https://www.google.pt/maps/>

**fig. 5.123 – 5.124 | p.287**

Categoria I e II , no bairro de Olivais Norte. Planta esc:1/500. Redesenho da autora.

**fig. 5.125 | p.288**

Formas de agregação e tipologias edificadas no Bairro de Olivais Norte, onde se verifica o domínio dos edifícios em torre. Planta esc:1/1000. Elaboração da autora.

**fig. 5.126 | p.288**

Representação dos elementos urbanos da cidade privada – edifícios e parcelamento que coincidem e não definem o elemento quarteirão na conformação do Bairro de Olivais Norte. Planta esc:1/5000. Elaboração da autora.

**fig. 5.127 | p.289**

Blocos perpendiculares à Avenida D. Rodrigo da Cunha. in: COSTA, JOÃO PEDRO (2006), Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português (3ª edição edn.; Lisboa: Livros Horizonte) 191, p.96.

**fig. 5.128 | p.289**

Blocos perpendiculares à Avenida D. Rodrigo da Cunha. in: MADEIRA, CLAUDINO (195-). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Avenida Dom Rodrigo da Cunha, em Alvalade", PT/AMLSB/MAD/000070.

**fig. 5.129 | p.289**

Blocos assentes em pilotis em Olivais Norte. in: SERÓDIO, ARMANDO (1963). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "O ministro do Interior, Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior, acompanhado do Presidente França Borges, e de outras individualidades, visita um bloco habitacional do Bairro dos Olivais", PT/AMLSB/SER/S01893.

**fig. 5.130 | p.291**

Esquema da evolução do quarteirão em Urban Forms. The death and life of the urban block. In: PANERAI, PHILIPPE, et al. (2004), Urban Forms. The death and life of the urban block (Architectural Press; Oxford: Elsevier) 222, p.165.

**fig. 5.131 – 5.134 | p.292**

Representação do percurso "do quarteirão ao quarteirão" através de extratos de projectos ilustrativos desta leitura. O quarteirão de moradias unifamiliares do Bairro da Encarnação (1940); a ausência do quarteirão em Olivais Norte (1955); a "barra" edificada no Bairro D. Leonor (1976) e o quarteirão aberto e reconfigurado na Alta de Lisboa (1998). Plantas esc:1/5000. Elaboração da autora.

## **PARTE 3 uma proposta de classificação**

### **Capítulo 6 OS TIPOS DO PROJECTO HABITACIONAL DE PROMOÇÃO PÚBLICA EM LISBOA - uma proposta de classificação**

**fig. 6.01 | p.303**

Tábua diacrónica dos projectos habitacionais de promoção pública promovidos desde 1910 e até 2010. Nesta tábua diacrónica estão representados todos os casos de estudo, distribuídas as suas diversas fases ao longo da linha do tempo. Escala 1/50 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.02 – 6.04 | p.308**

Planta dos limites da cidade de Lisboa com a representação dos projectos habitacionais de promoção pública promovidos na 1ª República (em cima) no Estado Novo (ao centro) e em Democracia (em baixo). Esc. 1/150 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.05 – 6.06 | p.313**

Bairros promovidos antes de 1933 - Ajuda-à-Hora (1918) e Monte Alperche (1930). Fotografias da autora.

**fig. 6.07 – 6.08 | p.315**

Os projectos ingleses, referências conceptuais para os projectos desenvolvidos à luz do programa das Casas Económicas e os seus congéneres portugueses das décadas de 30 e 40. Letchworth Garden City | "[the first "Garden City"] Planned by [Sir] Raymond Unwin and Richard Barry Parker 1904.". Hampstead Garden Suburb | "Planned 1906 [...] by [Sir] Raymond Unwin and Richard Barry Parker in association with Edwin Landseer Lutyens.". In: [http://www.mediaarchitecture.at/architekturtheorie/garden\\_cities/2011\\_garden\\_cities\\_links\\_en.shtml](http://www.mediaarchitecture.at/architekturtheorie/garden_cities/2011_garden_cities_links_en.shtml).

**fig. 6.09 – 6.11 | p.316**

Imagens das realidades construídas em Inglaterra e em Portugal sob o modelo da Cidade Jardim. Hampstead Garden Suburb, Londres (1906). In: [http://www.mediaarchitecture.at/architekturtheorie/garden\\_cities/2011\\_garden\\_cities\\_links\\_en.shtml](http://www.mediaarchitecture.at/architekturtheorie/garden_cities/2011_garden_cities_links_en.shtml). Bairro da Encarnação (1940) e Bairro do Alto da Ajuda (1934), Lisboa. Fotografias da autora.

**fig. 6.12 – 6.14 | p.318**

Os projectos desenvolvidos à luz do programa das Casas Desmontáveis. Bairro da Boavista (1938). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico "Casas económicas e rua Principal", PT/AMLSB/ALV/00119. (ALVÃO c. 1940). Bairro da Quinta da Calçada (1938). In: <http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.pt/search/label/BAIRRO%20SOCIAL%20por%20Ant%C3%B3nio%20Gamito>. "Bairro da Quinta da Calçada em construção", Foto copiada da revista Ilustração – 1938. Bairro das Furnas (1945). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico "Bairro das Furnas, inaugurado a 28 de Maio de 1946", PT/AMLSB/SER/S05998. (SERÓDIO 1969).

**fig. 6.15 – 6.17 | p.320**

Os projectos do Caramão da Ajuda (1947), de Santa Cruz de Benfica (1956) e Grilo (1952) que representam este período de transição entre programas legais e formas urbanas, de que o regime das Casas para Famílias Pobres é representativo. Os dois primeiros assumem as formas ditadas pelas Casas Económicas, embora o primeiro esteja enquadrado pelo programa das Casas para Famílias Pobres e o segundo fora do seu tempo; o Grilo contemporâneo de Santa Cruz de Benfica e enquadrado pelas Casas para Famílias Pobres, tal como o Caramão da Ajuda, assume a utilização da habitação colectiva "em força". Bairro do Caramão da Ajuda (1947). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico "Casas do bairro do Caramão da Ajuda", PT/AMLSB/MAD/S00094. (MADEIRA 195-). Bairro de Santa Cruz de Benfica (1956). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico "Bairro de Santa Cruz de Benfica", PT/AMLSB/AIB/00184. (BASTOS 1961). Bairro do Grilo (1952). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico "Bairro da Quinta do Grilo", PT/AMLSB/SER/S06029. (SERÓDIO 1957).

**fig. 6.18 – 6.20 | p.322**

Os projectos enquadrados pelo Decreto-Lei n.º42 454 de 18 de Agosto de 1959 - Olivais Norte (1955) | Olivais Sul (1960) | Chelas (1965). Olivais Norte (1955). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico "Planta 14169, Ruas Capitão Santiago de Carvalho e Sargento Armando Monteiro Ferreira", PT/AMLSB/VGF/S01189. (FIGUEIREDO 1967). Olivais Sul (1960). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico "Bloco habitacional dos Olivais, visita do Ministro do Interior a várias obras municipais", PT/AMLSB/FDM/001909. Chelas (1965). In: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico "Planta 14989, Olivais Velho; planta 14920, zona G de Chelas ", PT/AMLSB/VGF/S01190.

**fig. 6.21 | p.323**

Os projectos de casas provisórias, promovidos pela CML a par de Olivais e Chelas: Musgueira Norte (1963) | Musgueira Sul (1967). In: <http://www.memoriascomvida.org>

**fig. 6.22 – 6.23 | p.326**

Os projectos desenvolvidos a partir dos anos 90 cuja formalização resulta em realizações com uma leitura estruturada do conjunto: os casos da Alta de Lisboa (SGAL,1998) in: MARGARIDO, MANUEL, RAMALHO, MARGARIDA DE MAGALHÃES, e SOARES, MARIA RIBEIRO (eds.) (2001), Alta de Lisboa - O presente e o futuro (Lisboa: SGAL - Sociedade Gestora da Alta de Lisboa, S.A.) 169. e do Bairro Padre Cruz (PIMP, 1990). In: CML/GTH (1980/1981), 'Plano de Urbanização do Bairro Padre Cruz', Boletim gth n.º39/40, 6, 246-261, p.253.

**fig. 6.24 | p.327**

Os projectos desenvolvidos como actos isolados e dispersos: : Ameixoeira (2003), in: Planta de Síntese – Loteamento Municipal PER Ameixoeira. In: CML (2003), Despacho de Loteamento de Iniciativa Municipal n.º2003/02.

**fig. 6.25 | p.331**

Tábua diacónica apresentando a distribuição dos projectos habitacionais de promoção pública desde 1910 até 2010, identificando a vermelho os casos que se enquadram na tipologia de PROJECTO IDEIA de carácter ESTRUTURANTE e a laranja os casos que se enquadram na tipologia de PROJECTO IDEIA de carácter LOCALIZADO. esc. 1/50 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.26 – 6.28 | p.337**

Leitura de um excerto do projecto de Olivais Norte (1955) como referência conceptual dos projectos de Charquinho e Pedralvas (1961). esc. 1/10 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.29 – 6.31 | p.338**

Os projectos do Alto do Restelo (1971), Telheiras Sul (1972-1973/74) e Carnide (1975) que reinterpretem as formas urbanas clássicas. Esc. 1/10 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.32 | p.339**

O projectos do da Alta de Lisboa (1998) que recorre às referências de continuidade, da própria cidade consolidada. In: MARGARIDO, MANUEL, RAMALHO, MARGARIDA DE MAGALHÃES, e SOARES, MARIA RIBEIRO (eds.) (2001), Alta de Lisboa - O presente e o futuro (Lisboa: SGAL - Sociedade Gestora da Alta de Lisboa, S.A.) 169, p.42.

**fig. 6.33 | p.340**

Planta dos limites da cidade representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO IDEIA de carácter ESTRUTURANTE: Restelo, Alvalade, Olivais Norte, Olivais Sul, Chelas, Telheiras Sul e Alta de Lisboa e de carácter LOCALIZADO: S. João - Vale Escuro, Quinta das Mouras, Charquinho, Pedralvas, Alto do Restelo, Telheiras Norte e Carnide. Sem escala. Elaboração da autora.

**fig. 6.34 | p.342**

Quadro Tipológico representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO IDEIA, promovidos entre 1910 e 2010. Esc. 1/50 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.35 | p.345**

Tábua diacónica apresentando a distribuição dos projectos habitacionais de promoção pública desde 1910 até 2010, identificando a vermelho os casos que se enquadram na tipologia de PROJECTO MÍNIMO. Esc.1/50 000. Elaboração da autora..

**fig. 6.36 | p.347**

Planta dos limites da cidade representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO MÍNIMO. Sem escala. Elaboração da autora.



**fig. 6.37 – 6.40 | p.348**

Casos de estudo representativos de formas de integração - Rua das Murtas (2000), Graça (1) e Graça (2), 1997 e 1999 e; de formas de segregação - Quinta do Lavrado (2000) ou Alto do Chapeleiro (1995). esc. 1/10 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.41 | p.349**

Quadro Tipológico representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO MÍNIMO, promovidos entre 1910 e 2010. esc.1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.42 | p.353**

Tábua diacónica apresentando a distribuição dos projectos habitacionais de promoção pública desde 1910 até 2010, identificando a vermelho os casos que se enquadram na tipologia de PROJECTO ALDEIA. Esc.1/50 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.43 | p.356**

Planta dos limites da cidade representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO ALDEIA. Sem escala. Elaboração da autora.

**fig. 6.44 | p.358**

Quadro Tipológico representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO ALDEIA, promovidos entre 1910 e 2010. esc.1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.45 | p.361**

Tábua diacónica apresentando a distribuição dos projectos habitacionais de promoção pública desde 1910 até 2010, identificando a vermelho os casos que se enquadram na tipologia de PROJECTO PIONEIRO. Esc.1/50 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.46 | p.363**

Planta dos limites da cidade representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO PIONEIRO. Sem escala. Elaboração da autora.

**fig. 6.47 | p.364**

Quadro Tipológico representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO PIONEIRO, promovidos entre 1910 e 2010. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.48 | p.366**

Planta dos limites da cidade representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO EMERGÊNCIA. Sem escala. Elaboração da autora.

**fig. 6.49 | p.367**

Tábua diacónica apresentando a distribuição dos projectos habitacionais de promoção pública desde 1910 até 2010, identificando a vermelho os casos que se enquadram na tipologia de PROJECTO DE EMERGÊNCIA. Esc.1/50 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.50 – 6.53 | p.370**

Representação da estrutura urbana e imagem da materialidade de um caso de estudo inserido na classificação de projecto aldeia (Encarnação, 1940) e de outro inserido na classificação de projecto emergência (Quinta da Calçada, 1938). esc. 1/10 000. Elaboração da autora. Materialidade do Bairro da Quinta da Calçada (1938). In: PORTUGAL, EDUARDO (1940), Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico "Bairro da Quinta da Calçada", PT/AMLSB/EDP/S01172. Materialidade do bairro da Encarnação (1940). In: PINTO, KURT(194-), Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico "Bairro da Encarnação", PT/AMLSB/KPI/000168.

**fig. 6.54 – 6.55 | p.371**

As tipologias habitacionais de um e dois pisos presentes nos projectos emergência da Boavista (1938) e do Relógio (1965). Casa no Bairro da Boavista In: ALVÃO, DOMINGOS (1940). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico "Bairro da Boavista", PT/AMLSB/ALV/I00118. Casa no Bairro do Relógio. In: MADUREIRA, ARNALDO (1967). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico "Bairro do Relógio, bairro municipal de casas pré-fabricadas junto ao aeroporto da Portela", PT/AMLSB/ARM/S02053.

**fig. 6.56 – 6.57 | p.372**

Fotografia do bairro da Quinta da Calçada (1938) e do campo de refugiados na Síria denominado Container City (2012). Vista panorâmica do Bairro da Quinta da Calçada. In: <http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.pt>. Container city. In: <http://veja.abril.com.br>

**fig. 6.58 | p.373**

Quadro Tipológico representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO DE EMERGÊNCIA, promovidos entre 1910 e 2010. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.59 | p.377**

Tábua diacónica apresentando a distribuição dos projectos habitacionais de promoção pública desde 1910 até 2010, identificando a vermelho os casos que se enquadram na tipologia de PROJECTO AUSÊNCIA. Escala 1/50 000. Elaboração da autora..

**fig. 6.60 | p.379**

Planta dos limites da cidade representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO AUSÊNCIA. Sem escala. Elaboração da autora.

**fig. 6.61 – 6.62 | p.379**

A repetição de um projecto tipo , na composição do Bairro 2 de Maio - Fotografia da autora - e no Bairro da Quinta do Alto – in. <http://www.bing.com/maps/>.

**fig. 6.63 | p.380**

Quadro Tipológico representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO AUSÊNCIA, promovidos entre 1910 e 2010. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.64 | p.383**

Tábua diacónica apresentando a distribuição dos projectos habitacionais de promoção pública desde 1910 até 2010, identificando a vermelho os casos que se enquadram na tipologia de PROJECTO BAIRRO. esc. 1/50 000. Elaboração da autora.

**fig. 6.65 | p.385**

Planta dos limites da cidade representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO BAIRRO. Sem escala. Elaboração da autora.

**fig. 6.66 – 6.67 | p.385**

Imagem aérea dos quarteirões propostos nos projectos da Quinta das FONSECAS (1976), e do Bairro Padre Cruz (1989-97). In: <http://www.bing.com/maps/>

**fig. 6.68 | p.386**

Quadro Tipológico representando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO BAIRRO, promovidos entre 1910 e 2010. esc. 1/20 000. Elaboração da autora.

## Capítulo 7 O PROJECTO HABITACIONAL DE PROMOÇÃO PÚBLICA – fazer habitação versus fazer cidade

### **fig. 7.01-7.03 | p.407**

Bairro de Alvalade: Inserção do bairro de Alvalade no contexto da cidade à data de 1945. Estrutura e diversidade de funcional, através da identificação dos eixos estruturantes e dos equipamentos públicos. Imagens da diversidade tipológica e morfológica que o bairro encerra. Elaboração da autora.

### **fig. 7.04 - 7.06 | p.409**

Bairro da Encarnação: Inserção do Bairro da Encarnação no contexto da cidade à data de 1938. Estrutura e hierarquia da composição urbana, através da identificação dos eixos estruturantes e dos equipamentos públicos. Imagem da falta de diversidade tipológica e morfológica que o bairro encerra. Elaboração da autora.

### **fig. 7.07 | p.414**

Bairro do Relógio: Revela a estrutura labiríntica, de uma implantação assente num terreno acidentado, que veio, mais tarde, a dar lugar ao actual parque e campo de golf da Bela Vista, em Chelas. In: CML/GTH (1971), 'Habitações para Realojamento', boletim gth n.º20, 3, 229-236, p.234.

### **fig. 7.08 | p.414**

Bairro da Quinta da Calçada: Poster propagandístico da habitação promovida pelo Estado, em que se destacam os equipamentos associados à habitação e o marcado eixo de composição com a Igreja como elemento central. CML (1940), 'Bairro da Quinta da Calçada', Revista Municipal, ano II (n.5), 59-60, p.60.

## **índice de tabelas**

Nota: as tabelas estão numeradas em função do capítulo em que se inserem, fazendo-lhe referência no primeiro número, seguindo depois uma numeração sequencial.

## **PARTE 1 O objecto de estudo**

### **Capítulo 2 OBJECTO FÍSICO - os projectos urbanos habitacionais de promoção pública na construção da cidade de Lisboa**

#### **tab. 2.01 | p.75**

todos os projectos habitacionais de promoção pública, construídos em Lisboa entre 1910 e 2010, que constituem casos de estudo desta investigação.

## **PARTE 2 A construção de um argumento**

### **Capítulo 3 CONTEXTO E PROGRAMA POLÍTICO - determinantes supra-estruturais**

#### **tab. 3.01 | p.115**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto n.º4137 de 25 de Abril de 1918.

#### **tab. 3.02 | p.118**

Projectos promovidos durante o período 1926 | 1933, e cujo quadro legal não está claramente identificado.

#### **tab. 3.03 | p.118**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto n.º16 055 de 22 de Outubro de 1928.

#### **tab. 3.04 | p.122**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º23052 de 23 de Setembro de 1933.

#### **tab. 3.05 | p.125**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º28 912 de 12 de Agosto de 1938.

#### **tab. 3.06 | p.128**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º34486 de 6 de Abril de 1945.

#### **tab. 3.07 | p.129**

Projectos promovidos ao abrigo da Lei n.º2007 de 7 de Maio de 1945.

#### **tab. 3.08 | p.132**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º42454 de 18 de Agosto de 1959.

#### **tab. 3.09 | p.135**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º42454 de 18 de Agosto de 1959, fora do âmbito territorial estrito do diploma.

#### **tab. 3.10 | p.138**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º613/71 de 28 de Dezembro, que define a EPUL.

#### **tab. 3.11 | p.144**

Projectos promovidos ao abrigo do Despacho Conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, de 6 de Agosto, que define o SAAL.

#### **tab. 3.12 | p.147**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º226/87 de 6 de Junho.

**tab. 3.13| p.149**

Projectos promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º163/93, de 7 de Maio, que define o PER.

**tab. 3.14| p.152**

Projectos desenvolvidos ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/98 de 27 de Outubro, que define o PUAL.

## **PARTE 3      uma proposta de classificação**

### **Capítulo 6      OS TIPOS DO PROJECTO HABITACIONAL DE PROMOÇÃO PÚBLICA EM LISBOA - uma proposta de classificação**

**tab. 6.01| p. 301**

Tabela diacrónica dos projectos habitacionais de promoção pública promovidos desde 1910 e até 2010, assinalando alguns dos acontecimentos políticos mais relevantes para a leitura que se pretende desenvolver.

**tab. 6.02| p.309**

Tabela diacrónica, incluindo a área de intervenção dos projectos habitacionais de promoção pública promovidos em função do regime político. (página ao lado)

**tab. 6.03| p.343**

Tabela diacrónica identificando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO IDEIA, promovidos entre 1910 e 2010.

**tab. 6.04| p.350**

Tabela diacrónica identificando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO MÍNIMO, promovidos entre 1910 e 2010.

**tab. 6.05| 359**

Tabela diacrónica identificando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO ALDEIA, promovidos entre 1910 e 2010.

**tab. 6.06| p.365**

Tabela diacrónica identificando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO PIONEIRO, promovidos entre 1910 e 2010.

**tab. 6.07| p.374**

Tabela diacrónica identificando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO EMERGÊNCIA, promovidos entre 1910 e 2010.

**tab. 6.08| p.381**

Tabela diacrónica identificando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO AUSÊNCIA, promovidos entre 1910 e 2010.

**tab. 6.09| p.387**

Tabela diacrónica identificando os casos de estudo que se enquadram na tipologia de PROJECTO BAIRRO, promovidos entre 1910 e 2010.

**tab. 6.10| p.391**

Sistematização dos principais contributos conceptuais para a dedução / construção das tipomorfologias propostas.

Capítulo 7 O PROJECTO HABITACIONAL DE PROMOÇÃO PÚBLICA –  
fazer habitação versus fazer cidade

**tab. 7.01 | p.412**

Análise do Fazer Habitação versus Fazer Cidade.





## Abreviaturas e Acrónimos

CEE – Comunidade Económica Europeia

CML- Câmara Municipal de Lisboa

DGSPH – Departamento de Gestão Social do Parque Habitacional

DPE – Departamento de Projectos Estratégicos

EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

FA | UTL – Faculdade de Arquitectura | Universidade Técnica de Lisboa

FCP – Federação das Caixas de Previdência

FMI – Fundo Monetário Internacional

GTH – Gabinete Técnico de Habitação

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

INH – Instituto Nacional de Habitação

MOPTC – Ministério da Obras Públicas, Transportes e Comunicações

PDM – Plano Director Municipal

PDUL – Plano Director de Urbanização de Lisboa

PEH – Plano Estratégico da Habitação

PER – Programa Especial de Realojamento

PGML – Plano Geral de Melhoramentos de Lisboa

PGUCL – Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lisboa

PIGRBM – Programa Integrado de Gestão e Requalificação de bairros Municipais.

PIMP – Programa de Intervenção de Médio Prazo

PLH – Programa Local de Habitação

PUAL – Plano de Urbanização do Alto do Lumiar

REOT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território

SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local

SGAL – Sociedade Gestora da Alta de Lisboa

TU Delft – Delft University of Technology

UPC – Universitat Politècnica de Catalunya



# Introdução

*"Se a linguagem tipológica vier a ser mais elaborada, melhor conhecida e praticada – e é todo um programa de pesquisa aberto sobretudo ao nível da relação ensino-investigação – ter-se-á uma inestimável capacidade de comunicação, permitindo bases rigorosas para o fazer-cidade que, por sua natureza colectiva, põe uma irrecusável obrigação de «investigação estética de grupo»."*

(PORTAS 2007: 97, 1ª edição de 1969)

O capítulo introdutório dedica-se à apresentação das hipóteses de partida e dos objectivos da investigação, assim como à exposição da metodologia utilizada e da estrutura do trabalho que respondem e materializam as premissas iniciais.

## O tecido habitacional como base da construção da cidade de Lisboa

A cidade, objecto de enorme e reconhecida complexidade, como, entre outros, nos refere Fernando Távora quando fala da cidade como “(...)a maior criação física do Homem e uma das mais significativas criações do seu espírito (...)” (1969: 9), constrói-se ao longo do tempo através da conjugação de duas componentes que compõem o seu tecido urbano<sup>1</sup> – os espaços públicos e os espaços privados (COELHO et al. 2013).

Se aos espaços públicos se atribui a missão de estruturar a cidade, aos espaços privados cabe o papel de dar corpo ao conjunto. Esta matéria construída que conforma a cidade é, essencialmente, constituída por edifícios residenciais comuns (MONTEYS 2013), a função que, sendo a mais “silenciosa” face ao protagonismo do espaço público, é a que constitui o tecido conjuntivo<sup>2</sup> deste organismo.

A esta leitura de que a cidade é, na sua maior parte, constituída por matéria residencial, sendo caracterizada por ela<sup>3</sup> (ROSSI 2001), junta-se a questão da crise da habitação, ou a questão do alojamento, cuja problemática marca o século XX.

Se Aldo Rossi dedica uma parte do seu livro “A Arquitectura da Cidade” (2001: 96) à questão da residência, evidenciando que esta é

---

<sup>1</sup> “O conceito de tecido urbano exprime a realidade da cidade construída, matéria com existência real e temporal, que inclui indissociavelmente o espaço e o edificado, o público e o privado, isto é, as ruas, as parcelas, os edifícios, as infraestruturas, etc., isto é, toda a cidade física.” (COELHO 2013).

<sup>2</sup> Tecido conjuntivo no sentido dado à sua função de ligação, preenchimento ou sustentação entre as partes. Conjuntivo: (latim conjunctivus, -a, -um); adj.: 1. Que junta. In: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=conjuntivo>.

<sup>3</sup> Aldo Rossi dedica uma parte do seu livro “A Arquitectura da Cidade” à questão da residência, evidenciando que esta é “(...) proeminente na composição da cidade” e que “A cidade sempre foi amplamente caracterizada pela residência.” (ROSSI 2001: 96).

"(...) proeminente na composição da cidade" e que "(...)[a] cidade sempre foi amplamente caracterizada pela residência.", diversos são os autores que se dedicam à reflexão sobre a crise do alojamento e a sua permanência ao longo do século; desde Lavedan<sup>4</sup> (1959) a António Bandeirinha "(...) [a] crise da habitação no mundo perpassa toda a arquitectura e urbanismo do século XX."<sup>5</sup>

Lisboa não foge, naturalmente, a esta regra. A cidade das sete colinas, conhecida pela sua topografia acidentada e decorrente diversidade urbana, apresenta um manancial vasto de tecidos residenciais de natureza morfológica distinta. Apesar disso a "questão do alojamento"<sup>6</sup> é uma permanência ao longo do século, como se pode constatar no discurso político, urbano e arquitectónico nacional<sup>7</sup>, assim como na própria imagem da cidade.

---

<sup>4</sup> Sobre a Crise du Logement: "Dès le début du XXe siècle on a vu constater que les capitaux privés ne s'intéressaient plus à la construction de maison de rapport, sauf de logement destinés aux classes riches de la population. Les pouvoirs publics décidèrent donc de se substituer à eux et d'entreprendre, soit directement soit par l'intermédiaire d'offices municipaux ou départementaux, des immeubles pour la classe pauvre ou pour la moyenne (...)" (LAVEDAN 1959).

<sup>5</sup> Esta ideia é também desenvolvida em (BANDEIRINHA 2006), percorrendo a história do pensamento acerca da habitação nas décadas referidas e reafirmada, a propósito da realidade portuguesa, enquanto júri e a propósito da pertinência do tema desenvolvido na prova de doutoramento intitulada "Os Bairros do Restelo" da autoria de Patrícia Almeida, defendida a 29 de Outubro de 2013 no FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>6</sup> A questão do alojamento é vista por Engels num sentido mais lato, como uma questão da sociedade referindo-se a um único meio para pôr fim a esta crise "(...) eliminar pura e simplesmente a exploração e a opressão da classe trabalhadora pela classe dominante.". O autor entende que esta só é uma questão da actualidade, porque passou a atingir camadas da pequena burguesia (alemã), caso contrário continuaria a não ser debatida. (ENGELS 1971).

<sup>7</sup> **Sidónio Pais, Presidente da República, 1918:** "(...) Uma dessas questões e da maior importância é a que se destina a conseguir a construção em grande escala das casas económicas, com todas as possíveis condições de conforto, independência e higiene, destinadas principalmente nas grandes cidades aos que, por carência de recursos materiais, têm sido obrigados até agora a viver em residências infectas, sem luz nem ar, e por isso gravemente nocivas à saúde dos que as habitam." in: (PRESIDENCIADOMINISTÉRIO 1918).

**António França Borges, Presidente da CML, 1967:** "As famílias que constantemente acorrem à cidade e nela querem permanecer sem terem cuidado previamente do seu alojamento, criam a Lisboa, à semelhança do que se verifica em todas as cidades importantes, nacionais ou estrangeiras, situações de facto, graves sob todos os aspectos e que alguém tem que solucionar." in: (CML/GTH 1967).

**João Soares, Presidente da Câmara de Lisboa, 1999:** "O sonho, por muitos prometido, de erradicar os bairros de barracas dispersos pela cidade, está perto de se transformar numa realidade concreta." in: (FRANCÊS 1999).

fig. 0.1 | Barracas em Lisboa em 1938. in: PORTUGAL, EDUARDO (1938). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Bairro das Minhocas no Rego", PT/AMLSB/EDP/001514.

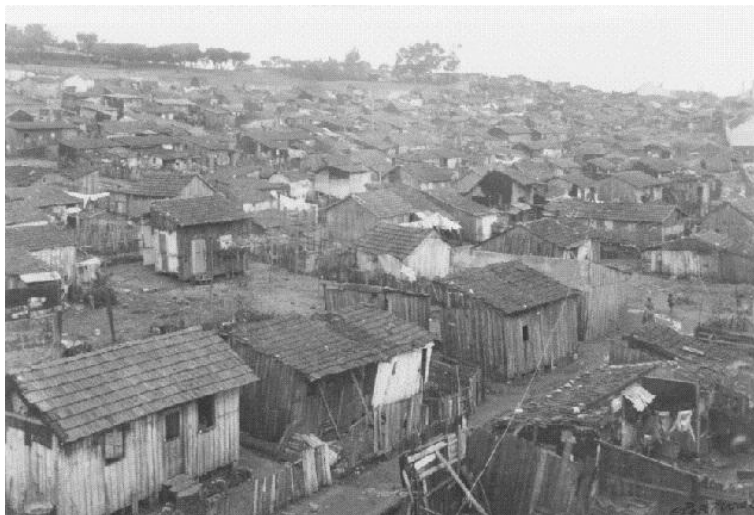


fig. 0.2 | Barracas em Lisboa na década de 50. in: BENOLIEL, JUDAH (195-). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Barracas junto à avenida do Brasil", PT/AMLSB/JBN/004701.





As migrações internas geram um duplo movimento de, por um lado, crescimento dos bairros de barracas nas áreas urbanas, e por outro, desocupação das casas de origem no país rural (PEREIRA 1963).

Como resposta a esta crise, o Estado assumiu um papel activo na promoção de habitação, construindo de forma mais ou menos directa, extensas áreas da cidade. Assim, de entre os tecidos residenciais de Lisboa, destacam-se, neste estudo, os de promoção pública que abrangem cerca de um quarto da área da cidade. A área da cidade de Lisboa é de 8.480ha, sendo o somatório dos projectos que constituem casos de estudo deste trabalho cerca de 2.120ha.

Reconhecendo que a complexidade e diversidade da cidade, resulta também da natureza das promoções habitacionais, torna-se evidente que o estudo que agora se promove é sectorial, ficando fora desta análise, os restantes tecidos residenciais da cidade de Lisboa, promovidos por entidades diversas de carácter privado.

Entende-se, no entanto, que o peso dos projectos habitacionais de promoção pública na conformação global da cidade, justifica esta leitura sectorial.

Assim, identifica-se que ao longo do último século, Lisboa acolheu um conjunto significativo de projectos habitacionais de promoção pública, representativo da evolução dos modelos urbanos internacionais, que assumem um papel determinante da leitura da materialidade do tecido urbano.

Naturalmente, no decurso de 100 anos, os desenhos (ou as formas) destes projectos foram sofrendo alterações. Tanto o desenho legal como o desenho material urbano regista alterações que são dignas de reflexão e registo. Se no início do século se davam os primeiros passos no sentido da resolução da questão do, já então, reconhecido *deficit* habitacional, no final da primeira década de 2000 fecham-se, em Lisboa, os programas que actuam directamente sobre a produção de habitação de cariz público.

Verificados o início e o fim de um processo, que com certeza tomará outros caminhos, importa fazer um balanço desta intervenção pública, que, neste contexto, se dedica à questão do **projecto urbano habitacional**. Estes marcos estabelecem, então, a necessidade de empreender uma análise que permita compreender o percurso do projecto habitacional de promoção pública e o seu contributo para a construção da cidade de Lisboa.

## 0.1 Objectivo e Hipótese

No processo de leitura dos **projectos urbanos habitacionais de promoção pública**<sup>8</sup> planeados e construídos na cidade de Lisboa a partir de 1910, implementação da 1ª República e até ao final do séc. XX, pode ser identificado um conjunto de invariantes sociais, políticas, legais, processuais, de localização, morfológicos, tipológicos e de relação com a cidade e território existentes capazes de estabelecer padrões de ocupação *per si*.

Através da leitura dessas invariantes, este trabalho propõe-se:

Objectivo 1

- **Identificar e classificar os padrões morfológicos<sup>9</sup> deduzidos dos tecidos urbanos habitacionais de promoção pública no período de 1910 a 2010.** Para o efeito, a investigação dedica-se ao levantamento e estudo da evolução dos conceitos e realizações dos projectos habitacionais de promoção pública executados na cidade de Lisboa, sugerindo uma leitura acerca da transformação da paisagem urbana residencial através da classificação da realidade segundo uma ordem tipo-morfológica.

Objectivo 2

- **Analisar o papel que estes projectos urbanos habitacionais de promoção pública assumiram na construção da cidade.** Nesta medida, a investigação propõe-se desenvolver, a partir de uma classificação tipo-morfológica construída com base numa análise

---

<sup>8</sup> Consideram-se **Projectos Urbanos Habitacionais de Promoção Pública** os Planos, Programas ou Projectos urbanos, de iniciativa e coordenação do sector público (Estado, Municípios ou Empresas Públicas) construídos com o objectivo de promover habitação a baixo custo. Não entram neste âmbito os programas de apoio à reabilitação ou arrendamento de imóveis existentes ou, os projectos que dedicado à construção e desenvolvidos pelas entidades acima descritas, se destinem à comercialização atendendo às lógicas do mercado. (definição do autor, 2013).

<sup>9</sup> **Padrões morfológicos**, entendidos como o conjunto de invariantes ou regras que se deduzem da leitura da forma urbana.

comparativa dos projectos urbanos, uma leitura acerca da participação destes na definição do actual quadro urbano da cidade de Lisboa.

Expostos os objectivos do trabalho, importa justificar a opção e identificar as hipóteses que estão na base desta problematização da questão habitacional pública em Lisboa.<sup>10</sup>

Da leitura global dos projectos habitacionais de promoção pública para Lisboa, podemos identificar mudanças ao nível dos contextos, programas políticos e das formas urbanas em causa. Desta observação decorre a conjectura de que: **os projectos urbanos habitacionais, construídos em Lisboa, durante o período de análise, resultam da articulação de factores de ordem diversa, em que o contexto sociopolítico e os seus programas induzem opções morfológicas, que, por sua vez, contribuem com pesos e de formas distintas para a construção de cidade.**

Entendendo-se que existem padrões associados às distintas contribuições que definem tipos de projecto e que estes projectos tipo decorrem de um conjunto de invariantes morfológicas, legais ou programáticas que se afirmam como características ou lógicas dominantes nas composições urbanas em causa, são deduzidas as seguintes hipóteses:

- Que o contexto social e o programa político se revelam como uma determinante supra-estrutural na definição morfológica dos projectos habitacionais de promoção pública em Lisboa e no papel destes na construção da cidade. Ou seja, os contextos políticos e sociais e os seus programas legais revelam-se determinantes nos resultados construídos. Percebe-se que o suporte político e os seus objectivos encontram no contexto da promoção pública de habitação um instrumento de afirmação de um ideário. Esta instrumentalização resulta num objecto físico que, naturalmente, é reflexo de uma forma de pensar e fazer cidade.

Hipótese 1

- Que o tipo de relação que estes conjuntos edificados estabelecem com a cidade existente em cada momento, se revela como uma questão de ordem estrutural no contributo destes projectos para a construção da cidade. A relação dos objectos de análise per si resultaria insuficiente na leitura do fenómeno. É a relação dos objectos

Hipótese 2

---

<sup>10</sup> Parte da justificação do trabalho prende-se com a relação da autora com o tema: No âmbito da participação nas competências de licenciamento da Câmara Municipal de Lisboa e em concreto no Departamento de Projectos Estratégicos, houve o contacto directo com o licenciamento e construção de projectos habitacionais de promoção pública. Este contacto com os processos, os projectos e os actores envolvidos, despertou uma leitura própria sobre os resultados construídos na cidade. Este trabalho de investigação, visa, também, organizar uma leitura inicial, revestida de um carácter prático e parcial, revendo-a em função dos métodos e desígnios científicos.

com o todo mais alargado, que é a cidade, que se presta a interpretações e leituras diversas, revelando, desde logo, um conjunto de intencionalidades subjacentes.

Hipótese 3

- Que as distintas formas urbanas, resultantes de distintos projectos habitacionais de promoção pública, concorrem de forma desigual para a promoção de urbanidade. Além da relação alargada que se estabelece entre o objecto e a cidade, é relevante a relação entre elementos urbanos do próprio objecto. Verifica-se que a forma urbana assume, no universo em análise, a construção de um discurso promotor de um determinado estilo de vida. Identificam-se factores de diversa ordem que resultam como determinantes na urbanidade que fomentam.

A prossecução dos objectivos e o teste das hipóteses apoia-se numa metodologia de trabalho estruturada em três partes e que constituem o corpo da investigação:

*Parte 1.* Procede ao levantamento e análise dos conceitos teóricos e dos projectos habitacionais de promoção pública em Lisboa desde a instauração da 1ª República até aos nossos dias;

*Parte 2.* Identifica, analisa e caracteriza os projectos habitacionais de promoção pública existentes na Lisboa da 1ª República, do Estado Novo e da Democracia até aos nossos dias, à luz de questões de ordem supra estrutural, questões de ordem estrutural e questões de forma urbana;

*Parte 3.* Ensaia uma classificação tipo-morfológica e reconhece se o projecto habitacional público se centrou exclusivamente na questão do espaço de habitar ou se construiu, de facto, cidade.

Ao longo destas três partes o trabalho desenvolve-se desde o conhecimento dos objectos teórico e físico de investigação, passa pela construção de um argumento que suporta a proposta de classificação tipo-morfológica e sua avaliação, apresentada na última parte do trabalho.

## 0.2 Estrutura e Metodologia

*"All science should be scholarly, but not all scholarship can be rigorously scientific..."*

*(John Kirtland Wright, cited from Yi Fu Tuan, Topophilia, in DEMING, 2011: ix)*

O trabalho de investigação organiza-se em três partes, antecedidas por um corpo introdutório, dedicadas, respectivamente: (1) ao conhecimento dos objectos físico e teórico de análise, (2) à construção de um argumento e (3) à proposta de uma classificação taxonómica e à avaliação da capacidade das distintas categorias para *fazer cidade*.

Estrutura

As três partes, formalmente autónomas, dividem-se em sete capítulos, construindo o percurso da investigação. Os capítulos organizam os temas que suportam o objecto de análise (Cap. 1 e 2), as hipóteses (Cap. 3, 4 e 5) e os objectivos (Cap. 6 e 7).

A apresentação das três partes e dos sete capítulos é, sempre, precedida e concluída por um parágrafo de síntese. Pretende-se que a presença destas sínteses, introdutória e conclusiva, conduza o leitor ao longo do desenvolvimento do trabalho, apresentando inicialmente o que se pretende tratar em determinada parte do trabalho ou capítulo e, no fim de cada, destacar aquilo que se demonstrou, verificou ou argumentou. Serve, portanto, de fio condutor na apresentação da investigação.

A construção da análise é suportada pelo levantamento de um conjunto alargado de casos, que se pretende representativo dos

projectos habitacionais de iniciativa pública, construídos no período de 100 anos e definido nos limites administrativos da cidade de Lisboa que, no seu todo, se designará como: *objecto físico de estudo ou de análise*. Para a elaboração deste levantamento foi dada primazia ao trabalho de campo, que identificou os diversos conjuntos habitacionais em presença, designados como *casos de estudo*, este trabalho *in situ* foi complementado pela consulta de fontes primárias (planos, projectos, etc.), bem como de publicações da especialidade. Ou seja, é intenção da investigação interpretar criticamente a transformação física da cidade, procurando depois, organizar as realidades que se fazem notar.

A amplitude do horizonte temporal proposto obriga a uma leitura de carácter evolutivo, assim como a extensa realidade construída, tornando pouco operativa uma metodologia que incidisse em outras áreas geográficas. Lisboa e os cerca de 100 anos que cobrem praticamente todo o século XX, cumprem os requisitos de uma complexidade necessária a uma leitura abrangente e permitem, por outro lado, uma operacionalização de um estudo com o rigor e profundidade desejados para garantir a justa adequação das conclusões.

Tendo visitado, até em trabalhos que constituem referências metodológicas, análises que se inscrevem na mesma natureza conceptual aplicada a distintas realidades, não parece prudente estabelecer, no âmbito desta investigação, análises comparativas, dada a amplitude, complexidade e singularidades do caso Lisboaeta.

Parte 1:  
O objecto de estudo

Assim, a *parte 1* é dedicada ao objecto de estudo, e passa pela leitura factual da realidade através de uma tarefa sistemática de levantamento e investigação, incidindo sobre o objecto teórico (capítulo 1) e o objecto físico (capítulo 2) de análise.

O levantamento dos casos de estudo, enquadrados nos horizontes espaço-temporais definidos, resulta de uma complementaridade do trabalho de campo, da consulta de fontes primárias e da análise de outro material de ordem diversa em que a análise de componente histórica teve um papel preponderante.

Na sistematização através de uma ordenação diacrónica dos casos de estudo, sentiu-se desde logo a necessidade de redesenhar as plantas dos conjuntos urbanos no sentido de permitir leituras comparativas. A escala e a forma de representação comuns revelam-se condições essenciais da leitura analítica e interpretativa que se desenvolve ao longo da *parte 2* desta investigação. Os esquemas figura-fundo, escolhidos como forma de representação, reúnem um conjunto

de atributos que permitem uma leitura muito intuitiva dos conjuntos urbanos, nomeadamente da sua morfologia.

A prossecução dos trabalhos de análise dedutiva, que percorrem toda a investigação, têm como suporte este componente essencial na construção da tese – o desenho e a sua exploração interpretativa. Para tanto, foi necessário construir o instrumento de análise, através da reprodução do universo de análise.

O objecto teórico de análise organiza-se em duas áreas temáticas:

(i) As condições para a construção da cidade, que num sentido mais lato busca aquelas que são as teorizações dominantes acerca dos elementos morfológicos urbanos. Para tal revela-se fundamental alargar o enquadramento conceptual a um quadro teórico internacional dedicado às formas de (des)construção de cidade, onde o tecido habitacional tem um papel conjuntivo no corpo que esta constitui. Reconhecer aqueles que são os parâmetros internacional e cientificamente aceites como condições do fazer cidade.

(ii) As teorizações acerca do tecido habitacional público da cidade de Lisboa, observadas em bibliografia temática, procurando revelar quais as concepções que diversos autores construíram acerca da questão habitacional pública na cidade de Lisboa. Se acerca da construção da cidade as reflexões se revelam adequadas no sentido de contribuir para a definição do que são as condições do *fazer cidade*, associada à ideia de urbanidade; já a extensa reflexão acerca da habitação de promoção pública na cidade de Lisboa, que se traduz na construção de um quadro teórico de leituras, permite além de reconhecer a existência de diversos estudos de natureza específica e parcial do quadro habitacional público, nomeadamente das suas políticas, encontrar uma lacuna na reflexão: encontra-se ainda por realizar uma **leitura evolutiva e abrangente dos projectos** habitacionais de promoção pública que constroem a realidade desta cidade. Esse é o contributo deste trabalho.

A *parte 2* da investigação dedica-se à necessária análise e organização das diferentes manifestações habitacionais em presença para a construção de um argumento. Este, justificará a proposta de ordenação morfológica que se desenvolve na *parte 3* do trabalho.

O argumento que se pretende construir ao longo da *parte 2* estrutura-se em três *capítulos* - 3, 4 e 5 - que seguem abordagens complementares, concorrendo para a construção de um quadro de análise que, em léxico arquitectónico, se projecta em escalas distintas.

Parte 2:

A construção de um argumento

São questões de ordem supraestrutural as abordadas no *capítulo 3* e que constroem um contexto que enquadra os projectos que adiante se debatem. Entre estas questões, ganham preponderância as relacionadas com o quadro legal e com os programas políticos que, em cada momento construíram cada caso de estudo em particular e o universo de análise em geral. O entendimento deste enquadramento que se situa a montante da projectação revela-se essencial ao entendimento da mesma.

O *capítulo 4* estrutura um conjunto de parâmetros dedicados à análise das questões de ordem estrutural, ou seja, aquelas que decorrem da relação dos casos de estudo com a cidade como um todo. Uma leitura que se pretende de âmbito estrutural e que organiza o objecto físico de análise em função dos temas de natureza territorial – do planeamento, da localização, da relação com a cidade consolidada ou da relação com as infraestruturas.

Estas são questões para as quais se revelou necessária uma leitura de carácter histórico, nomeadamente da evolução da cidade de Lisboa, através do trabalho sobre cartografia de época<sup>11</sup>. Para o desenvolvimento deste trabalho foi essencial o redesenho da cidade em momentos históricos específicos, sob uma linguagem comum, no sentido da construção de uma leitura, sempre, comparativa.

Na construção deste argumento, são desenvolvidas, no *capítulo 5*, as aproximações que se prendem com a análise morfológica dos casos de estudo. Neste momento do trabalho, e sempre com recurso à análise gráfica, são abordadas as questões da morfologia urbana que se organizam em três pontos: o relevo como determinante projectual, a “cidade pública” e a “cidade privada”<sup>12</sup>. Acerca destas matérias são analisados, em número representativo, os casos de estudo em que se verificam existirem invariantes/padrões no que se refere à composição urbana, aos edifícios e espaços públicos de carácter excepcional, incluindo os espaços verdes assim como o elemento rua.

Já no que diz respeito à “cidade privada”, a atenção dedica-se à análise do edificado, em concreto das formas de agregação e espaços urbanas resultantes. Não é objectivo desta investigação, desenvolvida no âmbito de um doutoramento em urbanismo, aprofundar

---

<sup>11</sup> Acerca da cartografia como método de investigação em urbanismo ver: (TEIXEIRA 2000, 2006).

<sup>12</sup> Concepção de “cidade pública” e “cidade privada” adaptadas de: (COELHO 2007) Nesta obra de referência, na cidade pública destacam-se os elementos rua e praça e na cidade privada os elementos urbanos quarteirão e lote | edifício.



uma análise dos projectos arquitectónicos e das tipologias habitacionais, mas sim do papel do edifício na composição urbana.

Ao longo da *parte 2* do trabalho são deduzidos, a partir das análises gráficas e das leituras complementares, padrões de ocupação e organização do objecto físico de estudo no contexto espaço-temporal em causa.

Este estudo representa uma parte significativa da investigação, permitindo uma leitura, entre outras possíveis, de uma realidade também histórica mas, fundamentalmente, contemporânea.

Os padrões encontrados são, então, cruzados com uma leitura diacrónica e cronológica, permitindo a dedução das tipo-morfologias que se propõem e justificam na *parte 3, capítulo 6*.

Parte 3:

Uma proposta de classificação

A construção do quadro tipo-morfológico proposto decorre do cruzamento dos diversos factores de ordem supra-estrutural, de abordagens de análise ao nível da estrutura da cidade assim como de uma leitura morfológica dos conjuntos edificados. Estas leituras, desenvolvem-se na segunda parte do percurso da investigação, que articulada com a análise de uma diacronia desenhada, constroem o argumento desta obra. Resulta deste cruzamento a definição de uma Cronologia dos Projectos Habitacionais de Promoção Pública em Lisboa, entre 1910 e 2010.

O desenho de uma classificação permite uma sistematização que, a par, propõe uma reflexão acerca da capacidade destes projectos contribuírem para a construção de cidade, elaborada no *capítulo 7*. Nesta medida, há que reconhecer quais as condições essenciais do “fazer cidade” para então proceder a uma avaliação dos tipos definidos quanto a esta sua maior ou menor aptidão.

Importa chamar a atenção que, qualquer forma de classificação e avaliação de natureza específica, neste caso projectual, implica algum nível de abstracção relativamente a outras múltiplas realidades, resultando, inevitavelmente, numa leitura parcial relativamente à diversidade do objecto.

Como complemento e fundamento deste desenvolvimento da investigação está a construção de um conjunto de fichas de caracterização de cada caso de estudo. Estas, organizam-se com base numa caracterização gráfica e descritiva de cada caso de estudo, organizadas em função de um guião que permite alcançar um conhecimento uniforme, salvaguardando-se a quantidade de informação disponível para cada caso de estudo.

O conjunto destas fichas, associado a um registo gráfico global, forma o que se designará como o ATLAS dos Projectos Habitacionais de Promoção Pública em Lisboa – 1910 | 2010, que continua em construção e se constitui como anexo ao trabalho.

A estrutura proposta é, portanto, reflexo de uma condução aberta dos trabalhos que, seguindo um plano, se apoia essencialmente na análise gráfica desenhada de casos de estudo, reflectindo o método dedutivo aplicado.

#### Metodologia

A metodologia reporta-se, portanto, a uma pesquisa de tipo mista, assentando em dois eixos estratégicos fundamentais: indutiva e baseada na “ciência da observação”<sup>13</sup> (CHOAY 2003), na experiência e na evidência empírica para a construção de teoria; e analítica e, portanto, dedutiva. Desta interacção constrói-se uma pesquisa definida como reflexiva, onde interagem a teoria e a prática, onde os investigadores “(...) move back and forth between deductive and inductive perspectives, modifying their theoretical propositions in the light of the evidence, revising their understanding of the evidence (its categories, and its meaning and significance) in light of theoretical concepts and exploring new possibilities of understanding and new ways of knowing.” (DEMING e SWAFFIELD 2011: 8)

Das características próprias do objecto e do objectivo do estudo, decorre a necessidade de utilizar uma metodologia comparativa, que Aldo Rossi entende como o “método mais seguro” (2001: 34) para o estudo da cidade<sup>14</sup>. Também Marcel Poète se refere à comparação de factos urbanos para a construção de uma classificação (CHOAY 2003). Esta metodologia permite o desenvolvimento de uma análise para a construção de um quadro morfológico. A concorrer para esta classificação, está uma análise evolutiva diacrónica e uma análise temática, que, cruzadas, estabelecem o quadro teórico de referência.

Estes contributos, apoiam-se sempre no desenho como instrumento de reflexão, confirmando a observação de José António Bandeirinha quando afirma que “também se faz investigação desenhando”<sup>15</sup>, de Han Meyer (2005), a propósito do “Território do Urbanista” quando evoca a investigação através do desenho, principalmente no campo da arquitectura e do urbanismo ou de Joaquín Sabaté quando se refere “El

---

<sup>13</sup> “Uma ciência de observação.” É como Marcel Poète define a “Ciência das cidades” (CHOAY 2003).

<sup>14</sup> Embora Aldo Rossi aborde a questão comparativa no âmbito da evolução da cidade, entende-se que a metodologia da comparação metódica aplicada a distintos casos de estudo pode resultar no pretendido esclarecimento das questões urbanas.

<sup>15</sup> José António Bandeirinha, na sua intervenção enquanto júri da prova de doutoramento intitulada “Os Bairros do Restelo” da autoria de Patrícia Almeida, defendida a 29 de Outubro de 2013 no FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

*dibujo se convierte así en herramienta de interpretación y construcción de nuevo conocimiento.*" (2010).

É, portanto, pela análise de casos de estudo e verificação, por via do desenho, de fenómenos urbanos que, pela sua repetição/permanência constituem padrões, que são deduzidas as "regras abstractas"<sup>16</sup> (BUSQUETS e CORREA 2006: 10) ou implícitas, que desenhavam uma categorização.

A investigação inscreve-se, assim, no âmbito dos estudos de morfologia urbana. Atenta a observação de múltiplos casos, através de uma análise comparativa de objectos de natureza comum, propõe-se uma leitura taxonómica dos factos que constituem o universo de análise.

Considerando a taxonomia como "*Teoría ou nomenclatura das descrições e classificações científicas*" (AAVV 2008-2013) que na sua origem, no plano da biologia, definem "*the description, identification, naming, and classification of organisms*" (AAVV), e que aplicado à investigação em arquitectura e paisagem se define como referente à "*theory, principles, or practices of classification into provisional or established categories. (...).*" (DEMING e SWAFFIELD 2011: 136); é objectivo desta investigação organizar uma classificação assente em características morfológicas do objecto urbano em estudo. Esta acepção da classificação de forma mais genérica designada por tipologia<sup>17</sup>, quando aplicada à morfologia urbana, é definida por Tipo-morfologia (MOUDON 1989), entendida como o estudo dos processos de produção da cidade através da sua classificação sistemática. Neste contexto, Anne Vernez Moudon (1997) identifica três princípios que guiam este tipo de análise urbana - forma, interacção entre níveis de conformação e tempo. A leitura que se propõe pode enquadrar-se também na visão mais abrangente da Morfogénese Urbana (MOUDON 1997), considerando a relevância dada, não apenas ao objecto construído, mas ao seu processo de construção, nomeadamente à sua génese programática.

Assim, importa que desta leitura de carácter taxonómico, dedicada à análise morfológica dos bairros habitacionais de promoção pública construídos em Lisboa entre 1910 e 2010, se deduza um conjunto de Tipos urbanos. A definição de Tipo<sup>18</sup>, é também accionada por Nuno

---

<sup>16</sup> "**Reconocer las "reglas abstractas"** en la ciudad existente, así como saber definir "acciones abstractas" en los nuevos proyectos o planes para la ciudad há sido quizás la mayor aportación de la Urbanística, en el desarrollo de la ciudad contemporánea." (BUSQUETS e CORREA 2006: 10).

<sup>17</sup> "Typologie: (...) Dans ce champ, il désigne, de façon générale, tout opération de classement des édifices, des objet ou des espaces, utilisant la catégorie du type." (MERLIN e CHOAY 1988).

<sup>18</sup> «La palabra "tipo" no representa tanto la imagen de una cosa a copiar o imitar

Portas quando se refere aos Tipos na arquitectura da cidade como os: "(...) *elementos de continuidade e de invariância* (...)". (PORTAS 2007: 96). Persegue-se, então, esta premissa da leitura crítica e interpretativa do objecto de estudo, em busca das permanências, ou das invariâncias que constituem os tipos.

Outros trabalhos de investigação seguiram abordagens metodológicas desta natureza. São, portanto, referência os trabalhos de Amador Ferrer (AIXALÀ 1996), publicado com base no trabalho desenvolvido na sua tese de doutoramento defendida em 1982, sobre os "polígons" de Barcelona, assim como os trabalhos de Joan Busquets (BUSQUETS 1999; BUSQUETS e CORREA 2006); o primeiro desenvolvido na sua tese de doutoramento, defendida em 1975 na UPC, acerca do estudo dos bairros de urbanização marginal em Barcelona; e o segundo, em colaboração com Felipe Correa, onde definem uma leitura taxonómica sobre as formas de desenhar a cidade e os novos territórios urbanos na mudança deste século, definindo, pelo menos, dez tipos de projectos urbanísticos. Neste trabalho é referência fundamental a procura da ideia mobilizadora de cada tipo de projecto proposto; a classificação faz-se com recurso à leitura do elemento básico ou dominante, que pode ser equiparado às noções de "conceito chave," ou "princípio básico" que Montaner define como categorias interpretativas, próximas à noção de tipo. (MONTANER 2001: 110).

Ainda, como referências da escola de Barcelona, o trabalho de Luis Moya (GONZÁLEZ 2004) acerca da "vivienda pública" em Madrid, de Júlio César (SANDOVAL 2011), numa aproximação ao papel dos "fragmentos urbanos" na leitura da metrópole de Barcelona, ou de Alessia Allegri (2012) tratando da transformação da paisagem comercial na cidade contemporânea, tendo como caso de estudo a cidade de Lisboa, são trabalhos que na UPC - Barcelona, constroem uma Escola e um modo de fazer investigação com recurso ao desenho aplicado como método de leitura do espaço urbano e da arquitectura.

Outras referências ao nível dos métodos de trabalho são também Susanne Komossa (KOMOSSA 2010), com o estudo morfológico dos bairros holandeses da TU Delft, em que a construção do Atlas de desenhos de natureza morfológica permite a interpretação dos casos e a construção da teoria. Também João Santos (2012) em *Espaços de mediação infraestrutural*, estudando o território metropolitano de Lisboa, na sua tese de doutoramento desenvolvida na FA-UL, Lisboa, trabalha sobre a cartografia publicada em desenhos de natureza interpretativa.

---

perfectamente, sino más bien la idea de un elemento que por sí mismo debe servir de regla al modelo (...)" (PATETTA 1984, por Quatremère de Quincy).

Em todos eles, encontramos o recurso aos casos de estudo como forma de estabelecer a comparação entre realidades representativas de um universo mais alargado, tendo sempre o desenho como processo interpretativo e dedutivo de reflexões e conclusões.

Assim, da conjugação das metodologias de referência e da percepção das necessidades próprias dos objectos físico e teórico em causa, resulta uma leitura cruzada de elementos de natureza diversa que se sustentam mutuamente na construção da investigação. São esses elementos, os de carácter teórico, os que decorrem do trabalho de campo e os de análise representativa, seja ela cartográfica, diagramática ou das formas de representação urbana e arquitectónica tradicionais – plantas, cortes, alçados e perfis urbanos – sempre complementados por imagens de satélite, fotografias actuais e outras de carácter histórico. Estes recursos múltiplos, que assumem a representação gráfica como um instrumento de investigação, fundamentam e são, simultaneamente, justificados pelo discurso teórico.

O capítulo introdutório apresenta os dois objectivos essenciais do trabalho e articula as hipóteses que lhes deram origem. São eles:

Objectivos: 1 - Identificar e classificar os padrões morfológicos deduzidos dos tecidos urbanos habitacionais de promoção pública no período de 1910 a 2010; 2 - Analisar o papel que estes projectos urbanos habitacionais de promoção pública assumiram na construção da cidade.

As hipóteses decompõem em partes o que a ideia inicial sugere: 1 - Que o contexto social e o programa político se revelam como uma determinante supra-estrutural na definição morfológica dos projectos habitacionais de promoção pública em Lisboa e no papel destes na construção da cidade; 2 - Que o tipo de relação que estes conjuntos edificados estabelecem com a cidade existente se revela como uma questão de ordem estrutural na definição do papel destes projectos na construção da cidade; 3 - Que a forma resultante do desenho do projecto urbano habitacional é elemento primordial na construção morfológica que contribui para a diversidade da paisagem residencial e com ela para a promoção da urbanidade. Se as três hipóteses servem de base à estruturação do corpo argumentativo do trabalho, dando origem aos três capítulos de índole analítica, que organizam a *parte 2*; os dois objectivos iniciais são os que estruturam a *parte 3* do trabalho, dando origem a uma leitura propositiva.

Para tanto, definiu-se uma metodologia de trabalho assente fundamentalmente numa leitura comparativa de casos de estudo, articulados numa leitura interpretativa, cujo instrumento de eleição é o desenho analítico, resultam numa proposta taxonómica, depois sujeita a uma leitura avaliativa.

# PARTE 1

o objecto de estudo

Esta *parte 1* do trabalho é dedicada à definição e caracterização do objecto de estudo. Para o efeito, abordam-se em separado duas questões de ordem distinta: o objecto físico e o objecto teórico, que organizam dois capítulos.

No *capítulo 1*, o objecto teórico dedica-se, num primeiro momento, à reflexão acerca do fazer cidade e da leitura e análise do urbano. Num segundo momento a reflexão dedica-se ao caso específico da cidade de Lisboa, em concreto às leituras dos autores e actores do processo habitacional de promoção pública. Para isto propõe-se uma seleção rigorosa de autores em função dos objectivos propostos.

No *capítulo 2*, o objecto físico define o universo composto pelos projectos urbanos habitacionais construídos na cidade de Lisboa, no período temporal em análise, que se decompõem em cerca de uma centena de casos de estudo.

# Capítulo 1

## OBJECTO TEÓRICO

### a construção de Cidade e de Lisboa

*"Ainsi les critères varient selon la nature des objets étudiés, le choix des critères constituant le point le plus délicat de l'analyse."*

(PANERAI et al. 1980: 92)

*"Cidade e habitação são realidades inseparáveis, pois não há cidade sem habitação (teríamos/teremos um espaço sem vida com adequada continuidade), nem habitação sem cidade (teríamos/teremos um espaço "urbano" limitado às funções de grande dormitório)."*

(A. B. COELHO 2013a: 65)



O objecto teórico da investigação organiza-se em duas partes, correspondentes a dois subcapítulos. Dedicase, num primeiro momento, à busca da forma adequada de estudar o urbano, estabelecendo uma ordem para a análise das suas condições essenciais; e, num segundo momento, à identificação da questão habitacional como forma de construção da cidade de Lisboa.

Serão, então: 1. deduzidas as principais linhas do debate em torno da análise da forma da cidade como referência metodológica para a investigação, e; 2. construído um quadro teórico de referência sobre a construção de habitação de promoção pública no contexto Lisboaeta, procurando demonstrar a necessidade de uma leitura mais abrangente acerca da forma do projecto urbano habitacional de promoção pública.

## 1.1 Acerca das formas do fazer cidade

**Urbanização e Urbanismo** *“Dois termos conexos e ao mesmo tempo antagónicos.”.* É assim que, em 1941, na “Revista Municipal”, editada pela Câmara Municipal de Lisboa o Engenheiro Fernando de Sousa, discorre sobre as diferenças conceptuais entre os dois termos.

Vale a pena reproduzir a conceptualização elaborada naquele momento:

*“Urbanizar é dotar um terreno, uma povoação, com os requisitos de comodidade e bom aspecto próprios das cidades; é civilizar o lugar que se encontra em atraso. É, sobretudo, preparar terrenos suburbanos para neles se alargarem as cidades. É melhorar dentro deles a viação, as canalizações, o aspecto das edificações, com um propósito civilizador.*

*A cada passo se emprega o termo, que traduz a intenção de ampliar e alindar no interior e no exterior das povoações para assegurar vida cómoda e agradável aos seus habitantes e provocar a expansão urbana.*

*Urbanismo é, pelo contrário, o vocábulo designativo de uma grave doença social, que provoca o abandono da pacífica vida rural nos casais, nas quintas, nas vilas e aldeias, trocadas pelo bulício das cidades e pelos atractivos da urbanização destas.*

*Dos pequenos centros emigram famílias abastadas e de boa educação, que trocam o salutar sossego da vida campesina pelo vaguear em lojas elegantes e por teatros, casinos e cinemas, pois não lhes basta o mês de veraneio nas praias ou nas águas. Vem outros à cata de empregos públicos nas múltiplas colmeias burocráticas das cidades.*

*Em vez do desafogo das velhas e amplas casas de província, cheias de recordações de família, com o logradouro de um quintal, habitam-se cubículos acanhados, muitas vezes sem sol, anti-higiénicos, de renda cara e de mobília nova e banal, que dê ao habitante a aparência de novo rico.*

*As relações amigáveis de velha vizinhança e parentesco são substituídas pelo isolamento, consequência do nomadismo da vida urbana, sem lar estável nem relações duradouras, sujeita a frequentes mudanças. (...)” (SOUSA 1941: 3).*

De facto, a leitura que então se faz da distinção entre os dois termos, tem pontos de contacto com a actualidade. À urbanização, associa uma componente prática de dotar um terreno não urbano em espaço infraestruturado, que o autor classifica de “propósito civilizador”; promovendo as condições para uma vida “cómoda e agradável” e promovendo a “expansão urbana”. Ao urbanismo, associa todo um carácter cultural (mal visto à época) que hoje se poderia enquadrar no conceito mais amplo de **urbanidade**, genericamente definida como a “Qualidade material, moral e estética do urbano” (RODRIGUES et al. 1996: 269). Além de outras condições, de carácter social ou económico que podem ser atribuídas ao conceito de urbanidade, a *urbanidade material*<sup>19</sup> (SOLÀ-MORALES 2010), no sentido da matéria física, construída; é a que aos arquitectos mais diz respeito.

A esta urbanidade, no sentido da espacialidade, estão associados elevados níveis de acessibilidade, densidade, diversidade e continuidade espacial dos elementos rua, parcela e edifício (V. OLIVEIRA e SILVA 2013).

Na verdade, a Urbanização a que se refere o engenheiro Fernando de Sousa, não pretendia, tal como muitas urbanizações hoje, criar espaço urbano. Ao contrário, o *Urbanismo* procura o urbano e a condição colectiva que o urbano, necessariamente, encerra. A esta condição colectiva do urbano também se refere Aldo Rossi quando considera a arquitectura como a “(...) construção da cidade (...)” e entendendo-a “(...) por natureza colectiva.” (2001: 31).

O que distingue este discurso do actual é, de facto, a qualificação que o engenheiro atribui a um e outro termo. A urbanização vista como uma medida positiva em 1941, dado que dotava os terrenos das necessárias obras de infraestruturação, mantendo um estilo de vida rural, pela ausência de um conjunto de qualidades urbanas, parece-nos hoje insuficiente. Ao contrário, o urbanismo antes visto como “uma grave doença social”, está hoje associado ao conceito de urbanidade, definido por Alain Bourdin (1987: 246) como sendo “(...) *l’art de rendre les relations agréables, entre pairs ou entre inférieur et supérieur.*”<sup>20</sup>. Esta noção de respeito entre um colectivo diverso, como o urbano implica, era, em 1941, de facto, um não objectivo.

---

<sup>19</sup> “*Urbanitat material (...) És una urbanitat que està en la matèria.*” (SOLÀ-MORALES 2010: 16).

<sup>20</sup> “(...) a arte de estabelecer relações agradáveis entre pares ou entre pessoas de hierarquia social superior e inferior.” (tradução da autora).

Este *respeito* a que Alain Bourdin se refere é identificado por Manuel de Solà-Morales (2010) como uma de três condições essenciais à urbanidade: *Respeito*, *Permeabilidade* e *Sensualidade*. Neste discurso, feito aos alunos de arquitectura da UPC na abertura do ano lectivo de 2009-2010, Manuel de Solà-Morales fala da urbanidade da arquitectura, dissertando sobre o que considera ser o maior problema das nossas cidades – o isolamento da arquitectura, ou seja, a falta de relação entre a arquitectura e a cidade seu suporte.

Considerando a definição de Richard Sennett, referido por Solà-Morales, quando se refere ao *respeito* como sendo “o único caminho para preservar a dignidade humana numa sociedade desigual” (SOLÀ-MORALES 2010: 18, tradução da autora), o autor estabelece um paralelismo com o *respeito* que o arquitecto e a arquitectura têm que ter para com a cidade<sup>21</sup>. A *permeabilidade*, outras da condições definidas como essenciais à promoção de urbanidade, invoca a importância do piso térreo. É, então, entendida como a capacidade que um edifício tem de interagir com o espaço público e com as pessoas, ao contrário de não comunicar tornando-se impenetrável. Finalmente, a *sensualidade* da arquitectura, definida como a capacidade de um edifício convidar as pessoas e fazê-las sentir próximas, portanto, a capacidade de seduzir ao contrário de repelir.

Esta leitura das qualidades que o autor dedica à urbanidade da arquitectura, entende-se ser possível transpor para o projecto urbano habitacional. *Respeito* pela cidade existente, capacidade de convidar a entrar e sedução dos cidadãos são qualidades que podem aferir da urbanidade de um espaço e portanto, da capacidade de um projecto fazer cidade. Esta capacidade é ilustrada pelo mesmo autor quando apresenta um projecto de arquitectura e se refere ao “(...) bom exemple de com l’arquitectura contemporània és capaç de fer ciutat – una ciutat que no es fa des de fora sinó des de la pròpia arquitectura (...)” (SOLÀ-MORALES 2010: 20).

O *fazer cidade* foi, a par de *construir tecido urbano* e *criar ordem urbana*, tema de estudo do Simpósio Europeu de Investigação em Arquitectura e Urbanismo de 2012 (EURAU12). Estes temas, que se entende poderem resumir-se no primeiro – *fazer cidade* –, focam-se em questões como continuidades e lugares excepcionais; estrutura e hierarquia; edifício e espaço público; contexto e limite ou memória e identidade. A propósito de territórios que resultam em “*somatário de artefactos urbanos*” é abordada a questão da “(...) urgência de se resolver o problema permanente da habitação” (EURAU 2012), reflectindo a

---

<sup>21</sup> Solà-Morales ilustra ainda como a atenção do grande pelo pequeno, das instituições públicas pelo cidadão ou do professor pelo estudante.

preocupação de globalmente este tema levanta. O questionamento passa pela necessidade da existência de espaços públicos como condição do urbano e, portanto, do *fazer cidade*.

De facto, é do diálogo entre construído e vazio, entre público e privado, entre o projecto racional e os valores do *locus*, que a ordem urbana se estabelece (EURAU 2012; ROSSI 2001; SOLÀ-MORALES 2010).

Para uma leitura correcta destas relações, tomam-se como ponto de partida a **estrutura e forma urbanas**. No entanto, para a sua melhor compreensão, será essencial integrar os contributos das disciplinas que entendem a cidade como o resultado de intenções e processos complexos, de cariz social, económico ou político (ROSSI 2001). De entre estas, Aldo Rossi evidencia a **questão política**, afirmando que uma cidade é também “(...) *a forma da sua política, os sinais de uma vontade*.” (2001: 241).

O caminho percorrido pelo desenvolvimento urbano da cidade de Lisboa e em concreto os projectos de habitação de promoção pública, são reflexo destas opções políticas e ideológicas, que, entre 1910 e 2010 sofreram, em Portugal, grandes mudanças. A este respeito, Maria Clara Mendes (1997) em “Política de Habitação Social em Portugal”, refere-se exactamente às opções ideológicas de quem governa, para caracterizar, à data, uma tendência de menor intervenção do Estado em governos de centro direita, particularmente no que se referia às opções de arrendamento, privilegiando a aquisição de casa própria, ao contrário dos governos de centro esquerda que procuravam intervir mais activamente no mercado, nomeadamente através do poder local e de associações sem fins lucrativos.

Estabelecendo um paralelismo com a “ideia construída” de Alberto Campo Baeza (BAEZA 2011), que tem por base a materialização da ideia arquitectónica, entende-se possível aplicar literalmente o conceito à ideologia política materializada através do projecto urbano. É, neste caso, a ideologia construída.

### **Acerca da leitura da cidade... por partes**

Como contributo para a compreensão do carácter urbano, ou urbanidade, da cidade e dos seus espaços e, seguindo mais uma premissa de Manuel de Solà-Morales (2010) quando diz que a urbanidade é um jogo de distâncias curtas, na medida em que é na relação directa entre os materiais, os espaços, os planos construídos, que se estabelece a já referida sensualidade, há que observar a cidade desde mais perto, desde uma escala mais aproximada e através das suas partes. Esta aproximação de escala não implica nem sequer permite um seccionamento escalar do acto projectual, dada a natureza una da

matéria dos factos urbanos, mas tão só a sua operacionalização para uma análise urbana.

A divisão do tecido urbano em partes serve, então, o intuito de identificar os seus elementos mais significativos para, a partir deles, estabelecer uma leitura metódica do facto urbano em causa<sup>22</sup>.

Aldo Rossi, estabelece também a possibilidade de ler a cidade a partir dos seus trechos, de “factos urbanos”<sup>23</sup> independentes, nomeadamente a partir da forma, como “condensação do [seu] carácter total” (2001: 46). O autor tem como base o carácter marcante e particularizante do *Locus* e divide os *factos urbanos* em *elementos primários* e *áreas-residência* (ROSSI 2001: 32). Entende as áreas como “(...) unidades do conjunto urbano que emergiram, mediante uma operação, de diferentes processos de crescimento e diferenciação, ou então os bairros ou partes da cidade que adquiriram características próprias.” (ROSSI 2001: 86); podendo, desde a análise da sua morfologia, ser lidas como zonas homogéneas. Já os elementos primários são definidos como “(...) elementos determinados que funcionam como núcleos de agregação.” (ROSSI 2001: 124), assumindo na cidade um carácter permanente e sendo, muitas vezes, geradores de traçados primários, portanto, pela sua referência à génese da evolução da cidade.

Kevin Lynch, em *A Imagem da Cidade* (1960) chama aos elementos primários de Rossi, elementos marcantes, identificando-os como um dos elementos-tipo para a definição e leitura da imagem da cidade. Além destes *elementos marcantes*, Lynch identifica ainda as *vias*, os *limites*, os *bairros* ou os *cruzamentos*<sup>24</sup>, como *categorias empíricas convenientes*, determinantes numa partição da realidade para a operacionalização da leitura analítica dos espaços.

Além dos *elementos físicos perceptíveis*, o autor identifica outras ordens de factores que também influenciam a construção de uma determinada imagem na cidade; são eles: o significado social de uma zona, a função, a história ou até o nome de determinado sítio ou facto urbano.

Também através da observação do funcionamento das cidades, Jane Jacobs, em 1961, ataca directamente os fundamentos do planeamento urbano moderno e justifica, através da sua obra *Morte e*

---

<sup>22</sup> Acerca da complexidade do tecido urbano e da estratégia de decomposição deste em partes para uma leitura morfológica da cidade, ver Carlos Dias Coelho em (C. D. COELHO 2001, 2013b)

<sup>23</sup> “Factos Urbanos” que também Marcel Poète define como o “*facto revelador do estado do organismo urbano*” (CHOAY 2003).

<sup>24</sup> Elementos extensamente descritos ao longo do capítulo III – A imagem da cidade e os seus elementos da obra de referência do autor: *A Imagem da Cidade*, de 1960.

*Vida de Grandes Cidades*, “novos” princípios para o desenho da cidade. Neste contexto analisa o sucesso e o fracasso de determinada rua ou parque urbano, procurando definir as características fundamentais para o sucesso vivencial destes elementos urbanos.

Dedica, ainda, uma extensa reflexão à condição da **diversidade** – de usos, de tecidos urbanos ou de épocas de construção, por oposição ao zonamento “estéril, rígido e vazio” (JACOBS 2001: 245).

Com distinta abordagem para, analiticamente, segmentar a cidade, Manuel de Solà-Morales (1993)<sup>25</sup> classifica o processo urbano e enquadra a questão da produção de habitação, no crescimento da cidade quando se questiona acerca da capacidade dos “housing projects” dos “Grans Ensembles” e dos “Polígons<sup>26</sup>” contribuírem para a construção da cidade. Define que este processo resulta da combinação de três momentos – *parcelamento (P) + urbanização (U) + edificação (E)*, e explora a diversidade resultante das distintas combinações na forma, no tempo e no espaço. A noção de que a diversidade de tempos e de sequência no processo urbano, que conjuga parcelamento (P), urbanização (U) e edificação (E), é gerador da diversidade e portanto da riqueza morfológica da cidade, coloca em causa a capacidade de projectos unitários de contribuírem nesta medida. “Urbanização, parcelamento e edificação são ali simultâneos, unitários e constituem um acto pontual de construção urbana.” (SOLÀ-MORALES 1993: 22), constituindo para a cidade apenas um episódio isolado. O autor identifica seis modelos que representam articulados distintos das três operações base na formação da cidade. O “Eixample”, as “Fileres suburbanes”, a “Urbanització marginal”, a “Ciutat-jardí”, a “Barraca” e os “Polígons”, dão corpo a diferentes ritmos e formas de articulação entre o parcelamento, a urbanização e a edificação.

Afasta, no entanto, de forma peremptória, do projecto urbano as fórmulas de trabalho baseadas nos coeficientes de edificação, nos regulamentos ou no zonamento, e defende que o projecto das formas de

---

<sup>25</sup> A obra *Les formes de creixement urbà*, de Manuel de Solà-Morales, aqui referenciada ao ano de 1993, teve a sua primeira redacção em 1971.

<sup>26</sup> *Polígon* palavra catalã da expressão espanhola - *Polígono*, que consubstancia o projecto habitacional projectado e construído de uma só vez, tendencialmente localizado em locais periféricos e que promove o crescimento urbano por conjuntos fechados, segregados da cidade consolidada.(SOLÀ-MORALES 1993)

“Definició material del polígon pel seu caràcter unitari: com un projecte unitari; com una actuació unitària; com una gestió unitària.” (SOLÀ-MORALES 1993: 105).

“(…)instrument (...) de projectació unitària d'un fragment de la ciutat.” (AIXALÀ 1996:21)

crescimento urbano se baseia na "(...) *configuração dos ritmos que combinam solo, edificação e infraestrutura (...)*". (1993: 19).

Ainda dedicado ao estudo dos Polígonos de Barcelona, Amador Ferrer Aixalà (1996), em 1982, aborda as questões da **distribuição e localização** destes no território metropolitano e na sua relação face à cidade existente. Neste caso, terreno, ou *locus*, e tecido urbano consolidado são as referências para uma leitura de natureza tipológica.

Recuperando a fórmula do "PUE" (SOLÀ-MORALES 1993), podemos encontrar um paralelismo com a organização proposta por Philippe Panerai (2006) quando apresenta três conjuntos de sistemas como constituintes dos tecidos urbanos: *rede de vias, parcelamento fundiário e edificação*.

O autor identifica estes como "(...) *os elementos que permitem que as diferentes partes da cidade evoluam, ao mesmo tempo que são mantidas a coesão do conjunto e a clareza da sua estrutura.*" (PANERAI 2006: 78). Tal como Manuel de Solà-Morales, descreve a análise do tecido urbano através da identificação de cada um destes sistemas, apenas provisoriamente isolado, para então, perceber a relação estabelecida entre eles. A complexidade da análise é um espelho da complexidade da cidade.

Ainda nesta procura das fórmulas para a leitura da complexa realidade urbana, uma perspectiva de natureza mais geográfica é a que J. Whitehand associa à escola Conzeniana quando se refere a uma "(...) *divisão tripartida da paisagem urbana em: i) plano da cidade (compreendendo ruas, parcelas e planos de implantação dos edifícios), ii) tecido edificado e iii) uso do solo e do edificado.*" (WHITEHAND 2013: 46). Esta leitura acrescenta, portanto, como questão central da leitura da cidade o **uso** dos espaços e dos seus edifícios. Como o próprio título sugere em "Geographie des Villes" (1959), Pierre Lavedan aborda a estrutura das cidades através de uma análise da geografia das suas partes. Nomeadamente através dos espaços livres (ruas, praças, jardins, linhas de água ou vias férreas) e espaços construídos (edificado incluindo os espaços livres privados), tendo como base o sítio e até o clima.



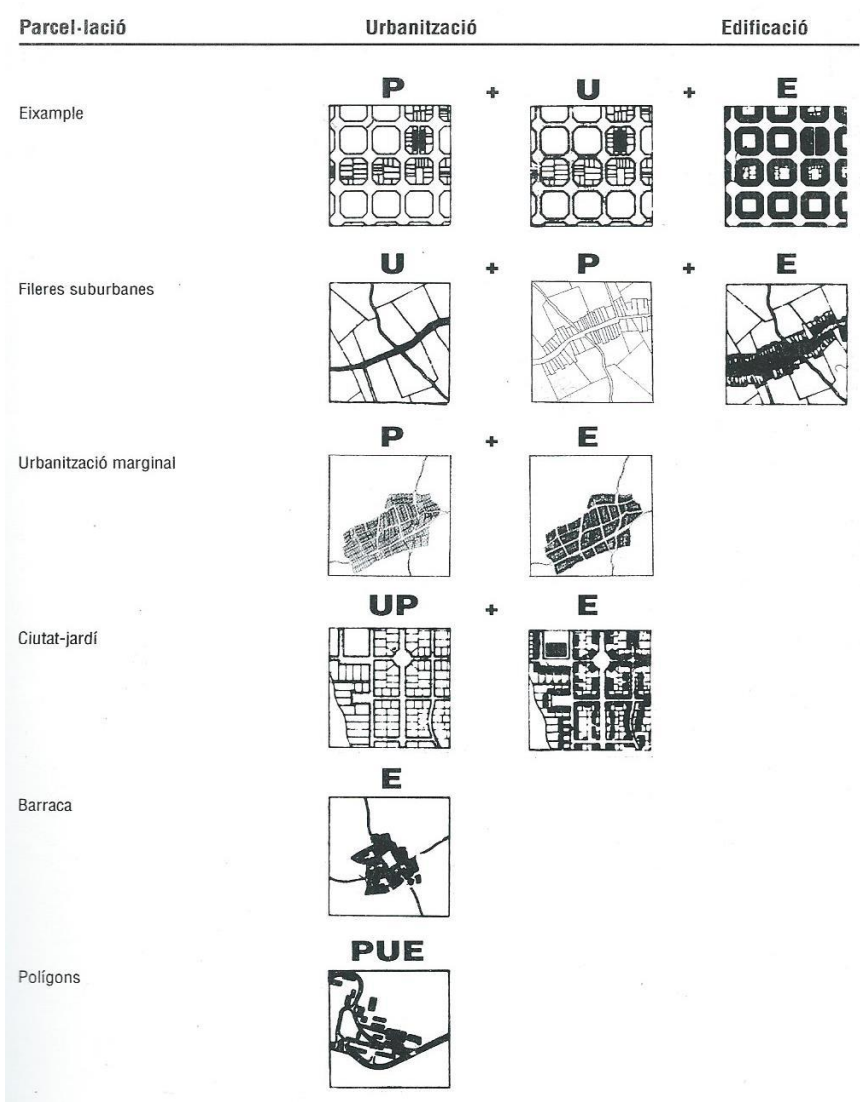


fig. 1.01 | Esquema teóric de PUE em Les formes del creixement urbà (SOLÀ-MORALES 1993: 23).

fig. 1.02 | Esquema teórico dos elementos constitutivos do tecido urbano – vias|parcelas|edificações, recorrendo a um excerto da cidade do Cairo. (PANERAI 2006: 80).



Numa leitura agora dedicada aos projectos como factos urbanos independentes, Joan Busquets em colaboração com Felipe Correa (2006), classifica dez tipos de projectos urbanísticos (estes não necessariamente de natureza habitacional) a partir do seu elemento conceptual central. É através da leitura da cidade existente que se, “descobrem” ou deduzem enfoques distintos, ou “(...) *líneas de trabajo a partir de las que su condición proyectual se expresa*.” (2006: 10). São temas destes dez tipos de projecto: 1. os *edifícios chave*, como elemento gerador dos traçados; 2. os *grandes artefactos urbanos*, com enfoque nas infraestruturas; 3. as intervenções mínimas denominadas de *manobras tácticas*; 4. as *superfícies reconfiguradas*, dedicado à reestruturação de espaços vazios; 5. o *projecto gradual*, dedica ao projecto urbano de escala intermédia e procurando interligar sistemas e funções do domínio público; 6. as *visões tradicionais*, denominadas de *revival*, reconhecendo a cidade dos finais do século XIX e o projecto habitacional como forma de desenhar a cidade; 7. os *territórios reciclados*, dedicados aos projectos paisagísticos à escala metropolitana; 8. a *revitalização urbana*, sobre os centros históricos e a sua renovação; 9. o *master plan* como elemento de organização de distintos projectos; e finalmente, 10. o *projecto experimental*, que investiga novos conceitos urbanos. Nesta classificação, Busquets procura o elemento base, o conceito central na composição de um determinado projecto para o definir taxonomicamente.

Dedicado à leitura dos traçados urbanos e da sua evolução, Carlos Dias Coelho (2001) define três formas fundamentais de classificar a natureza dos traçados - de “Adição”, de “Sobreposição” ou de “Sedimentação”. O autor, que disserta acerca da complexidade dos traçados, define os traçados de Adição como sendo aqueles que se somam à cidade por justaposição; os traçados de Sobreposição, considerando aqueles tecidos que resultam do projecto de diferentes traçados para um mesmo local ao longo do tempo, associados a processos de reestruturação urbana e que se definem pela própria alteração de uma realidade construída e; por último, os traçados de Sedimentação, por sua vez, aqueles que resultam de um processo de criação por efeito de acontecimentos diversos em tempo longo.

Esta leitura evolutiva e interpretativa é também a base da construção teórica, desenvolvida já em 2012, por João Santos, por sua vez dedicado à leitura dos espaços infraestruturais da área metropolitana de Lisboa (SANTOS 2012). Neste trabalho, a habitação é lida como protagonista pela autonomia que assume, decorrente da urgência, face ao objecto central da análise – a **infraestrutura**.

A obra *Forma y Ciudad* (RODRÍGUEZ-TARDUCHY et al. 2011), reúne, numa leitura que define o planeamento como “a disciplina da complexidade” um conjunto de matérias para ler a cidade entre a arquitectura e o urbanismo. A autora invoca a sua experiencia docente, para definir uma metodologia de leitura da cidade, que se baseia na desconstrução da cidade nos seus elementos primários. Esta abordagem, já ensaiada por diversos autores, como já se viu, pretende entender os tais elementos primários da cidade, desde o mais simples ao mais complexo para, então, os voltar a ordenar e interpretar num todo.

A obra organiza-se num conjunto de “pre-textos, textos e contextos” (RODRÍGUEZ-TARDUCHY et al. 2011: 20-21) que conduzem a análise da cidade através dos elementos considerados essenciais para a leitura urbana: **tipos edificatórios, quarteirões e parcelas, sistema viário, espaços livres e usos.**

Esta abordagem de identificação dos elementos mínimos da forma urbana, que concorrem para a composição da cidade é também a que José Lamas constrói, na obra *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (1993). Nesta obra o autor identifica aquelas que designa de “dimensões espaciais na morfologia urbana”, e que organiza em três escalas de aproximação: a *dimensão sectorial*, designada de *escala da rua*; a *dimensão urbana*, designada de *escala do bairro*; e *dimensão territorial*, designada de *escala da cidade*. Associados a cada uma destas dimensões ou escalas existem distintos *elementos morfológicos do espaço urbano*, também designados como as partes da forma global. O **solo** ou o pavimento, dependendo da escala de aproximação é o primeiro dos onze elementos identificados. Este tem uma determinada leitura de topografia e modelação à escala da cidade e uma outra leitura de materialidade, desenho ou uso à escala do bairro ou sectorial. Tal como estes, também os **edifícios**, designados de elemento mínimo da composição dialéctica entre arquitectura e cidade, apresentam formas de leitura distintas nas várias dimensões de leitura da cidade. Seguem-se o **lote**, o **quarteirão**, a **fachada** ou plano marginal, o **logradouro**, o traçado ou a **rua**, a **praça**, o **monumento**, a **árvore** e a vegetação e, finalmente, o **mobiliário urbano**.

Apesar da segmentação da cidade em escalas e elementos morfológicos, a cidade é um todo que se percepção no constante percurso entre as suas várias dimensões (LAMAS 1993).



Para conduzir este percurso através do objecto físico de análise, recorre-se aos contributos dos autores de referência, procurando articular os conceitos teóricos enunciados com a realidade construída. Recupera-

se aqui a citação inicial, de Philippe Panerai (PANERAI et al. 1980) acerca da dificuldade e importância da escolha dos critérios para o desenvolvimento da análise urbana, em função da natureza específica do objecto de estudo.

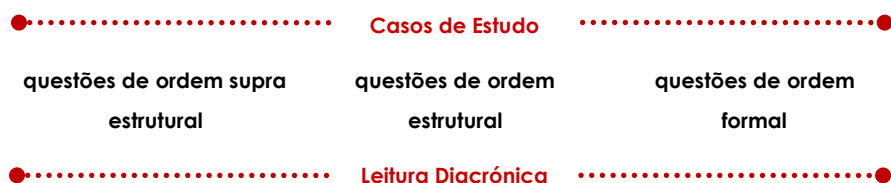
Da ampla reflexão acerca das formas de conduzir a leitura da cidade, elegem-se, então, três ordens de ideias que se entendem adequadas à condução da leitura do objecto desta análise – os projectos urbanos habitacionais de promoção pública:

– as **questões de ordem supra estrutural**, que se prendem com as razões não materiais dos sistemas e da forma urbana, com especial destaque para a questão sociopolítica;

– as **questões de ordem estrutural**, que incidem sobre o sistema material da cidade como um todo, de entre as quais importa analisar a distribuição dos casos de estudo face à cidade existente e às principais infraestruturas de mobilidade e, por último,

– as **questões de ordem formal**, dedicadas ao entendimento da forma urbana a partir da leitura das suas partes, seja dos espaços públicos, seja dos espaços privados.

Estas são as três ordens de ideias que se reflectem na estrutura da *parte 2* do trabalho, definindo três capítulos distintos, que se propõem organizar os contributos teóricos e articular um conjunto de leituras próprias acerca dos casos de estudo. Assim, pretende-se aferir acerca da capacidade dos projectos habitacionais de promoção pública promoverem urbanidade ou *fazerem cidade*, através do cruzamento analítico e interpretativo entre os casos de estudo e a sua ordenação diacrónica, com as três ordens de ideias acima identificadas, definindo o **quadro teórico de análise**.



Retomando Manuel de Solà-Morales (2010) quando se refere à capacidade de *fazer cidade* através da *urbanidade material* da arquitectura, sempre no seu sentido mais abrangente de arquitectura da cidade; a presente investigação procura ler nos projectos urbanos habitacionais de promoção pública edificadas em Lisboa entre 1910 e 2010, esta capacidade de *fazer cidade* ao invés de apenas de *fazer habitação*.

## 1.2 Lisboa – Políticas, programas e projectos habitacionais

A cidade de Lisboa entrou no século XX com a missão de preparar o seu Plano Geral de Melhoramentos, obrigatório para as cidades de Lisboa e do Porto a partir de 1864. Com dificuldades e demoras consideráveis, a Avenida da Liberdade, iniciada em 1879, é o elemento representativo do novo estilo Haussmanniano importado para Portugal. O Plano Geral de Melhoramentos para Lisboa, dirigido por Ressano Garcia<sup>27</sup>, planeava o crescimento da cidade para norte, através de um conjunto de novas avenidas (BALSAS 2006).

O projecto das Avenidas Novas, cuja primeira versão data de 1879, sendo depois alargada a área de intervenção na versão apresentada à Câmara em 1888, constitui-se como um «plano de expansão»<sup>28</sup> formalmente influenciado pelo binómio avenida-rotunda de origem Parisiense (CAMARINHAS 2009; J. M. FERNANDES 1989a: 30-34; V. OLIVEIRA 2013). As Avenidas Novas são, depois da Baixa, o grande projecto de políticas públicas de promoção da expansão da cidade de Lisboa através do seu tecido habitacional que, neste caso, se concretizava pela mão de promotores privados, destinando-se a uma burguesia “exigente e poderosa” (J. M. FERNANDES 1989a: 31).

---

<sup>27</sup> A figura de Ressano Garcia - o Haussman português é, segundo José Manuel Fernandes (1989b), a única personagem comparável e que medeia em termos cronológicos, o protagonismo urbanístico da intervenção do Marquês de Pombal (século XVIII) e mais tarde de Duarte Pacheco (século XX) permitindo o arranque para a modernização da capital.

<sup>28</sup> “(...) a ligação que Ressano Garcia conseguiu, entre a Baixa e o Campo Grande, representa o primeiro eixo moderno de carácter claramente extra-urbano, que marca uma saída/expansão para a cidade.” (J. M. FERNANDES 1989a: 32)



Durante a segunda metade do século XIX, assim como no início do século XX, a expansão da cidade de Lisboa fazia-se, então, através dos actores da promoção privada. Estes definiam a forma urbana, por vezes orientada por estudos municipais, que se limitava à própria via pública e aos talhões o mais densamente ocupados possível por construção, raramente prevendo a concepção de espaços públicos de carácter excepcional (R. OLIVEIRA 1952).

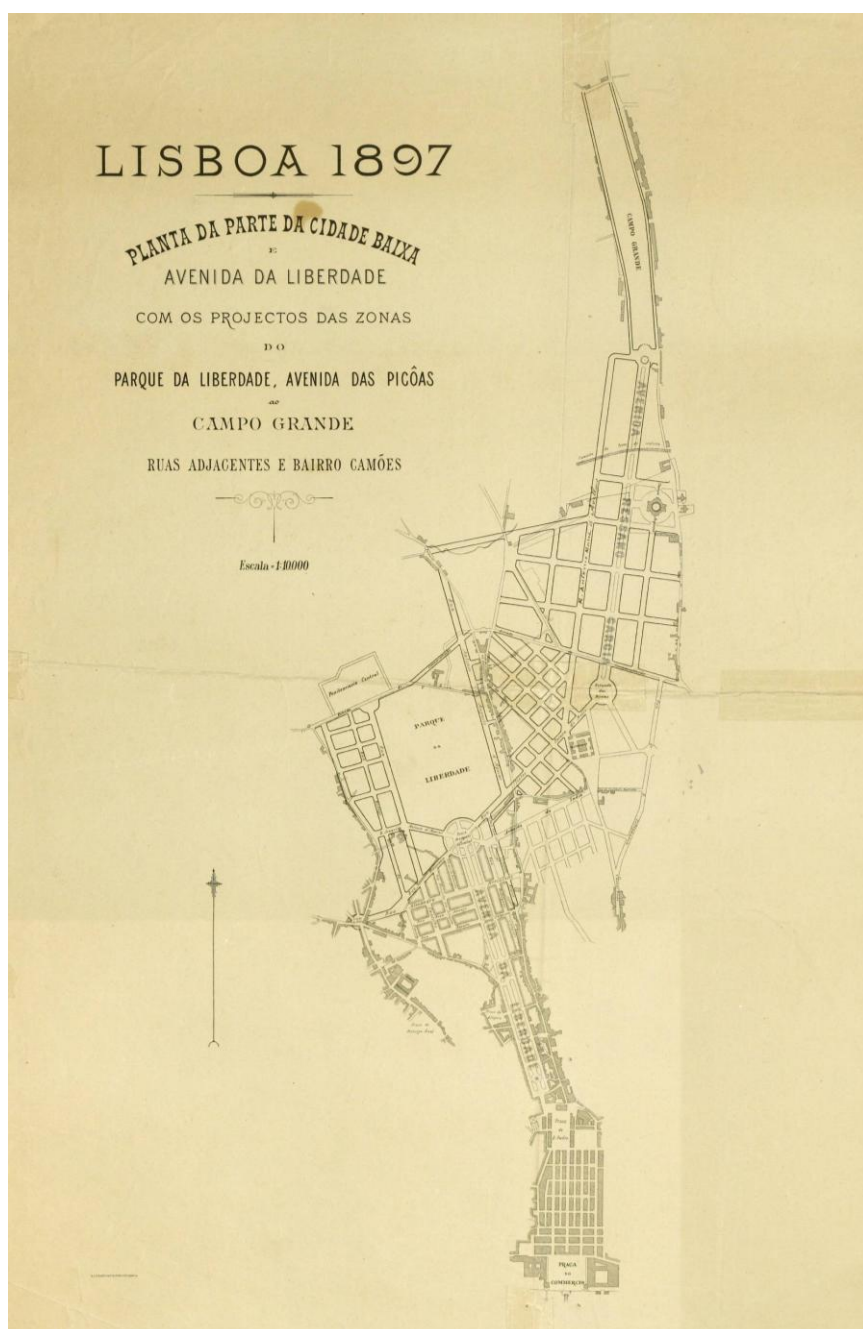


fig. 1.03| Projecto das Avenidas Novas, Lisboa (1897). in: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego, "Planta de parte da cidade baixa e Avenida da Liberdade com os projectos das zonas do parque da Liberdade, da avenida das Picoas ao Campo Grande, ruas adjacentes e bairro Camões". PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/506.

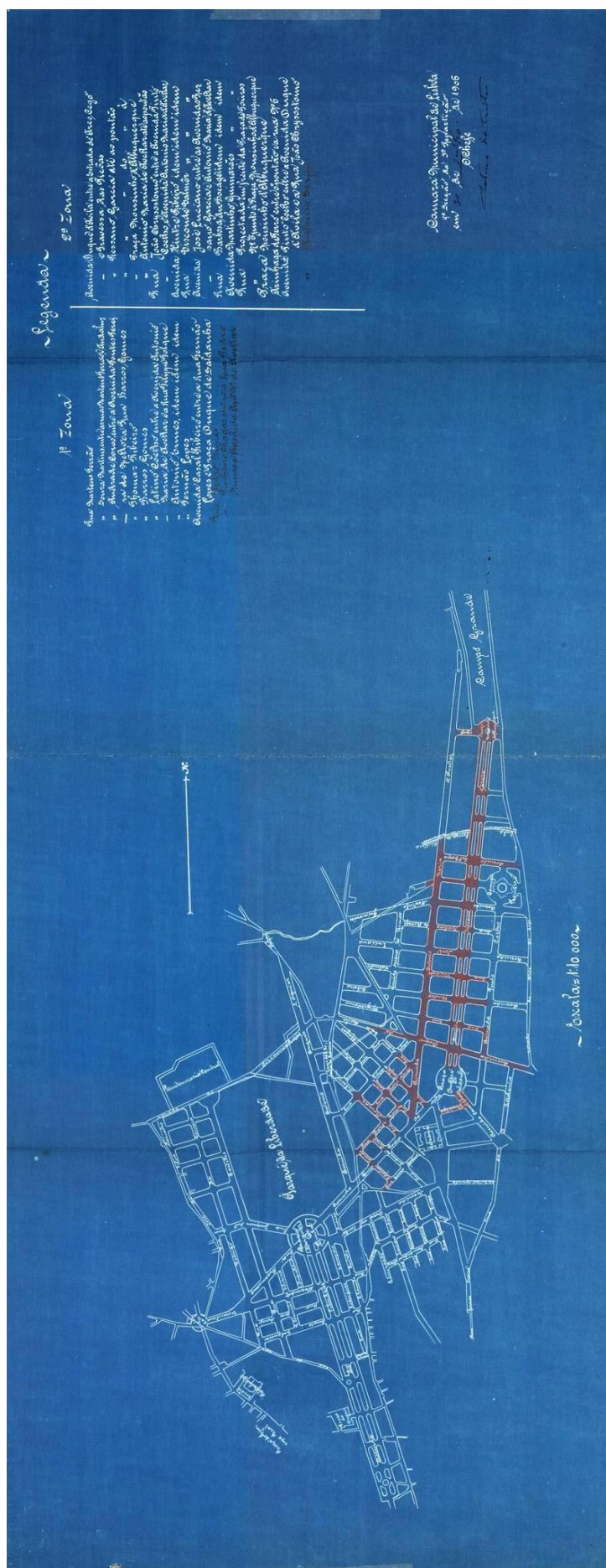


fig. 1.04| Projecto das Avenidas Novas, Lisboa. "(...) com indicação das ruas concluídas em Agosto de 1906, na zona de Picoas, Avenida da República e Avenida Cinco de Outubro (...)” In: SANTOS, HENRIQUE S. (1906). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego, “Planta da avenida da Liberdade ao Campo Grande”. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01926.



Esta forma de agir é a que chega à 1ª República, quando surgem as primeiras preocupações com a (falta de) qualidade da habitação das classes trabalhadoras. Até esta altura é o sector privado que resolve, apenas parcial e pontualmente, as questões do alojamento operário, como expõem Nuno Teotónio Pereira (1994) ou Teresa Barata Salgueiro (1981) referindo-se às condições existentes nos Pátios e Vilas da cidade de Lisboa, no final do século XIX e arranque do século XX. Estas são promoções de natureza privada especulativa, caridosa e filantrópica (LÚCIO e MARQUES 2010). Teresa Barata Salgueiro explica-as mais no âmbito da primeira perspectiva, a da especulação, referindo-se ao aparecimento deste sistema de alojamento como uma necessidade de mão-de-obra do capitalismo industrial, promovendo com a oferta de “cubículos” de construção barata para habitação dos seus operários, uma maior dependência destes. Refere-se ainda ao papel do Estado, *“(…)dominado pela burguesia instituída em classe política deixa a promoção do sector nas mãos da iniciativa privada, limitando a sua intervenção à isenção fiscal na promoção de habitação para as classes laboriosas, como então se dizia.”* (SALGUEIRO 1981: 76).

Na verdade, estas promoções não resolviam a crise provocada pelo forte êxodo rural devido à industrialização e davam origem a intensas formas de sobrelotação dos alojamentos, com *“(…) cerca de cinco pessoas, por fogo. Atendendo a que a dimensão dos fogos era reduzida, as questões da salubridade ganhavam dimensões importantes.”* (LÚCIO e MARQUES 2010: 16).

Por oposição às tipologias edificatórias dos pátios e vilas<sup>29</sup> a 1ª República lançou, em 1918, o primeiro programa de construção de habitação para classes economicamente menos favorecidas, iniciando, em Lisboa, a edificação dos Bairros Sociais da Ajuda à Boa-Hora e do Arco do Cego, desenhados com “certa grandiosidade” (N. T. PEREIRA 1994: 255).

---

<sup>29</sup> Teresa Barata Salgueiro, no mesmo artigo, define como três as principais formas de estruturação da habitação operária: - Pátios de casas antigas senhoriais; - Bandas de casas de um ou dois pisos dando sobre uma serventia comum (modelo comum às ilhas do Porto) ou - Grandes vilas, quase bairros integrando até alguns equipamentos como escola, lavadouro, sanitários ou outros. (SALGUEIRO 1981: 76)

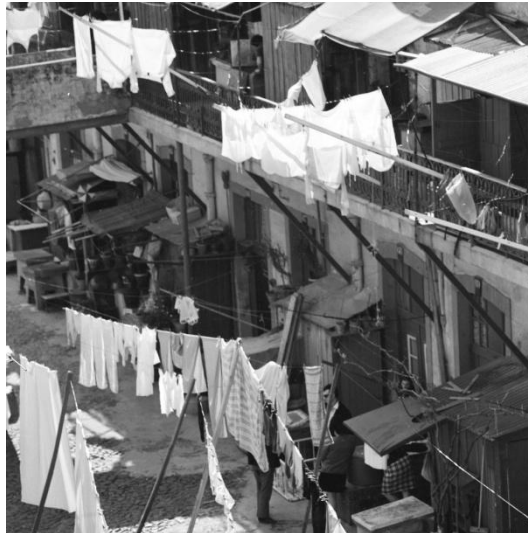


fig. 1.05| Vila operária em Lisboa. in: FERRARI, AMADEU (-). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Vila operária", PT/AMLSB/FER/008104.



fig. 1.06| Vila Dias em Lisboa. in: LIMA, ALBERTO C (início séc.XX). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Vila Dias", PT/AMLSB/LIM/000884.



fig. 1.07| Entrada na Vila Ramos em Lisboa. in: GOULART, ARTUR (1966). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Vila Ramos", PT/AMLSB/AJG/S02834.



fig. 1.08 | Bairro do Arco do Cego. in: GOULART, JOÃO (1970). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Moradias no Bairro Social do Arco do Cego", PT/AMLSB/JHG/S04091.



fig. 1.09 | Bairro do Arco do Cego. in: GOULART, JOÃO (1970). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Bairro do Arco do Cego", PT/AMLSB/JHG/S04108.



fig. 1.10 | Bairro da Ajuda à Boa-Hora. in: GOULART, ARTUR (–). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Bairro da Ajuda à Boa-Hora", PT/AMLSB/AJG/I02943.

A par das grandes convulsões sociais e políticas que marcaram a 1ª República Portuguesa (LÚCIO e MARQUES 2010), o Mundo entra na 1ª Guerra Mundial (1914-1918), contextualizando o primeiro de três períodos na caracterização da questão habitacional em Lisboa, definido por Francisco Silva Dias, como “*Os pioneiros do virar do século à revolução fascista*”(DIAS 1985: 94), compreendido entre 1900 e 1930, quando a crise provocada pela Grande Guerra se abateu sobre as obras públicas, deixando sem resolução o problema do alojamento nas classes trabalhadoras. A par desta estagnação da “construção pública”, a construção privada, dos prédios de rendimento, proliferava e viria, mais tarde, a ser notícia pelas derrocadas nas décadas de 70 e 80, resultado da falta de qualidade e fiscalização da produção concretizada. Aos primeiros 25 anos do século XX também João Pedro Costa atribui uma definição de “*fraca concretização*” no que se refere à questão habitacional pública (COSTA 2010). Já Catarina Camarinhas (2009), quando analisa o percurso da legislação urbanística (onde se inclui a dedicada à habitação) deste último século, define cinco fases, sendo a primeira aquela que incide precisamente neste arranque do século. Ao período que medeia a fase final da monarquia e da 1ª República, a autora denomina “*da regeneração à primeira república: 1851-1926*”, identificando, nesta sequência, um período mais impositivo, definido temporalmente “*da ditadura militar ao final da II Guerra Mundial: 1926-1945*”

É portanto depois da instauração do Estado Novo, constituído em 1933, que o estado das coisas foi profundamente alterado e em 1938 com a entrada de Duarte Pacheco para o Município, com uma forte remodelação dos serviços de urbanização da CML. É nesta altura que o arquitecto-urbanista Étienne De Groer inicia o que viria a ser o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, terminado em 1948, tomando as rédeas do desenvolvimento da cidade.

A intenção do município passa por assumir a exclusiva responsabilidade pela urbanização e expansão da cidade, dando início a um processo de expropriação de diversas áreas, sendo que em 1951 a percentagem de terrenos adquiridos desta forma pela CML é de cerca de 34%, de acordo com o estudo de Ricardo Oliveira (1952) sobre a evolução e desenvolvimento de Lisboa. Este processo de “*aquisição*” de terrenos permitiu, entre outras obras estruturantes, implementar o programa habitacional conhecido por “*Casas Económicas*” ou mais vulgarmente chamados de bairros<sup>30</sup> sociais, lançado através do Decreto-

---

<sup>30</sup> A nomenclatura de bairro, que vai surgir ao longo do trabalho, não se prende

Lei n.º 23052, de 1933 e que foi o corpo doutrinário fundador de uma política que, na verdade, se consubstanciou em diversos programas.

Teresa Heitor define o período que decorre entre a implementação do programa das Casas Económicas e o ano de 1972, como a implementação de uma política que tem como base o conceito de família – estável e insolúvel, apoiando a concepção geral de protecção à família como célula-base da sociedade (HEITOR 2001). Dentro, sensivelmente, do mesmo período – 1926-1974, João Pedro Costa identifica três momentos: um primeiro até 1938, dominado pelo programa das casas económicas; um segundo entre o início da elaboração do Plano Geral de Urbanização e Expansão da cidade de Lisboa - PGUEL, 1938 - e o final da década de 50, dominado pela atitude intervencionista de Duarte Pacheco e onde se deve ler o desenvolvimento do Plano de Alvalade e, por fim, o tempo decorrido até Abril de 1974 "(...) dominado pela lógica da industrialização e infra-estruturação expressa nos Planos de Fomento, em que o desenvolvimento de grandes programas habitacionais (...) [deve ser lido], atenta a sua localização, como acção complementar ao desenvolvimento prioritário da ribeira oriental da cidade como área industrial." (COSTA 2010: 3).

Na "cronologia e gráfico da evolução do regime e dos seus modelos" (N. T. PEREIRA e FERNANDES 1981: 552) definida por Nuno Teotónio Pereira e José Manuel Fernandes, à "génese" do regime – 1926-1931 -, está associada a ideia de "ecletismo de modelos e neutralidade do poder" evidenciando a demora na definição de um estilo do Regime. A necessidade deste estilo como instrumento político era evidente quando se defendia "*Façam-se casas portuguesas em Portugal!*" e instalou-se através da acção conjunta de Duarte Pacheco no Ministério das Obras Públicas e António Ferro no Secretariado da Propaganda Nacional (N. T. PEREIRA e FERNANDES 1981: 535). Segue-se então "a formação de modelos fascizantes e o aliciamento dos arquitectos", sensivelmente correspondendo ao período em que o regime se consolida, até 1938. O referido aliciamento dos arquitectos resultava em grande medida de uma questão da falta de trabalho em contexto de crise.

A esta definição dos modelos segue-se o seu apuramento, no período de apogeu do Regime e, a partir de 1943, o seu questionamento. Este primeiro abalo do Regime corresponde à derrota do nazismo, ao fim da 2ª guerra mundial e às alterações políticas internacionais.

---

necessariamente com a concepção teórica de bairro mas com a denominação comum atribuída aos conjuntos habitacionais de promoção pública desde a sua génese, com os projectos da 1ª República, intensamente utilizado durante o Estado Novo e que permanece a partir daí e até hoje como forma de projectar um ideal urbano. Nuno Portas escreveu em 1998, a propósito da Arquitectura de Habitação no séc. XX Português que "*Não havendo (quase) bairros, havia sim a ideologia do «bairro»*", (...)" (PORTAS 1998: 118).

## Façam-se casas portuguesas em Portugal

Por cada pedra, por cada colherada de argamassa, por cada barrica de cimento, por cada viga de betão, por cada triste e feio ferro que aí se empilha ou se começa a mover no terreno ainda tapumado onde um prédio se erguerá — este grito devia ecoar, repetido, insistente, incansável, como o próprio mau gosto com que os nossos proprietários e os nossos construtores se permitem desportuguezar, trivializar, desrespeitar Lisboa.

Já temos proferido esse grito em vários tons. Continuaremos a levantá-lo, até que seja ouvido.

Não somos inimigos do modernismo, porque era tolice, porque era erro, porque era visão retrógrada em vez de forte visão contemporânea, — ser contra o progresso no que é de foz de aquisições úteis e de possibilidades novas. Sem hesitar diremos, porém: — se os arquitectos e engenheiros e construtores portugueses não sabem criar um estilo português, antes reproduzam o manuelino, o D. João V ou o pombalino fielmente, e mesmo servilmente. Ao menos, prolongarão assim traços e aspectos que são da nossa paisagem, que se enquadram nela, que de certo modo apreenderam espírito português.

E se isto indigna alguns, perguntemos a esses alguns: — é verdade ou mentira que o chamado modernismo de 99 % dos nossos prédios é também cópia fiel, — para não dizer servil? E se o é, — como não vêm que entre copiar o alheio e copiar o nosso não haverá, por prismas de estética objectiva, diferença nenhuma, — mas haverá, por prismas de estética nacional, diferenças gravíssimas?

Porque é que em Hendaia, Biarritz, e toda a costa vasca, — visto o resultado de consentir a «vila» rococo, o «chalet» oriente, e todos os caprichos abastados e pios de duas gerações, — se voltou obrigatoriamente ao estilo vasco, com seus telhados de duas águas desiguais e sua nitida cor local? Porque é que Paris proíbe os arranha-céus? Negação do modernismo? Nunca. Submissão a directrizes

de elegância especial, de feição própria, de sentido nacional, — que têm de partir dos poderes públicos quando não são espontâneo credo de particulares sem critério.

As novas ruas de Lisboa são até ao presente ruas dos novos bairros económicos parisienses, pedaços da Finlândia, amostrinhas da Tchecoslováquia, — tudo isso descolado, excluído, despedido de qualquer interesse. Olçam os estrangeiros inteligentes que nos procuram, ou entre nós vivem, — mas olçam-nos procurando e provocando a sua sinceridade. Todos, unânimemente, dirão isto mesmo.

Já referimos como Jacques de Lacroix, num artigo do *Candide*, exaltou e louvou especialmente — como nota arquitectónica a assinalar — as fachadas lisboetas forradas de azulejos, comparando as casas assim construídas a «pequenos móveis envernizados»; contámos também como, no Pôrto, (aliás bem severamente...) tudo lhe pareceu desinteressante menos as fachadas das igrejas cobertas de azulejos. Pois entre nós... é proibido forrar fachadas de azulejos! O que não é proibido é construir em ruas bem portuguesas edifícios que, transpostos de Munique ou de Oslo, não passam de pobres plantas artificiais a fingir que perfumam jardins.

No passado, o próprio gótico foi aporuguezado quando também era «modernismo», a pesar de representar arquitectonicamente a máxima e mais perfeita concepção humana.

No presente, Raúl Lino imprimiu um sentido português às moradias que construiu, — e que também eram modernas há 20 ou 30 anos, quando as criou.

Emquanto os artistas e construtores portugueses não estudarem um pouco mais do que estudam, — ou não estudarem um pouco menos, se no excesso de estudo está acaso a esterilização do seu poder criador, — nós gritamos e gritaremos veementemente: — FAÇAM-SE CASAS PORTUGUESAS EM PORTUGAL!

□ □ □

9

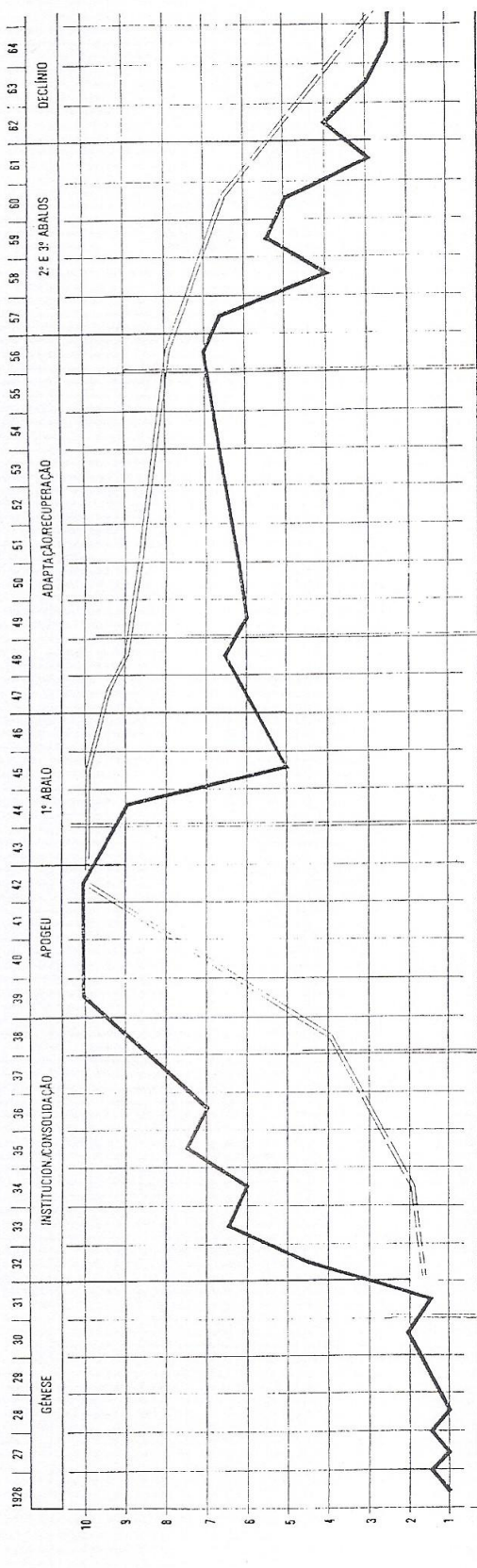
fig. 1.11 | "Façam-se Casas Portuguesas em Portugal". In: *Arquitectura Portuguesa* n.º46 (1939).



fig. 1.12 | "Moradia em estilo tradicional português" da autoria de Cassiano Branco. In: *Arquitectura Portuguesa* n.º48 (1939).



CRONOLOGIA E GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DO REGIME (negro) E DOS SEUS MODELOS (fino)



LIBERDADE DE CONCEPÇÃO CRESCENTE E ABRANDAMENTO DA IMPOSIÇÃO		RESISTÊNCIA DOS ARQUITECTOS E IMPOSIÇÃO DOS MODELOS		APLICAÇÃO DE MODELOS INÍCIO DA CONTESTAÇÃO		APURAMENTO DE MODELOS COM ADOÇÃO DOS ARQUITECTOS		FORMAÇÃO DE MODELOS FASCISTAS ALCANCEMENTO DE ARQUITECTOS		ECTICISMO DE MODELOS NEUTRALIDADE DO PODER	
1	CONCURSO DA NOVA ST. BRAGANÇA	1	ESQ. DOS R. AGRICULT. DE BRAGANÇA	1	CONCURSO DA NOVA ST. BRAGANÇA	1	CONCURSO DA NOVA ST. BRAGANÇA	1	CONCURSO DA NOVA ST. BRAGANÇA	1	CONCURSO DA NOVA ST. BRAGANÇA
2	HOTEL DO MAR, ESTREMOA	2	MUSEU DA JUSTIÇA, LISBOA	2	HOTEL DO MAR, ESTREMOA	2	HOTEL DO MAR, ESTREMOA	2	HOTEL DO MAR, ESTREMOA	2	HOTEL DO MAR, ESTREMOA
3	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	3	MUSEU DA JUSTIÇA, LISBOA	3	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	3	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	3	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	3	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
4	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	4	MUSEU DA JUSTIÇA, LISBOA	4	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	4	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	4	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	4	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
5	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	5	MUSEU DA JUSTIÇA, LISBOA	5	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	5	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	5	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	5	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
6	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	6	MUSEU DA JUSTIÇA, LISBOA	6	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	6	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	6	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	6	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
7	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	7	MUSEU DA JUSTIÇA, LISBOA	7	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	7	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	7	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	7	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
8	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	8	MUSEU DA JUSTIÇA, LISBOA	8	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	8	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	8	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	8	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
9	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	9	MUSEU DA JUSTIÇA, LISBOA	9	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	9	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	9	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	9	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
10	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	10	MUSEU DA JUSTIÇA, LISBOA	10	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	10	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	10	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	10	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA

LEGISLAÇÃO E ACONTECIMENTOS		CRASE MUNDIAL E ACESSO DO FASCISMO		OITADURA MILITAR, ESTADO CORPORATIVO E IMPÉRIO COLONIAL		DERROTA FASCISTA		GUERRA FRIA		DEMOCRACIA ORGÂNICA E ANACÃO PLURIRACIAL E PLURICONTINENTAL	
1	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	1	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	1	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	1	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	1	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	1	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
2	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	2	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	2	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	2	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	2	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	2	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
3	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	3	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	3	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	3	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	3	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	3	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
4	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	4	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	4	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	4	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	4	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	4	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
5	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	5	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	5	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	5	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	5	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	5	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
6	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	6	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	6	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	6	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	6	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	6	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
7	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	7	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	7	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	7	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	7	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	7	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
8	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	8	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	8	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	8	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	8	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	8	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
9	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	9	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	9	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	9	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	9	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	9	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA
10	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	10	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	10	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	10	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	10	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA	10	CONCURSO DA JUSTIÇA, LISBOA

fig. 1.13| "Cronologia e gráfico da evolução do Regime (grosso) e dos seus Modelos (duplo traço fino)". In: (N. T. PEREIRA e FERNANDES 1981: 552).

Nuno Teotónio Pereira e José Manuel Fernandes definem o percurso até ao início dos anos sessenta em dois tempos: de “*resistência dos arquitectos e imposição de modelos*” e, a partir de 1956, de “*liberdade de concepção crescente e abrandamento da imposição*”, que se estendeu até ao declínio do Regime.

Francisco Silva Dias, na sua leitura das políticas urbanísticas define este tempo, entre 1930 e 1960, como “*A política de obras públicas, o bem-estar e a coeira, os resistentes*” (DIAS 1985: 95), caracterizando-a como uma fase de início de uma política de obras públicas que cumpre uma dupla tarefa de criar emprego e uma fachada de eficácia. Este período, em que Duarte Pacheco assume o papel principal no processo das expropriações, não decorre de forma tranquila devido às reclamações dos privados sacrificados pelas medidas de interesse público levadas a cabo. Nesta fase, Duarte Pacheco trabalha com arquitectos nacionais e estrangeiros, sem distinção pelas opções políticas, existindo aceso debate entre as opções de “estilo português” ou modernistas. É por influência de Étienne de Groer que o grupo de urbanistas da Câmara Municipal de Lisboa é profundamente influenciado pelo conceito de “cidade-jardim”, e pela sua aplicação e adaptação, não apenas em muitos bairros de Lisboa, mas por todo o país, dada a sua influência como consultores em quatro dezenas de concelhos no final dos anos quarenta (MARGARIDA SOUZA LÔBO 1995).

De acordo com José Manuel Fernandes, a habitação nesta época pode dividir-se em três tipologias dominantes: o prédio de rendimento, a moradia (isolada ou geminada) e o conjunto residencial, os chamados bairros sociais. Estes conjuntos residenciais, maioritariamente construídos durante a década de 30 e 40, eram predominantemente constituídos pelas ditas casas de família, isoladas, geminadas ou em banda, e avassalados pelo triste provincianismo, conformismo e passadismo na arquitectura da década de 40 (J. M. FERNANDES 2003).

Os bairros sociais construídos na 1ª metade do período do Estado Novo são um reflexo da visão tradicionalista dos valores do Estado, traduzidos na construção da cidade, dentro de uma filosofia de “não-urbanização”<sup>31</sup> (GUERRA 2011). Nestes bairros podemos identificar tendências arquitectónicas de uma Lisboa modernista, assim classificada por José Augusto França, que recua a 1910/20 e com extensões à década de 30, que a partir da década de 40 recuam a uma linguagem

---

<sup>31</sup> Segundo Isabel Guerra, Salazar fomentava esta política de não-urbanização acompanhada de uma política de não-industrialização até à década de 50.



dominantemente retrógrada. (COSTA 2010; J. M. FERNANDES 2003; FRANÇA 2005).

Estas “casas portuguesas” eram então caracterizadas por uma imagem ruralizante, onde estavam presentes a “(...) *ampla cobertura em telha (...) com beiral, se possível rematado por “pombinhas” cerâmicas nas suas extremidades; as fachadas, pintadas de branco ou cores claras (sugerindo a calagem), (...) a utilização de pedra no soco e nas molduras dos vãos, (...) portadas de madeira, pintada de verde, na protecção desses vãos. Apresentará ainda, se possível, um alpendre coberto, ou avarandado com coberturas em telha justapostas ao corpo principal; e algum trabalho em azulejos ou cerâmica com motivos tradicionais, e peças em ferro forjado, como floreiras, cata-ventos e portões.*” (J. M. FERNANDES 2003: 168). Esta “arquitectura do Estado Novo” ou o “Português Suave” surge, então, como reacção à arquitectura modernista do início do século e tem essencialmente funções políticas e simbólicas (GUERRA 2011). Esta arquitectura é também descrita como de “(...) *exaltação dos valores nacionais, recorrendo a uma abundante e desconexa incorporação dos elementos de arquitectura regional, deturpada (...)*” (N. T. PEREIRA e FERNANDES 1981: 534).

Este retrocesso está patente nas opções arquitectónicas dominantes e comprova-se até, através de alterações promovidas em projectos construídos como será exemplo a substituição das coberturas planas por telhados convencionais nos edifícios do Bairro do Alvito, então Bairro Dr. Oliveira Salazar.

Como resultado de uma prática normalizada e servindo os objectivos sociopolíticos do regime, foi definido um estilo arquitectónico a ser seguido nas intervenções urbanísticas de cariz habitacional – o Português Suave ou Estilo Português, promovido na Exposição Mundo Português em 1940.

Diversos foram os projectos habitacionais construídos de acordo com estas premissas, procurando adaptar as características da “cidade-jardim” inglesa à mensagem ideológica conservadora e saudosista, contaminada pela moralidade ruralista vigente (J. M. FERNANDES 2003; HEITOR 2001; N. T. PEREIRA 1996a). A estes projectos e ao período compreendido entre 1933 e 1945, Luís Baptista associa a ideia de “sociedade de proprietários”, pelo estímulo à noção de pertença que o programa das Casas Económicas promove (1999: 51) através do sistema de renda resolúvel, que atribui a propriedade plena ao arrendatário-adquirente ao final de alguns anos.

fig. 1.14| Liceu D. Filipa de Lencastre, inserido no projecto de promoção pública do Bairro do Arco do Cego, com projecto de 1932, de Jorge Segurado e António Varela. in: FERNANDES, SALVADOR A (1958). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Liceu Dona Filipa de Lencastre", PT/AMLSB/SAL/00055.

Demonstração típica do Modernismo Português através da "(...) desornamentação dos simples volumes com cobertura em terraço mostra a vontade abstracta moderna." (TOUSSAINT 1994)



fig. 1.15| Bairro do Alvito – panorâmica. in: -- (1947). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Fotografia aérea sobre o bairro Salazar, actual bairro do Alvito" PT/AMLSB/FDM/002136.

"O Bairro do Alvito, projectado por Paulino Montez e construído em 1937, permanecerá como uma excepção no conjunto dos bairros sociais promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa, que procuram recuperar traços da Arquitectura Vernacular (...). Uma intervenção dos anos quarenta vem substituir as coberturas terraço por telhados de quatro águas, mais ao gosto de um estilo de gosto nacionalista (...)." (MARGARIDA SOUSA LÔBO 1994: 278)





fig. 1.16| Bairro do Alvito – habitação com cobertura plana. in: PORTUGAL, EDUARDO (1938). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “Bairro Oliveira Salazar, atual bairro do Alvito” PT/AMLSB/POR/052572.



fig. 1.17| Bairro do Alvito com edifício público de inspiração modernista e edifícios habitacionais com a cobertura alterada. in: CUNHA, FERREIRA (1938). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, “Escola Primária, edifício de 1938, arquitecto Paulino Montez” PT/AMLSB/FEC/000124.

fig. 1.18 | Habitação unifamiliar geminada, demonstração do estilo Português Suave, no Bairro da Encarnação. in: FERNANDES, SALVADOR A (1946). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Bairro social da Encarnação, construído entre 1940 e 1946", PT/AMLSB/SAL/000077.



fig. 1.19 | Habitação unifamiliar em banda, demonstração do estilo Português Suave, no Bairro das Terras do Forno. in: PINTO, KURT (194-). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "Bairro económico de Belém", PT/AMLSB/KPI/000068.



Estes ideais foram também promovidos por De Groer que, no quadro das suas acções no desenvolvimento do PDUL, evocava Lewis Mumford *"Para que uma família possa viver de uma maneira normal deve dispor de um certo espaço mínimo, quer na sua parte de casa, quer na sua casa (...). Nenhum aperfeiçoamento, nenhuma mecanização podem substituir o espaço necessário."* e Raymond Unwin dizendo que *"Nada se ganha pelo sobre-amentoamento"*, como se pode lêr no PDCL<sup>32</sup>, CML.(SILVA 1987: 380).

Estes bairros, a lembrar as aldeias do interior do país, constituíam-se em terrenos afastados da área central e consolidada da cidade, mantendo por isso o espírito campestre, organizando-se em conjuntos de pequena dimensão, salvo raras excepções. Assim, a cidade crescia por pequenas partes<sup>33</sup> que, apesar de desligadas da cidade consolidada, em si gozavam de uma correcta articulação desta arquitectura em conjuntos planeados (J. M. FERNANDES 2003). A principal excepção a esta regra acontece em Alvalade, um projecto de 1945 que foge à tendência do distanciamento e ruralidade promovida nessa altura.

Já Francisco Silva Dias descreve esta mesma realidade num outro tom quando se refere às *"(...)minúsculas moradias isoladas (porque a propriedade individual e a herança são os valores mais sentidos pelos portugueses, dizia o ditador), na periferia distante da cidade, afastadas dos locais de trabalho, sem transportes nem equipamento (...)"*(1985: 104). Seguindo este raciocínio, refere-se às propostas que os técnicos no GTH da CML e do FFH tentaram promover através dos planos de Olivais e Chelas como *"(...)novos tipos de habitação e novos conceitos de cidade, lutando sempre contra os seguidores do regime, que viam na habitação colectiva e na profusão do equipamento social a marca nefasta do comunitário, do internacionalismo, da subversão."* Idem.

A propósito desta procura de *"(...) nova cidade (...) ideal para se viver."* (CML/GTH 1967: 8), Francisco Silva Dias refere que *"(...) a diferença fundamental entre a geração dos arquitectos modernistas dos anos 30 e os jovens modernos do pós-guerra residia no facto de os primeiros usarem um «estilo» e os segundos manejarem uma ideologia."* (Idem: 98).

Ao período também marcado pela promoção de um conjunto muito significativo de projectos habitacionais de promoção pública, Catarina Camarinhas (2009) associa uma fase de estabilização do

---

<sup>32</sup> PDCL - II Parte - Vol II, páginas 8 e 10.

<sup>33</sup> Este crescimento por pequenas partes não é exclusivo desta época e destes projectos. José Manuel Fernandes refere-se a esta Lisboa feita por fragmentos não harmoniosos *"(...) sem uma ideia unificadora (...)"* a propósito de um texto sobre o bairro das Olaias, remetendo ao movimento moderno a origem de um urbanismo *"confuso e com falta de inventividade"*. (J. M. FERNANDES 1989a: 43-44).

Regime, definindo o espaço de tempo entre “*depois da guerra até à revolução: 1945-1974*”.

E se até à década de 60 o município assumiu a liderança da urbanização da cidade de Lisboa e os arquitectos urbanistas eram pressionados para a construção de uma imagem de Estado, a partir dos anos 60 passam a ser vistos como actores privilegiados na construção de mais-valias e a ser pressionados pelo poder económico. Este é o quadro que Francisco Silva Dias classifica como: o terceiro período, na caracterização da questão habitacional denominando-o como “*a grande ofensiva capitalista, o salário e a mais-valia*”, referindo-se aos anos entre 1960 e a revolução em 1974. (1985: 100). Outra forma de se referir a esta especulação sobre a habitação é utilizada por Fonseca Ferreira quando define esse como um período em que temos um “*(...)mercado de habitação acentuadamente dual (...)*”, onde por um lado o sector privado produz habitação inacessível a cerca de 70% da população e por outro lado cresce o sector clandestino, no sentido de dar resposta às necessidades existentes. (FERREIRA 1987). Este é o reflexo de uma distinção essencial entre “*(...) construir casas para rendimento, em vez de casas para habitação.*” (R. D. S. PEREIRA 1963: 238).

Marielle Gros caracteriza a política habitacional do Estado Novo como uma “*política fragmentada*” (1982), enumerando, pelo menos, quinze medidas que considera avulsas na promoção de habitação social, entre elas, o programa das Casas Económicas, das Casas Desmontáveis, Casas para Famílias Pobres, Casas de Renda Económica, Casas de Renda Limitada, Casas para Pescadores, casas construídas pela Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional, casas construídas ou adquiridas pela Caixa Nacional de Previdência, casas construídas ou adquiridas pela Caixa de Previdência do Ministério das Finanças, Casas de Casal Agrícola, Casas da Junta de Colonização Interna, Casas do Serviço Social das Forças Armadas, Casas do Serviço Social da PSP, casas de realojamento dos moradores das ilhas do Porto, casas de realojamento nos casos de obras de urbanização, sendo que muitas destas não tiveram expressão na cidade de Lisboa.

De acordo com Teresa Heitor (2001), as intervenções existentes, ao nível da promoção habitacional de carácter social, constituem dois grupos distintos em função da sua dimensão e das estratégias de desenvolvimento urbano, são elas: as “*operações pontuais*”, normalmente segregadas do centro da cidade e nas quais prevalecem as questões quantitativas sobre as qualitativas, com reflexo na sua capacidade de integração urbana e concepção arquitectónica; e as “*operações de grande escala*” ou integradas, quando envolvem a

construção de infraestruturas associadas à habitação, como projecto de expansão da cidade. Correspondem estas aos grandes conjuntos habitacionais de que Alvalade é pioneiro e a que Olivais Norte e Sul e depois Chelas dão continuidade.

José Lamas define como um período de enfraquecimento da intervenção pública aquele marcado pela guerra colonial e pelo Governo de Marcelo Caetano, identificando o declínio do regime. Refere-se ainda ao papel secundário dos arquitectos e à falta de controlo do programa e da forma do território. (LAMAS 1993: 454). Este enfraquecimento do papel do Estado é resumido como «urbanismo selvagem» por contraponto ao «urbanismo autoritário» dos anos 40. (SOARES et al. 1985)

É neste quadro que se iniciam os programas habitacionais de cariz empresarial. Podemos enquadrar o Alto de Restelo (1971/72) ou Telheiras (1972), como operações simbólicas do arranque da acção da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL, criada em 1971. Com o germinar deste modelo de promoção habitacional, que se repete nas promoções públicas contemporâneas, associam-se formas de gestão de características empresariais e promovem-se os projectos habitacionais como acções integradas que fomentam, até pela sua engenharia financeira, uma maior mistura social entre habitação com apoios públicos e habitação dedicada ao mercado livre.

Em 1974 a Revolução de 25 de Abril encontra um cenário, no que se refere à questão habitacional em Lisboa, de proliferação dos bairros de lata, barracas, subalugueres, vilas operárias e clandestinos. Estes juntam, inicialmente, portugueses rurais e depois de 1974, portugueses e estrangeiros, “retornados” das ex-colónias<sup>34</sup>. É em resposta a esta realidade que surgem, através da mão de Nuno Portas como Secretário de Estado da Habitação do 1º Governo Provisório, as operações SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local, classificado por Francisco Silva Dias como a “(...) mais imaginosa contribuição da revolução no sector urbano.” (1985: 107). Esta solução, como outras, não deixa de ser susceptível de crítica, tanto da parte de proprietários que se viram envolvidos em processos de expropriação, como de uma opinião mais generalizada, e não sem fundamento, de que o processo em desenvolvimento contribuía para um crescimento da cidade à luz das opções pontuais das diversas

---

<sup>34</sup> Isabel Guerra menciona cerca de um milhão de “retornados” das ex-colónias que acentuaram as tendências de “(...) construção clandestina em alvenaria ou barracas, e [de] sobre-locação (...)”, estimando-se, para as duas áreas metropolitanas, cerca de 50 mil barracas onde viveriam mais de 150 mil pessoas. (GUERRA 2011: 45).

associações de moradores, sem ter por trás uma opção global estratégica ou um plano de conjunto. (DIAS 1985).

Fonseca Ferreira (1987, 2011) define uma primeira leitura global para o período do pós-25 de Abril que sintetiza todo um percurso: *"1974/1980 – Ascensão e queda da promoção pública"*. Em maior pormenor, identifica três períodos na política habitacional deste período: uma primeira fase entre 1974 e 1976, muito intervencionista, de grande esforço tanto no que se refere à produção de legislação quanto no que respeita à promoção directa da produção de habitação. Um segundo período em 1976 e 1979 de uma neutralização do papel do Estado nas políticas habitacionais e de uma progressiva liberalização da política urbanística em geral e habitacional em particular com a criação de um sistema de crédito à aquisição de casa própria com juros fortemente bonificados, acompanhada da neutralização das medidas anteriormente definidas como seja a extinção do SAAL, que pelas suas características e objectivos *"(...) não tinha lugar nas orientações adoptadas para a política habitacional a partir da primavera de 1976"* (Ferreira, 1987: 93) e dos CDH<sup>35</sup>; e finalmente o período compreendido entre 1980 e 1990, apostando na liberalização total do sector e cessando os apoios aos programas habitacionais, o que gerou um renovado impulso ao crescimento clandestino. Sensivelmente sobre este período Isabel Guerra (GUERRA 2011) identifica duas tendências essenciais, a de coexistência entre legal e clandestino entre os anos 70 e 80 e depois, daí até 2002 uma política de apoio à compra de habitação própria. Esta leitura vai também ao encontro da de Carlos Nunes da Silva (1995) identificando duas estratégias essenciais: uma *"estratégia radical"*, de controlo público da produção e distribuição da habitação, até final de 1975; e uma *"estratégia reformista"* que procurou dinamizar o sector privado através do financiamento à aquisição de habitação e do aumento da habitação apoiada; estratégias que dão resposta a solicitações distintas como sejam às reivindicações populares e aos municípios, no primeiro caso e às empresas no segundo. Reforça ainda esta ideia quando diz que *"para os governos do PSD (x, xi e xii) [entre 1985 e 1995], a habitação social foi vista não como um bem público (ou semi-público) [como era encarada noutros tempos<sup>36</sup> (CML/GTH 1967).]" mas como uma mercadoria e, por isso, deveria caber à iniciativa privada a sua produção e*

---

<sup>35</sup> CDH - Contrato de Desenvolvimento para Habitação - Criado através do Decreto-Lei n.º 663/74, celebram contratos entre o FFH, institutos especiais de crédito (Caixa Geral de Depósitos, Montepio Geral e Crédito Predial Português) e empresas de construção e promotores imobiliários. Caracterizava-se pelo apoio financeiro bonificado à construção, pela garantia de compra pelo Estado de parte ou totalidade das habitações e por isenções fiscais, em troca de habitações de custos controlados. (FERREIRA 2011).

<sup>36</sup> *"A habitação identifica-se a um serviço público e dentro desse espírito se deverá encarar a construção de novos bairros sociais."* (CML/GTH 1967: 9).



comercialização." (SILVA 1995: 323) é assim que em 1991 o Estado já não promoveu um único fogo e passando toda a sua acção a desenvolver-se através de dois programas: os CDH e os acordos financeiros (MENDES 1997; SILVA 1995). A estes tempos de libertação do Estado da questão habitacional, Catarina Camarinhas (2009) define de "fase europeia", a partir da "entrada na CEE e até aos nossos dias: 1985- 2008".

Apesar deste menor investimento do Estado na questão habitacional, a procura de habitação continuou uma realidade. Em apenas 30 anos a distribuição entre população urbana e população rural inverte-se em Portugal, passando de um terço da população a viver em meio urbano, em 1970, para o mesmo um terço a viver em espaço rural em 2001, de acordo com os censos. (FERREIRA 2013). Com o aumento da procura, também a oferta aumentou fortemente, como descreve Fonseca Ferreira, quando se refere à "Construção massiva de habitação, infraestruturas e equipamentos" (FERREIRA 2013), no entanto, este excesso de oferta de cariz privado enfrenta a crise económica de 2008 e volta a gerar a máxima inscrita no movimento do SAAL de *"tanta gente sem casa, tanta casa sem gente"* (VARELA 2014). O título *"Muitas casas, poucas casas"* (VILAÇA 2001) traduz esta disparidade entre o parque habitacional existente, o ocupado e a persistente carência habitacional (lida nos censos de 2001). Isabel Guerra reforça esta mesma leitura quando se refere aos últimos trinta anos do século XX, como tendo um ritmo de crescimento do alojamento sempre superior ao ritmo de crescimento do número de famílias. A partir da leitura dos números de casas próprias, casas arrendadas e outras situações, verifica-se em 2011 uma tendência para o aumento da coabitação, por dificuldades de manutenção de casa própria e conclui-se referindo as *"ainda graves carências de habitação no país"* (GUERRA 2011: 59).

O esgotamento do paradigma expansionista "(...) obriga-nos a centrar atenção e os investimentos na regeneração, reabilitação e reestruturação da cidade [e da habitação] existente." (FERREIRA 2013). Esta mesma proposta assim como um conjunto de outras que corporizam uma tentativa de inflexão das medidas de política de habitação existentes, foram apresentadas no documento titulado "Contributos para um Plano Estratégico de Habitação 2008/2012"<sup>37</sup>. (GUERRA 2011). A Câmara Municipal de Lisboa, no seu Plano Local de Habitação, integram algumas destas propostas, nomeadamente as questões relacionadas com uma

---

<sup>37</sup> Elaborado em conjunto por uma equipa do Centro de Estudos Territoriais, coordenada pela Doutora Isabel Guerra e por uma equipa do Centro de Estudos da Universidade do Porto, coordenada pelo Arquitecto Nuno Portas, com o apoio da equipa coordenada pelo Doutor Augusto Mateus, no que se refere às questões económicas e organizacionais (GUERRA 2011: 63).

melhor gestão do parque público existente assim como as opções de reabilitação desse mesmo parque habitacional.



A leitura de conjunto que Nuno Teotónio Pereira (1996b: 88) desenvolve acerca de 40 anos da “experiência portuguesa” em matéria de habitação enfatiza a noção de falta de continuidade, definindo o carácter pontual das operações como reflexo de “tentativas tímidas” nas necessárias alterações estruturais. Também Raúl da Silva Pereira<sup>38</sup> insiste nesta leitura de uma ausência de políticas de habitação, referindo-se à inconsistente “(...) *actuação simultânea de vários regimes legais* (...)” (1963: 238).

Num registo idêntico, dedicado às décadas de 70 e 80, Fonseca Ferreira, muito crítico do aparelho do Estado, refere-se à ausência de uma política de habitação, e ao somatório de medidas executadas em função das conjunturas e vicissitudes políticas, financeiras e administrativas. (FERREIRA 2011). Também Maria Clara Mendes assume um balanço de uma política que se “(...) *limitou a acções pontuais, desarticuladas de uma visão global dos problemas*.”; exceptuando desta leitura a intervenção de Duarte Pacheco, que, segundo a autora, “(...) *encarou a habitação como um elemento importante da sua política de fomento industrial, que ficou assinalada na paisagem urbana das nossas principais cidades pelos bairros sociais inspirados na concepção das cidades-jardim*.” (MENDES 1997: 69) Já Nuno Portas faz uma leitura global de outra índole, mais qualitativa, defendendo que a procura da solução para o problema da habitação “(...) *resultou quase sempre anti-urbana* (...) *na medida em que espalhou bairros-dormitório* (...)” (PORTAS 2007: 148). Estes modelos foram, segundo Isabel Guerra (2011), abandonados na Europa há mais de 40 anos.

Destes distintos contributos, resulta, de facto uma noção de falta de continuidade e desajustamento das práticas relativamente às necessidades. Esta leitura, dedicada à componente, essencialmente, política e programática da habitação, vai ao encontro das formas urbanas resultantes e do contributo destas para a construção da cidade de Lisboa.

---

<sup>38</sup> Raúl da Silva Pereira: Presidente da comissão instaladora do Instituto Nacional de habitação fundado em 1984.

**QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA** | Lisboa, políticas, programas e projectos habitacionais

[illegible]

NTP | JMF 1 - ecletismo de modelos, neutralidade do poder  
NTP | JMF 2 - formação de modelos fascistas, alijamento de arquiteto  
NTP | JMF 3 - apuramento de modelos com adesão dos arquiteto  
NTP | JMF 4 - aplicação de modelos / início da contestação

FSD 1 - mais imaginosa contribuição da revolução no sector urbano

AFF 1 - muito intervencionista | AFF 2 - neutralização do papel do Estado nas políticas habitacionais e progressiva liberalização

CNSI - estratégia radical

A questão habitacional em Lisboa foi, portanto, amplamente estudada por vários autores. Cada autor abordou esta questão dedicando-se a períodos de tempo específicos e, mais do que aos projectos, dedicam-se à análise das políticas e aos resultados em termos quantitativos e poucas vezes à leitura da forma urbana dos projectos construídos.

A presente investigação procura, portanto, abordar a questão de um ponto de vista distinto, tanto em termos cronológicos como em termos conceptuais. Por um lado, visa alcançar uma visão temporal mais abrangente; tendo como ponto de partida o início das preocupações com a questão habitacional - a 1ª República, até ao ano de 2010, momento de uma mudança de paradigma na abordagem à mesma problemática, promovendo uma leitura global. Por outro lado, conceptualmente, dedica-se a uma abordagem analítica dos projectos urbanos habitacionais enquanto resultado das políticas e como contributos para a construção de cidade.

Quanto ao objecto teórico de análise da realidade Lisboaeta, percorrem-se as problemáticas relacionadas com a questão habitacional, sectorialmente abordadas sob diversos pontos de vista, desde as questões da política às questões da eficácia, por autores de referência. Estas leituras constroem um quadro teórico que contribui, mas não responde, por si só, a uma leitura da questão habitacional pública na cidade de Lisboa.

As contribuições acerca dos elementos de composição da cidade e sua desconstrução como método de análise, conjugadas com as leituras do caso particular da cidade de Lisboa, permitem a definição de um conjunto de enfoques que se propõe aplicar aos casos de estudo concretos, na parte 2 deste trabalho.

fig. 1.20| Quadro teórico de referência dedicado ao debate acerca das políticas habitacionais para Lisboa segundo autores de referencia.

Elaboração da autora. (página ao lado)



# Capítulo 2

## OBJECTO FÍSICO

**os projectos urbanos habitacionais  
de promoção pública da cidade em  
Lisboa**

*"Finalmente conviria não perder de vista que  
pode não ser totalmente desadequado o produto de  
um trabalho de projecto apoiado num corpo de  
informação desajustada ou insuficiente."*

(CABRAL DE MELLO 2007: 24)

A definição do objecto físico de investigação passa, num primeiro momento, pela definição do conceito de projecto urbano habitacional de promoção pública, pela justificação da área territorial da cidade de Lisboa e do período temporal em análise – 1910|2010. Segue depois, especificando os factos urbanos aos quais se dedica, através da identificação, levantamento e catalogação de todos os casos de estudo construídos em Lisboa, no período em análise.

## 2.1 O Tempo e o Espaço: 100 anos em Lisboa

O presente trabalho dedica-se à compreensão do vasto universo constituído pelos projectos urbanos habitacionais de promoção pública construídos na cidade de Lisboa, no tempo compreendido entre 1910 e 2010.

### Acerca do espaço...

Sendo a capital e a maior cidade do país, Lisboa, ao longo do século XX sentiu significativas dinâmicas demográficas, resultando numa forte pressão sobre o sector habitacional. Consequentemente, foi também aquela cidade onde as políticas sociais de habitação preconizadas no horizonte temporal em estudo mais se fizeram sentir, oferecendo, portanto, um extenso e diverso património construído. Foi a Lisboa que acorreram as maiores percentagens de população emigrada do estrangeiro e das antigas colónias ou resultante de migrações internas, nomeadamente do interior rural do país, ao longo do século XX<sup>39</sup>. Daí que, em Lisboa, tenham tido forte expressão os fenómenos de construção precária e clandestina conhecida como os “bairros de lata” que durante as décadas de 60, 70 e 80 proliferaram em zonas mais ou menos limítrofes da cidade. Assim, como objecto físico maior da investigação, esta tese dedica-se à cidade de Lisboa e aos seus limites administrativos, ficando excluídos deste estudo os restantes municípios da sua área metropolitana.

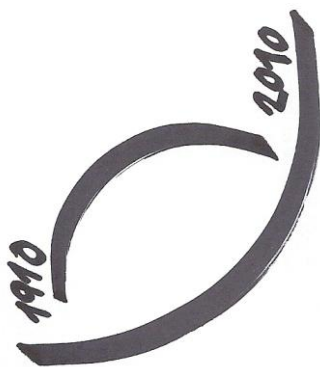


fig. 2.01 | Esquema representativo do universo espaço-temporal em análise.

Elaboração da autora.

<sup>39</sup> Em concreto e em traços largos, podemos resumir uma herança de um crescimento populacional de 120% no arranque do século XX (SALGUEIRO 1981), totalizando em 1911 436.000 habitantes tendo, nos 50 anos seguintes praticamente duplicado a população para 802.000 habitantes em 1960 (FRANÇA 2005). Este máximo atingido na década de 60 foi gradualmente diminuindo, verificando-se, nos Censos de 2011, dados populacionais próximos aos da década de 30 – 547.773 habitantes ((INE) 2011).



Esta definição territorial justifica-se sob diversos e cumulativos pontos de vista. Num primeiro momento a questão da definição territorial, num estudo com uma abrangência temporal longa, prende-se com uma necessidade de manutenção dos limites administrativos e físicos da cidade. Lisboa oferece esta manutenção dos seus limites, como se pode verificar a partir da carta da cidade que sustenta a configuração inicial deste estudo, de 1904-1911; limites que coincidem com acidentes geográficos explícitos; desde logo o rio Tejo, a Sul, e a intensa linha de cumeeira que a Noroeste também coincide com a implantação da Estrada Militar<sup>40</sup> que constituiu uma continua linha defensiva da cidade, desde finais do século XIX e que em toda a sua extensão coincide com os limites administrativos da cidade.

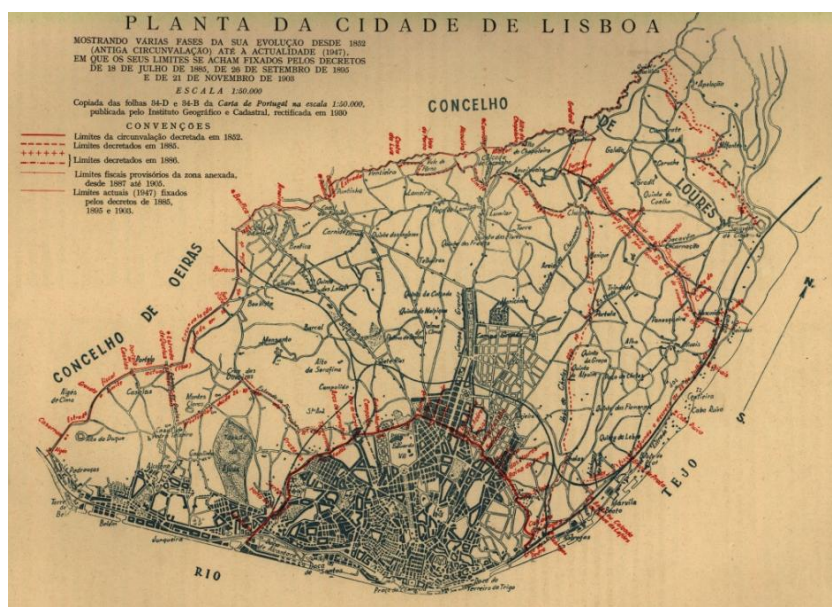


fig. 2.02| Planta da Cidade de Lisboa, datada de 1947 em que estão identificados os distintos limites da cidade de Lisboa, remetendo a 1885 a definição dos limites actuais. In: (A. V. SILVA 1950: 14)

De forma mais específica são casos de estudo os projectos urbanos habitacionais de promoção pública, entendidos como: os projectos destinados especificamente à construção de habitação de baixo custo, de iniciativa e coordenação do sector público, seja directamente pelo Estado, pelos Municípios ou Empresas Públicas, e que são socialmente diferenciadores, dedicados a estratos específicos da população.

Mais uma vez, Lisboa, como território base, apresenta nesta matéria uma homogeneidade de dados e de programas legais específicos, promovidos, tanto pela Câmara Municipal como pelo

<sup>40</sup> A construção da Estrada Militar de Lisboa uniu um conjunto de dispositivos de defesa da cidade, tendo sido iniciada em 1863 e terminada em 1902.

Estado, para a cidade. Estas políticas dirigidas ao âmbito restrito da cidade de Lisboa reforçam uma leitura individualizada e, portanto, a definição do suporte físico da análise desenvolvida.

Este conceito de promoção pública de habitação, vulgar e simplificada designado de «habitação social<sup>41)</sup>», verificou uma significativa evolução ao longo do século. Se antes se consideravam apenas aqueles conjuntos projectados, construídos e geridos pelo Estado e dedicados exclusivamente a funcionários inscritos nos sindicatos públicos, hoje entende-se que as promoções de iniciativa pública alteraram-se e necessitam ser enquadradas numa visão mais abrangente, reunindo as promoções desenvolvidas também através de parcerias público-privadas, dedicadas a estratos da população que podem ser identificados pela sua condição socioeconómica, etária ou outra que requeira apoio económico por parte do Estado. «Habitação social» é, portanto, a designação vulgarmente utilizada para definir um grupo de projectos que têm como objectivo o apoio público à habitação, desenvolvido através de políticas públicas de habitação. Por se considerar insuficiente a aplicação deste termo, indistintamente, a projectos que se revestem de naturezas projectuais, programáticas e legais muito distintas, propõe-se que, neste trabalho, estes conjuntos urbanos passem a definir-se genericamente por “promoções públicas de habitação”.

Neste contexto consideram-se as promoções operadas directamente pelo Estado, pelo Município ou por outras entidades de natureza pública, como sejam as empresas públicas ou com participação pública. Em Lisboa, inscrevem-se neste quadro, além do Estado e do Município, a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa<sup>42</sup> - EPUL e a Parque Expo<sup>43</sup>. É ainda incluído neste estudo, o caso específico da Alta de Lisboa, levada a cabo pela Sociedade Gestora da Alta de Lisboa – SGAL, pela génese pública da sua iniciativa e significativa

---

<sup>41</sup> O conceito de habitação social está indubitavelmente associado ao de bairro social, definido no Dicionário da História de Lisboa como áreas de promoção habitacional pública que num sentido mais lato podem abarcar as cooperativas de habitação ou promoções de renda limitada, ou num sentido mais restrito, quando vistas como promoções directas da administração central ou local.(FERREIRA 1994)

<sup>42</sup> A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, fundada em 1971 “(-...), abreviadamente designada neste diploma por EPUL, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, e constitui uma empresa pública destinada a auxiliar e desenvolver a acção municipal no estudo e na execução de empreendimentos urbanísticos.” In: <http://www.epul.pt/?idc=34>.

<sup>43</sup> “A Parque EXPO, empresa do setor empresarial do Estado, de capitais exclusivamente públicos, foi fundada em 1993 com o intuito de promover a conceção, construção, exploração e desmantelamento da Exposição de Lisboa de 1998 /EXPO'98, bem como a conceção e execução do projeto de reconversão urbanística da zona de intervenção da EXPO'98 – área hoje conhecida como Parque da Nações.” in: [http://www.parqueexpo.pt/conteudo.aspx?lang=pt&id\\_class=328&name=Quem-Somos](http://www.parqueexpo.pt/conteudo.aspx?lang=pt&id_class=328&name=Quem-Somos).

participação pública no sector habitacional apoiado a que se dedicou. Este caso é exemplo da transformação operada que passa a tarefa da grande urbanização, tradicionalmente pública, para uma equação concertada (MARGARIDO et al. 2001).

Do leque de intervenções em análise ficam de fora aqueles projectos que, ainda que identificados comumente como “bairros sociais”: i) foram promovidos por entidades de natureza distinta como seja o caso das cooperativas, ii) que se encontram fora do âmbito geográfico ou temporal deste estudo, ou ainda que, iii) sendo promovidas pelas entidades públicas consideradas, não têm por base o apoio à habitação dita social, e que, portanto, são operadas em mercado livre. São exemplo, os empreendimentos da Parque Expo, associados à Expo 98 e diversos projectos desenvolvidos pela EPUL.

### **Acerca do tempo...**

Como objecto físico de estudo, consideram-se todos os projectos habitacionais de promoção pública construídos em Lisboa desde 1910 – implantação da 1ª República e primeiros indícios de uma preocupação com a habitação da população de menos recursos e até ao ano 2010 como data de referência para um fim de ciclo na promoção pública de habitação em Lisboa.

No que se refere ao horizonte temporal da investigação, importa reconhecer as motivações por detrás destes marcos. O início deste estudo é remetido para 1910, data da implantação da 1ª República e arranque dos primeiros programas legais dedicados à habitação de iniciativa pública que se revelam a génese das políticas vindouras. Apesar da fraca produção habitacional desenvolvida neste contexto, a 1ª República lança em 1918 as bases para os programas desenvolvidas durante o Estado Novo, nomeadamente a partir de 1933, momento da publicação da nova Constituição Portuguesa e do lançamento do emblemático Programa das Casas Económicas.

Para a conclusão desta análise foi definido o ano de 2010, por constituir uma data de referência para o fim de um conjunto de políticas de habitação dedicadas à cidade de Lisboa e arranque de um novo ciclo, nomeadamente pela aprovação do Programa Local de Habitação<sup>44</sup> - PLH, por parte da CML, que define um novo paradigma nas estratégias de habitação de promoção pública – a reabilitação.

---

<sup>44</sup> Aprovada em Assembleia Municipal a Proposta n.º 1115/2009 e publicada no 1º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 830 de 14 de Janeiro de 2010. (CML 2010).

Quinta-feira 25 de Abril de 1918

I Série — Número 87



# DIÁRIO DO GOVERNO

Toda a correspondência, quer oficial quer relativa à assinatura do <i>Diário do Governo</i> e à publicação de anúncios, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional, bem como os pedidos que trocarem com o mesmo <i>Diário</i> .		<b>ASSINATURAS</b> At 3.ª série . . . . . Ano 185 . . . . . 3550 A 1.ª série . . . . . 55 . . . . . 4550 A 2.ª série . . . . . 67 . . . . . 3550 A 3.ª série . . . . . 67 . . . . . 3550 Avalio: até 4 pág., 304, cada 3. de 2 pág. a mais, 502		O preço dos anúncios é de 200 a linha, arredado de 500 de só por cada an, devendo vir acompanhados das respectivas importâncias. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.
---	--	--	--	--

## SUMÁRIO

### Presidência do Ministério:

**Decreto n.º 4:137, estabelecendo várias providências atinentes a promover a construção de casas económicas.**

fig. 2.03 | Extratos do Diário do Governo de 1918, onde se definem as primeiras medidas no sentido de promover a construção de habitação para as populações trabalhadoras.

fig. 2.04 | Logo do Programa Local de Habitação de Lisboa, aprovado em 2010. In: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/index.htm?no=1020001>



fig. 2.05 | Logo do site Re-Habitar Lisboa.

“O “site” **Re-Habitar Lisboa** pretende publicitar o parque imobiliário do domínio privado municipal disponível para comercialização através da sua colocação numa “bolsa dinâmica” de imóveis, com vista à sua colocação no mercado privado para efeitos de venda, arrendamento e exploração que serão afectos a vários programas.” In: <http://rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt/quem-somos.html>.



Passados apenas dois anos da aprovação do PLH, em 2012 coincidem: a) a conclusão do Programa de Intervenção a Médio Prazo - PIMP e Programa Especial de Realojamento - PER para a cidade de Lisboa (CML et al. 2013), sendo estes os mais significativos programas de promoção pública de habitação dos últimos 20 anos na cidade e b) o anúncio, por parte do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, da extinção da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa - EPUL (CML Maio 2013; G. SILVA e BANHA 2012); reforçando o fim de um ciclo, igualmente marcado pela instalação da crise económica e financeira em Portugal e consequente alteração de paradigmas.



fig. 2.06 | Reconstituição do traçado da cidade de Lisboa com base na carta de 1904|1911.

esc. 1/100 000. Elaboração da autora.



fig. 2.07 | Lisboa 1910. in: BENOLIEL, JOSHUA (1910). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "A proclamação da República, o povo em frente à Câmara Municipal", PT/AMLSB/JBN/000440.



fig. 2.08 | Lisboa 1910. in: BENOLIEL, JOSHUA (1910). Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo fotográfico, "A revolução republicana, o povo em frente à Câmara Municipal aclama a proclamação da República", PT/AMLSB/JBN/000442.





fig. 2.09 | Reconstituição do traçado da cidade de Lisboa em 2009.

Desenho do traçado da cidade com base na cartografia digital de 2009, cedido pelo projecto de investigação Forma Urbis Lab..

esc. 1/100 000.



fig. 2.10 | Lisboa 2010. "Cerimónia comemorativa do centenário da República". in: <http://protocolar.blogspot.pt/2010/10/as-cerimonias-comemorativas-do.html>. (2010).



fig. 2.11 | Lisboa 2010. "Cerimónia comemorativa do centenário da República". in: <http://protocolar.blogspot.pt/2010/10/as-cerimonias-comemorativas-do.html>. (2010).

### Acerca do objecto...

O objecto de análise constitui-se pelo conjunto das operações habitacionais concretizadas, excluindo do corpo essencial desta leitura os projectos que não foram concretizados<sup>45</sup>. São também considerados objecto de análise, aqueles casos que, tendo sido construídos, hoje já não existem. Os processos de demolição e substituição de habitações fazem parte fundamental deste percurso. Omiti-los consubstanciar-se-ia na perda de uma leitura que se revela essencial para os objectivos propostos.

O trabalho de investigação dedica-se, portanto, ao estudo do objecto físico que são os projectos urbanos habitacionais de promoção pública, construídos na cidade de Lisboa no decurso destes 100 anos, entre 1910 e 2010.

Assim, o **universo de análise**, que se constitui como **objecto de estudo**, respeita ao todo constituído por 123 **intervenções** que se constituem como **casos de estudo**.

Universo de Análise -- Objecto de Estudo

Intervenções -- Casos de Estudo

Os 123 casos de estudo organizam-se em dois grupos essenciais: i) as intervenções independentes (82) e ii) o binómio intervenção inicial (14) / intervenções complementares (27).

Casos de estudo (123)

-- Intervenções independentes (82)

-- Intervenções iniciais (14) / intervenções complementares (27)

Denominam-se **intervenções independentes**, todos os projectos que, a partir de uma única iniciativa pública, dão origem a um núcleo habitacional novo.

Denominam-se **intervenções iniciais**, aquelas intervenções que se materializam como a primeira de um conjunto de iniciativas que coincidem num determinado local e que, em conjunto, se constituem como um núcleo habitacional. As intervenções posteriores, de iniciativa autónoma mas localizadas em locais onde já existe habitação de promoção pública, denominam-se de **intervenções complementares**<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> Estes, surgem ao longo do trabalho complementarmente como exemplos que reforçam ou ilustram uma ideia.

<sup>46</sup> Estas distinguem-se de outra forma de actuação, vulgar em algumas das operações urbanísticas de maior envergadura, em que uma iniciativa é executada de forma faseada, dando origem até a denominações parciais. O caso de Chelas é exemplar desta forma de actuação, subdividindo a sua execução em zonas de menor dimensão (zonas i, j, l,

Neste contexto, são considerados **núcleos habitacionais (96)** os conjuntos habitacionais que incidem num determinado local e constituem uma realidade urbana una, decorrendo de uma ou mais promoções públicas de habitação. Assim, resultam tanto de operações independentes e unitárias, como de operações múltiplas (iniciais e complementares) apresentando dimensões e características variáveis.

Núcleos Habitacionais (96)

-- intervenções independentes (82)

-- intervenções iniciais / intervenções complementares (14).

Na planta abaixo estão representados todos os projectos que constituem o Objecto de Estudo, inseridos nos limites administrativos da cidade de Lisboa. Esta planta, permite uma leitura global sobre a área afectada a estes projectos e a localizados dos mesmos.



fig. 2.12 | Distribuição dos núcleos habitacionais abrangidos pelo estudo, na área da cidade.

esc. 1/100 000. Elaboração da autora.

m, n, o) e, dentro destas, em operações urbanas distintas (Bairro das Amendoeiras, Bairros dos Alfinetes, Bairro do Armador, Bairro das Flamengas, entre outros.). Este faseamento da operação urbana original, pensada como um todo e num único momento, não é considerado como uma intervenção independente mas, o que de facto é, um faseamento de um projecto único.



## 2.2 Casos de Estudo

Procurou-se suportar o trabalho de investigação num conjunto de dados, tão completos e rigorosos quanto possível, assim delimitando o objecto de análise. No entanto, fica sempre a dúvida no autor, da falibilidade de um levantamento, que se pretende exaustivo, face às pequenas *nuances* que, nalguns casos, os critérios estabelecidos podem gerar. Aí, recupera-se a citação de Duarte Cabral de Mello acerca da «Gestão da Ignorância» para invocar a validação do trabalho apesar das possíveis lacunas. Salvaguarda-se, no entanto, que apesar de um tão vasto universo, todas as novas informações resultaram sempre numa confirmação da leitura proposta.

### **Identificação, localização e dimensionamento**

Ao longo deste período de 100 anos, identificam-se 123 promoções cujo objectivo central se prende com a promoção pública de habitação e que constituem casos de estudo deste trabalho. As referidas intervenções são todas as que tiveram origem numa iniciativa independente e consubstanciam um projecto autónomo, independentemente da sua localização ou data.

Da tarefa de levantamento efectuada a partir de uma investigação conjunta entre: pesquisa de fontes secundárias, trabalho de campo, consulta às entidades públicas e análise cartográfica; resulta num universo de casos que atinge as referidas 123 promoções, que configuram 96 núcleos habitacionais.

São considerados «núcleo habitacional» os conjuntos urbanos que numa determinada localização resultam de uma ou mais intervenções públicas de habitação; duas ou três intervenções

complementares podem incidir sobre um mesmo núcleo habitacional, independentemente da sua dimensão ou natureza morfológica. Como exemplo, temos o caso da Alta de Lisboa com 382ha e o da Rua das Murfas com 0.8ha, constituindo ambas, núcleos habitacionais independentes, apesar da significativa diferença de dimensão.

Serão, ainda, operações independentes, aquelas que, apesar de surgirem com denominação idêntica a outra já existente, incidem em área distinta da original. É caso exemplar o Bairro da Liberdade, com um projecto de 1976, um projecto de 1997 e um projecto de 2000, todos incidindo numa mesma zona da cidade, assumindo a mesma designação mas, materializando-se como núcleos habitacionais independentes, uma vez que não constituem um conjunto urbano uno, em continuidade e com identidade própria.

As intervenções complementares são aquelas que incidem em núcleos habitacionais de promoção pública já existentes que, contudo, partem de uma iniciativa própria, autónoma da que deu origem ao núcleo habitacional original. Como exemplo desta leitura podemos identificar o caso do Bairro da Boavista, que é palco de diversas intervenções complementares, resultado de iniciativas distintas associadas a programas legais distintos e realizadas em momentos também distintos, todas contribuindo para a construção de um mesmo núcleo habitacional. No âmbito deste trabalho entende-se que, para serem consideradas intervenções complementares, e não um novo núcleo habitacional, importa que se insiram, de facto, no núcleo habitacional original.

O universo de análise apresenta casos muito distintos, variando entre os grandes projectos de urbanização que chegam a atingir os 510ha, o caso de Chelas, e as intervenções pontuais constituídas pela construção de 2 ou 3 edifícios, tendo como exemplo o caso do PER da Graça.

Para a identificação destes casos de estudo são assumidas as nomenclaturas originais que, maioritariamente, fazem referência ao local em que se situam, nomeadamente às situações preexistentes mais marcantes, sejam elas de origem mais ou menos rural, de origem geográfica ou topográfica. Existem ainda as denominações de referência política ou outras. Existem os casos em que factos sociopolíticos dão nome aos acontecimentos urbanos habitacionais; são exemplos, o Bairro Presidente Carmona, constituindo uma homenagem ao então Presidente da República; o Bairro 2 de Maio, ocupado por moradores nessa data, aquando dos movimentos sociais de 1974 ou o Bairro dos Retornados, construído para albergar, em 1975, as intensas vagas de retornados das colónias “libertadas”.

A muitos dos núcleos habitacionais de promoção pública são identificados como “Quinta de”, “Casal de”, reportando às estruturas de propriedade preexistentes; ou outros, vários, fazendo alusão a condições geográficas como sejam os identificados como “Alto de”, identificando um sítio localizado num ponto de cota elevada, ou “Vale de” referindo-se à localização em vales e, outros ainda às origens rurais, como é o caso dos “Olivais” ou das “Olaias”.



fig. 2.13 | Identificação de alguns casos de estudo, cuja identificação reporta às estruturas de propriedade pré-existentes. Fotografias da autora.

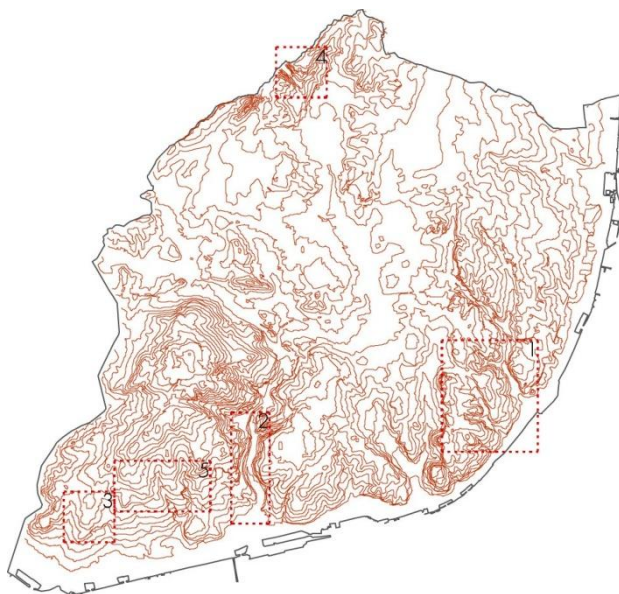


fig. 2.14 | Localização dos topónimos de “Alto de” ou “Vale de” identificados na topografia da cidade de Lisboa.

esc. 1/150 000. Elaboração da autora.

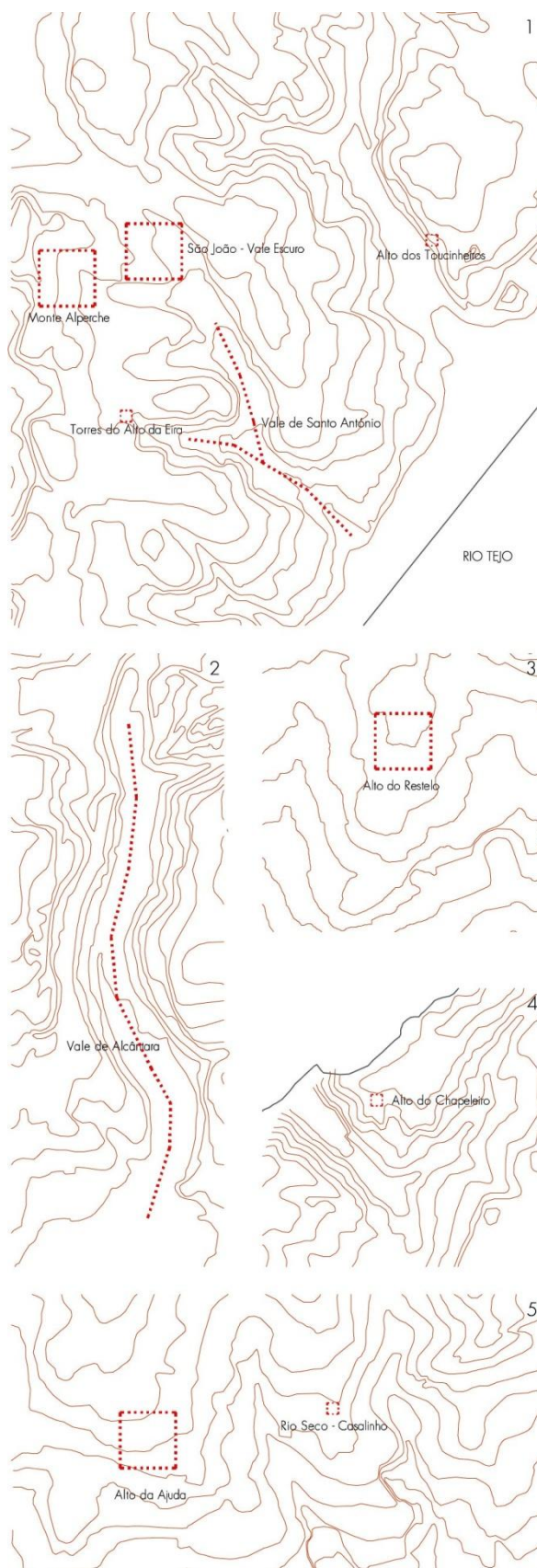


fig. 2.15| Localização dos topónimos de "Alto de" ou "Vale de" sobrepostos à topografia que lhes dá origem.

esc. 1/25 000. Elaboração da autora.

Em muitos casos, a mesma nomenclatura é associada a um mesmo local, sendo identificada para operações projectuais distintas, desenvolvidas em momentos distintos. No caso de intervenções iniciais e complementares, elas assumem a mesma denominação seguida de uma letra que as ordena sequencialmente<sup>47</sup>. No caso de intervenções independentes que usam a mesma nomenclatura, são distinguidas através de numeração, também sequencial<sup>48</sup>.

Importa, portanto, identificar as distintas formas de actuação que coexistem neste universo de estudo e que têm influência na forma como cada operação urbanística é identificada. Assim, os casos de identificação mais directa dos objectos de análise, são aqueles em que um projecto dá origem à construção de um conjunto em determinado momento específico do tempo – um local / um projecto / uma data. Existem também os casos em que um projecto, normalmente de maior dimensão, dá origem a uma obra que se estende ao longo de um período temporal que pode ser de décadas. Estes são os casos em que temos – um local/ um projecto / uma data de referência associada ao momento do projecto. Verifica-se, de forma recorrente, uma outra forma de actuação, que passa pela existência de vários projectos complementares para um mesmo núcleo habitacional, promovidos em momentos distintos e dando, por isso, origem a obras em datas também distintas - um local / vários projectos / várias datas. Por fim, a última versão, em que vários projectos independentes são desenvolvidos para um local com a mesma designação mas que não se constituem como um todo – um local (amplo) / vários projectos / várias datas.

Observado o universo global e expostos os critérios de selecção e ordenamento dos casos de estudo, importa então passar à identificação de cada um destes projectos. Ordenados por seriação organizam-se de forma diacrónica e de acordo com os critérios acima descritos.

A leitura da tabela permite-nos conhecer a distribuição temporal dos casos de estudo e reflectir acerca do início e conclusão da investigação.

---

<sup>47</sup> Exemplo: intervenção inicial - Boavista (1933); intervenções complementares - Boavista A (1962), Boavista B (1976), etc.

<sup>48</sup> Exemplo de intervenções iniciais e independentes que usam a mesma nomenclatura: Liberdade 1 (1976), Liberdade 2 (1997), Liberdade 3 (2000).

n.º	DATA	IDENTIFICAÇÃO	ha
1	1919	Ajuda à Boa-Hora	1,6
2	1919	Arco do Cego	12,0
3	1927	Presidente Carmona	0,9
4	1930	Monte Alperche	8,2
5	1933	Serafina	7,0
6	1934	Alto da Ajuda	10,5
7	1937	Alvito	3,0
8	1937	Qta do Jacinto	1,7
8A	1950	Qta do Jacinto A	
9	1938	Boavista	
9A	1962	Boavista A	
9B	1976	Boavista B	
9C	1981	Boavista C	21,0
9D	1988	Boavista D	
9E	1997	Boavista E	
10	1938	Calçada dos Mestres	9,0
11	1938	Qta da Calçada	4,5
12	1938 - 1947	Restelo	80,0
13	1938	Terras do Forno	6,4
14	1940	Encarnação	47,0
15	1942	Madre de Deus	12,0
16	1945	Alvalade	230,0
17	1945	Furnas	5,9
17A	1982	Furnas A	
17B	1994	Furnas B	
18	1947	Caramão da Ajuda	17,5
19	1947	S. João/Vale Escuro	9,6
20	1949	Caselas	9,3
21	1952	Grilo	3,2
21A	1955	Grilo A	
22	1955	Olivais Norte	40,0
23	1956	Sta Cruz de Benfica	21,2
24	1959	Padre Cruz	38,0
24A	1976	Padre Cruz A	
24B	1989	Padre Cruz B	
25	1960	Olivais Sul	186,6
26	1960	Quinta das Mouras	23,0
27	1961	Charquinho	8,1
27A	1962	Charquinho A	
27B	1996	Charquinho B	
28	1961	Pedralvas	7,8

n.º	DATA	IDENTIFICAÇÃO	ha
29	1962	Grilo - Alto dos Touc.	0,2
30	1963	Cruz Vermelha	6,0
31	1963	Musgueira Norte	14,0
32	1965	Chelas	510,0
33	1965	Relógio	20,0
34	1966	Qta de Sta Luzia	0,5
35	1967	Musgueira Sul	8,0
36	1968	Casalinho da Ajuda	3,3
36A	19--	Casalinho da Ajuda A	
36B	1995	Casalinho da Ajuda B	
37	1969	Qta do Morgado	18,0
38	197-	Galinheiras (Pailepa)	8,2
38A	2004	Galinheiras A	
39	1971	Alto do Restelo	7,5
40	1972	Telheiras Sul	63,5
41	1972	Telheiras Norte	41,0
42	1973	Alto da Eira	0,7
43	1973	Horta Nova	15,8
43A	1990	Horta Nova A	
43B	1998	Horta Nova B	
43C	1999	Horta Nova C	4,4
44	1973	Qta do Ourives	
44A	1976	Qta do Ourives A	
44B	1982	Qta do Ourives B	5,2
44C	1991	Qta do Ourives C	
45	1974	Dois de Maio	9,2
46	1975	Camide	1,1
47	1975	Retornados	2,8
48	1975	Sete Céus	20,0
49	1976	Curraleira/Embrechados	2,3
50	1976	D. Leonor	5,5
51	1976	Liberdade (1)	1,5
52	1976	Qta do Alto	2,2
53	1976	Qta da Bela Flor (1)	
53A	2000	Qta da Bela Flor (1) A	12,3
54	1976	Qta das Fonecas	
54A	1994	Qta das Fonecas A	3,8
55	1977	Qta Bacalhau/Monte Cõxo	
55A	1994	Qta Bacalhau/Monte Cõxo A	
55B	1997	Qta Bacalhau/Monte Cõxo B	5,2
56	1979	Qta das Laranjeiras	

n.º	DATA	IDENTIFICAÇÃO	ha
57	1979	Vale de São António	48,0
58	198-	Calhau	0,9
59	1980	Olivais Velho	2,9
60	1990	Casal dos Machados	5,7
61	1990	Paço do Lumiar	10,0
62	1992	Alto do Lumiar	0,3
63	1995	Alto do Chapelheiro	0,1
64	1995	Quinta dos Barros (1)	1,0
65	1997	Av de Berlim	1,8
66	1997	Benfica / Buraca	0,8
67	1997	Graça (1)	0,2
68	1997	Liberdade (2)	1,0
69	1997	Qta das Lavadeiras	0,1
70	1998	Alta de Lisboa	382,0
71	1998	R. Carlos Botelho	1,4
72	1998	R. Nascimento Costa	0,6
73	1998	VA (Qta do Cabrinha)	10,5
73A	2001	VA A (Av Ceuta Norte e Sul)	
74	1999	Graça (2)	0,1
75	1999	Qta dos Barros (2)	1,3
76	1999	Rêgo	2,6
77	2000	Av Cidade Luanda	1,0
78	2000	Casal Evaristo - R. Freitas Gazul	1,3
79	2000	Liberdade (3)	0,6
80	2000	Qta da Bela Flor (2)	1,1
81	2000	Qta do Lavrado	1,2
82	2000	Rua das Murtas	0,7
83	2000	Rua Maria Pia	0,6
84	2000	Trav. Sargento Abílio	1,0
85	2001	Av Eduardo Baírrada	0,1
86	2001	Rua das Açucenas	1,0
87	2002	Rio Seco/Casalinho da Ajuda	0,3
88	2003	Ameixoeira	41,4
89	2004	Bensaúde	3,9
90	2005	Praça Entrecampos	2,1
91	2006	Martim Moniz	0,8
92	--	Charneca do Lumiar	0,5
93	--	Estrada de Caselas	0,2
94	--	Flamenga	0,8
95	--	Qta do Louro	2,6
96	--	R. Maj. Neut Abreu	0,3

tab. 2.01 | todos os projectos habitacionais de promoção pública, construídos em Lisboa entre 1910 e 2010, que constituem casos de estudo desta investigação.

notas à tabela:

1 | A preto estão identificados os 96 núcleos habitacionais que decorrem de intervenções independentes e intervenções iniciais; a cinza estão identificadas as intervenções complementares.

2 | os casos de estudo cuja data não é conhecida com exactidão estão ordenados alfabeticamente no fundo da tabela. Importa, no entanto, referir que estes casos de estudo datam das décadas de 70 e 80.

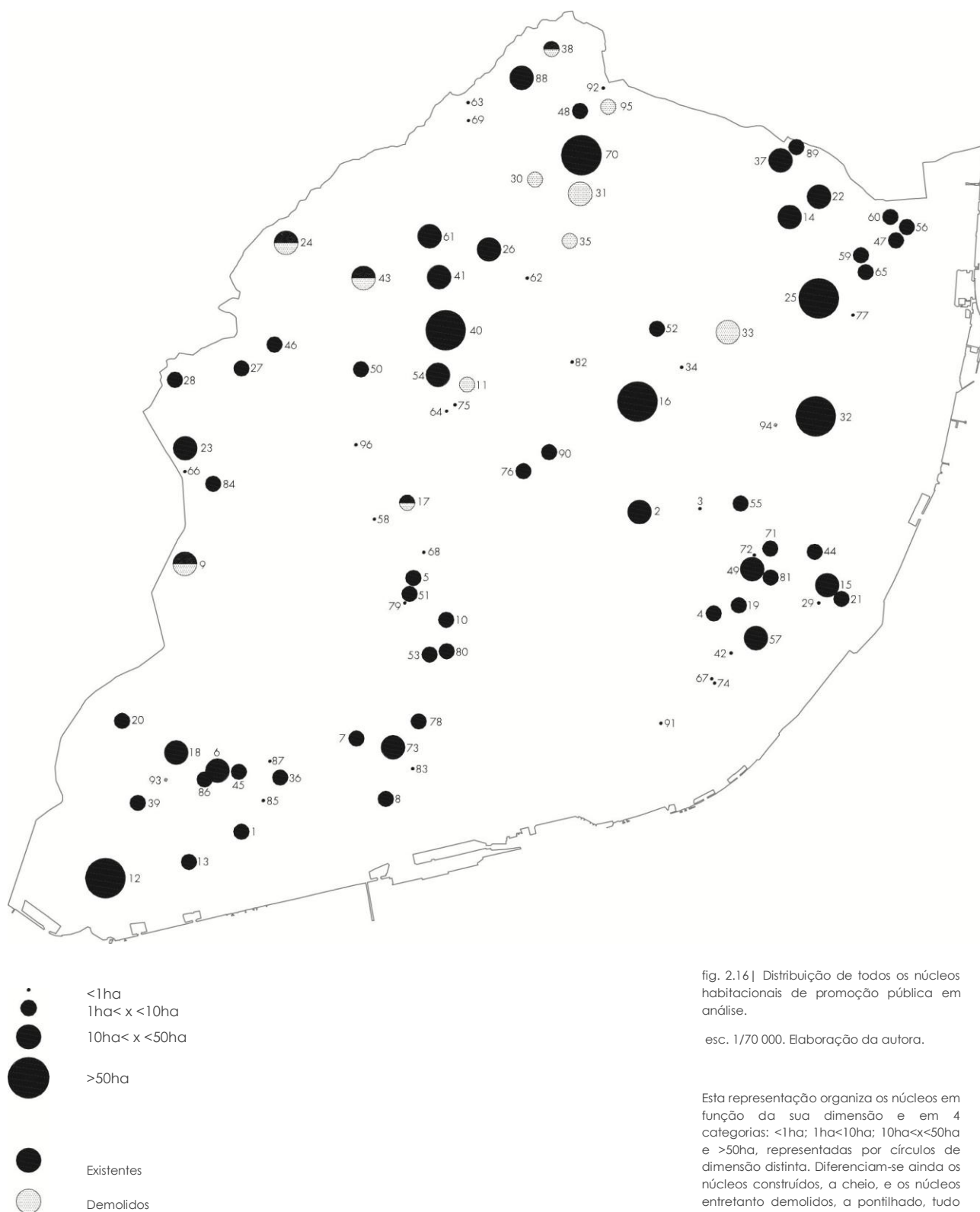


fig. 2.16 | Distribuição de todos os núcleos habitacionais de promoção pública em análise.

esc. 1/70 000. Elaboração da autora.

Esta representação organiza os núcleos em função da sua dimensão e em 4 categorias: <1ha; 1ha<x<10ha; 10ha<x<50ha e >50ha, representadas por círculos de dimensão distinta. Diferenciam-se ainda os núcleos construídos, a cheio, e os núcleos entretanto demolidos, a pontilhado, tudo conforme a legenda.

A numeração corresponde à identificação na tabela acima.


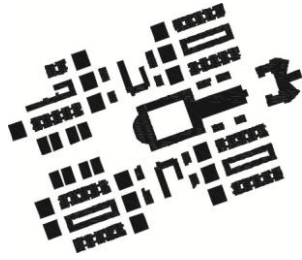




Tabela de referência dos núcleos habitacionais

tab. 2.02| A tabela apresenta os 96 núcleos habitacionais em análise, ordenados pela sua data de referência e identificados por uma numeração sequencial, pela designação, pela área de intervenção (ha) e representação gráfica de cheios e vazios. (pg.77-90)



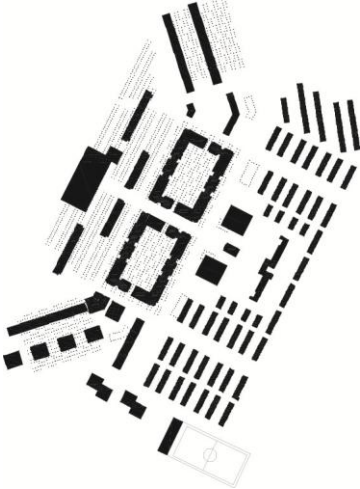


Notas para a leitura da tabela:






Os núcleos habitacionais estão representados em três escalas, operacionalizando a tabela, face à dimensão de cada um deles. Assim, todos os núcleos habitacionais de área igual ou inferior a 20ha estão representados à escala 1/10 000; aqueles cuja área de intervenção varia entre os 20ha e os 100ha, estão representados à escala 1/25 000 ; e, finalmente, todos os que têm área superior a 100ha , estão representados à escala 1/50 000.

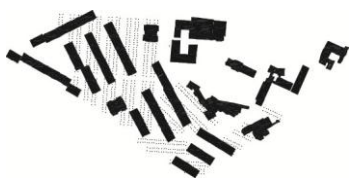

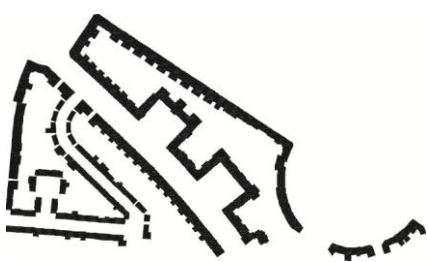


Representados a linha interrompida, estão os núcleos habitacionais, ou partes deles, já demolidos. A linha cheia mas não preenchida estão as partes do projecto não construídas.



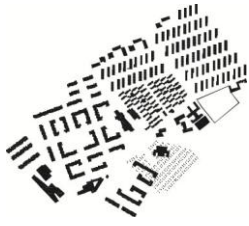


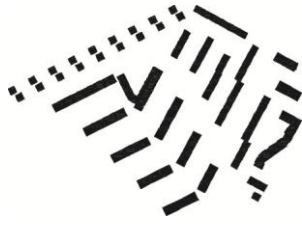
	DATA	IDENTIFICAÇÃO	
1	1919	Ajuda à Boa-Hora 1,6 ha	 esc.1/10 000
2	1919	Arco do Cego 12,0 ha	 esc.1/10 000
3	1927	Presidente Carmona 0,9 ha	 esc.1/10 000
4	1930	Monte Alperche 8,2 ha	 esc.1/10 000
5	1933	Serafina 7,0 ha	 esc.1/10 000
6	1934	Alto da Ajuda 10,5 ha	 esc.1/10 000



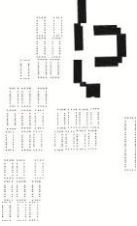
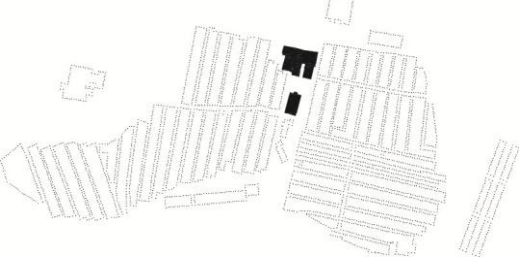



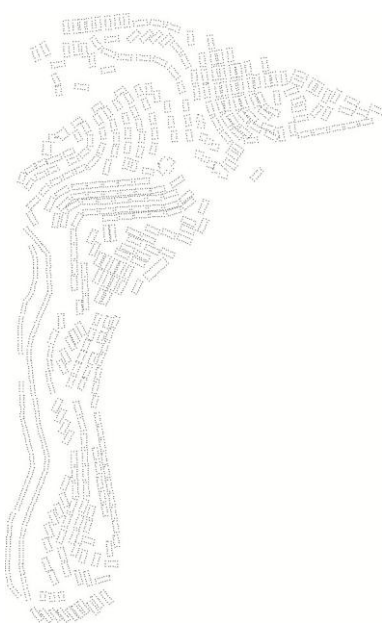

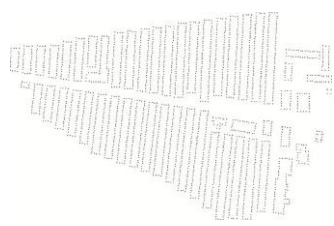

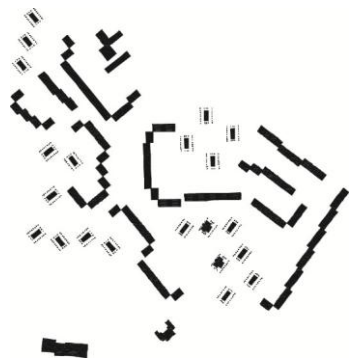
7	1937	Alvito	3,0 ha		esc.1/10 000
8	1937	Qta do Jacinto			
8A	1950	Qta do Jacinto A	1,7 ha		esc.1/10 000
9	1938	Boavista			
9A	1962	Boavista A			
9B	1976	Boavista B			
9C	1981	Boavista C			
9D	1988	Boavista D			
9E	1997	Boavista E	21,0 ha		1ª fase - demolido esc.1/10 000
10	1938	Calçada dos Mestres	9,0 ha		esc.1/10 000
11	1938	Qta da Calçada	4,5 ha		demolido esc.1/10 000

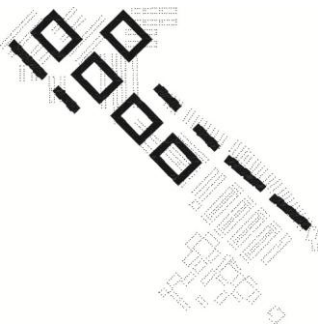




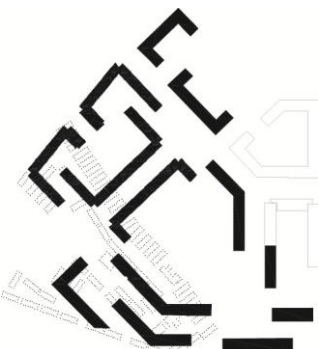
12	1938 - 1947	Restelo	80,0 ha		esc.1/25 000
13	1938	Terras do Forno	6,4 ha		esc.1/10 000
14	1940	Encarnação	47,0 ha		esc.1/25 000
15	1942	Madre de Deus	12,0 ha		esc.1/10 000
16	1945	Alvalade	230,0 ha		esc.1/50 000

17	1945	Furnas		
17A	1982	Furnas A		
17B	1994	Furnas B		
5,9 ha			1º fase - demolido esc.1/10 000	
18	1947	Caramão da Ajuda		
17,5 ha				
			 esc.1/10 000	
19	1947	S.João/Vale Escuro		
9,6 ha				
			 esc.1/10 000	
20	1949	Caselas		
9,3 ha				
			 esc.1/10 000	
21	1952	Grilo		
21A	1955	Grilo A		
3,2 ha			 esc.1/10 000	

22	1955	Olivais Norte	40,0 ha		esc.1/25 000
23	1956	Sta Cruz de Benfica	21,2 ha		esc.1/25 000
24	1959	Padre Cruz	38,0 ha		esc.1/25 000
24A	1976	Padre Cruz A			
24B	1989	Padre Cruz B			
25	1960	Olivais Sul	186,6 ha		esc.1/50 000
26	1960	Quinta das Mouras	23,0 ha		esc.1/25 000
27	1961	Charquinho	8,1 ha		esc.1/10 000
27A	1962	Charquinho A			
27B	1996	Charquinho B			



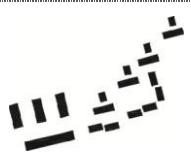
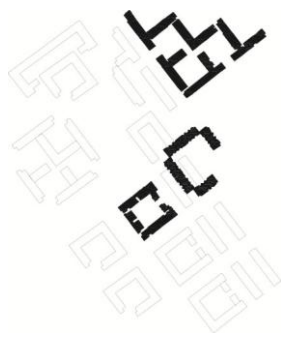


28	1961	Pedralvas	7,8 ha		esc.1/10 000
29	1962	Grilo - Alto dos Touc.	0,2 ha		esc.1/10 000
30	1963	Cruz Vermelha	6,0 ha		parcialmente demolido esc.1/10 000
31	1963	Musgueira Norte	14,0 ha		demolido esc.1/10 000
32	1965	Chelas	510,0 ha		esc.1/50 000

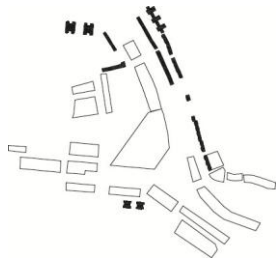



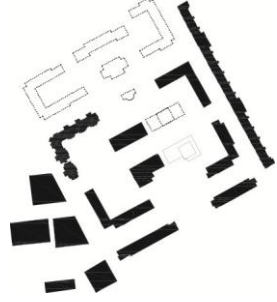




33	1965	Relógio	20,0 ha		demolido	esc.1/10 000
34	1966	Qta de Sta Luzia	0,5 ha			esc.1/10 000
35	1967	Musgueira Sul	8,0 ha		demolido	esc.1/10 000
36	1968	Casalinho da Ajuda	3,3 ha			esc.1/10 000
36A	19--	Casal. da Ajuda A				
36B	1995	Casal. da Ajuda B				
37	1969	Qta do Morgado	18,0 ha			esc.1/10 000









38	197-	Galinheiras (Pailepa)		1ª fase - demolido	esc.1/10 000
38A	2004	Galinheiras A			
		8,2 ha			
39	1971	Alto do Restelo		esc.1/10 000	
		7,5 ha			
40	1972	Telheiras Sul		esc.1/25 000	
		63,5 ha			
41	1972	Telheiras Norte		esc.1/25 000	
		41,0 ha			
42	1973	Alto da Eira		esc.1/10 000	
		0,7 ha			
43	1973	Horta Nova		1ª fase - demolido	esc.1/10 000
43A	1990	Horta Nova A			
43B	1998	Horta Nova B			
43C	1999	Horta Nova C			
		15,8 ha			













44	1973	Qta do Ourives		
44A	1976	Qta do Ourives A		
44B	1982	Qta do Ourives B		
44C	1991	Qta do Ourives C		
			4,4 ha	esc.1/10 000
45	1974	Dois de Maio		
			5,2 ha	
				esc.1/10 000
46	1975	Carnide		
			9,2 ha	
				esc.1/10 000
47	1975	Retornados		
			1,1 ha	
				esc.1/10 000
48	1975	Sete Céus		
			2,8 ha	
				esc.1/10 000
49	1976	Curraleira/ Embrechados		
			20,0 ha	
			parcialmente construído	esc.1/10 000
50	1976	D. Leonor		
			2,3 ha	
				esc.1/10 000














51	1976	Liberdade (1)	5,5 ha		parcialmente construído	esc.1/10 000
52	1976	Qta do Alto	1,5 ha			esc.1/10 000
53	1976	Qta da Bela Flôr (1)				
53A	2000	Qta da Bela Flôr (1) A	2,2 ha			esc.1/10 000
54	1976	Qta das FONSECAS				
54A	1994	Qta das FONSECAS A	12,3 ha		parcialmente construído	esc.1/10 000
55	1977	Qta Bacalhau / Monte Côxo				
55A	1994	Qta Bacalhau / Monte Côxo A				
55B	1997	Qta Bacalhau / Monte Côxo B	3,8 ha			esc.1/10 000
56	1979	Qta das Laranjeiras	5,2 ha			esc.1/10 000

57	1979	Vale de Sto António	48,0 ha		parcialmente construído	esc.1/25 000
58	198-	Calhau	0,9 ha			esc.1/10 000
59	1980	Olivais Velho	2,9 ha			esc.1/10 000
60	1990	Casal dos Machados	5,7 ha			esc.1/10 000
61	1990	Paço do Lumiar	10,0 ha		parcialmente construído	esc.1/10 000
62	1992	Alto do Lumiar	0,3 ha			esc.1/10 000
63	1995	Alto do Chapeleiro	0,1 ha			esc.1/10 000
64	1995	Quinta dos Barros (1)	1,0 ha			esc.1/10 000
65	1997	Av de Berlim	1,8 ha			esc.1/10 000

66	1997	Benfica / Buraca	0,8 ha		esc.1/10 000
67	1997	Graça (1)	0,2 ha		esc.1/10 000
68	1997	Liberdade (2)	1,0 ha		esc.1/10 000
69	1997	Qta das Lavadeiras	0,1 ha		esc.1/10 000
70	1998	Alta de Lisboa	382,0 ha		parcialmente construído esc.1/50 000
71	1998	R. Carlos Botelho	1,4 ha		esc.1/10 000
72	1998	R. Nascimento Costa	0,6 ha		esc.1/10 000
73	1998	VA (Qta do Cabrinha)			
73A	2001	VA A (Av Ceuta Norte e Sul)	10,5 ha		esc.1/10 000

74	1999	Graça (2)	0,1 ha		esc.1/10 000
75	1999	Qta dos Barros (2)	1,3 ha		esc.1/10 000
76	1999	Rêgo	2,6 ha		esc.1/10 000
77	2000	Av Cidade Luanda	1,0 ha		esc.1/10 000
78	2000	Casal Evaristo - R. Freitas Gazul	1,3 ha		esc.1/10 000
79	2000	Liberdade (3)	0,6 ha		esc.1/10 000
80	2000	Qta da Bela Flôr (2)	1,1 ha		esc.1/10 000
81	2000	Qta do Lavrado	1,2 ha		esc.1/10 000
82	2000	Rua das Murtas	0,7 ha		esc.1/10 000
83	2000	Rua Maria Pia	0,6 ha		esc.1/10 000
84	2000	Trav. Sargento Abilio	1,0 ha		esc.1/10 000
85	2001	Av Eduardo Bairrada	0,1 ha		esc.1/10 000

86	2001	Rua das Açucenas 1,0 ha		esc.1/10 000
87	2002	Rio Seco/Casalinho da Ajuda 0,3 ha		esc.1/10 000
88	2003	Ameixoeira 41,4 ha		esc.1/25 000
89	2004	Bensaúde 3,9 ha		esc.1/10 000
90	2005	Praça Entrecampos 2,1 ha		esc.1/10 000
91	2006	<b>Marlim Moniz</b> 0,8 ha		esc.1/10 000
92	—	Charneca do Lumiar 0,5 ha		esc.1/10 000
93	—	Estrada de Caselas 0,2 ha demolido		esc.1/10 000
94	—	Flamenga 0,8 ha demolido		esc.1/10 000
95	—	Qta do Louro 2,6 ha demolido		esc.1/10 000
96	—	R. Major Neufel Abreu 0,3 ha		esc.1/10 000

Sendo que o arranque do horizonte temporal nos remete a 1910, data da instauração da 1ª República, e, com ela, da preocupação com a promoção pública de habitação, é só em 1919, com o início da construção dos projectos da Ajuda-à-Boa-Hora e do Arco do Cego, que acontece um efectivo arranque deste processo. Este desfasamento revela a fraca capacidade interventiva deste período, neste sector.

No que se refere aos tempos que medeiam o fecho do horizonte temporal de análise e a efectiva produção de projectos de habitação de promoção pública, verifica-se também um desfasamento de alguns anos. Se, o ano de 2010 encerra esta análise pela assumida mudança de paradigma nas fórmulas de intervenção e o ano de 2012 reforça esta mudança dada a conclusão dos programas PIMP e PER em Lisboa, coincidentemente com o fecho da EPUL, é a 2006 que se atribui o título de última nova intervenção, promovida ao abrigo do programa EPUL Jovem no Largo do Martim Moniz. As que desde aí ocorrem, constituem uma concretização tardia ou estendida no tempo, de projectos de âmbito territorial e temporal alargado, como são o projecto para Chelas e para a Alta de Lisboa, de iniciativa anterior.

Se a tabela cronológica destaca este desfasamento temporal entre datas de análise e de efectiva concretização, as plantas de localização e identificação dos casos de estudo, permitem outras leituras do universo de análise. Uma primeira observação quantitativa e quanto à permanência dos projectos em estudo, verifica-se que, no universo total dos 123 casos, que constituem 96 núcleos habitacionais, apenas 13 projectos foram demolidos e destes, apenas 5 foram alvo de uma substituição subsequente à demolição, por projectos que recuperam a identidade dos anteriores. Os restantes, não tendo sido substituídos de forma directa, os seus terrenos foram mais tarde alvo de intervenções de âmbito mais abrangente também integradas em operações de promoção pública. Nestes últimos gera-se, no entanto, uma nova identidade urbana associada ao novo projecto.

Uma outra leitura interessante passa pela dimensão dos núcleos habitacionais. Através de uma leitura da evolução diacrónica destas intervenções, elaborou-se um gráfico que reflecte a oscilação do dimensionamento. Pode-se, facilmente perceber uma mudança significativa, a partir, sensivelmente, de 1992, quando a grande maioria das intervenções se apresentam com menos de 1ha de área de intervenção. Além desta óbvia leitura, outras, são possíveis fazer; ao longo de todo o percurso temporal, são apenas pontuais os projectos que apresentam área de intervenção superior a 50ha.

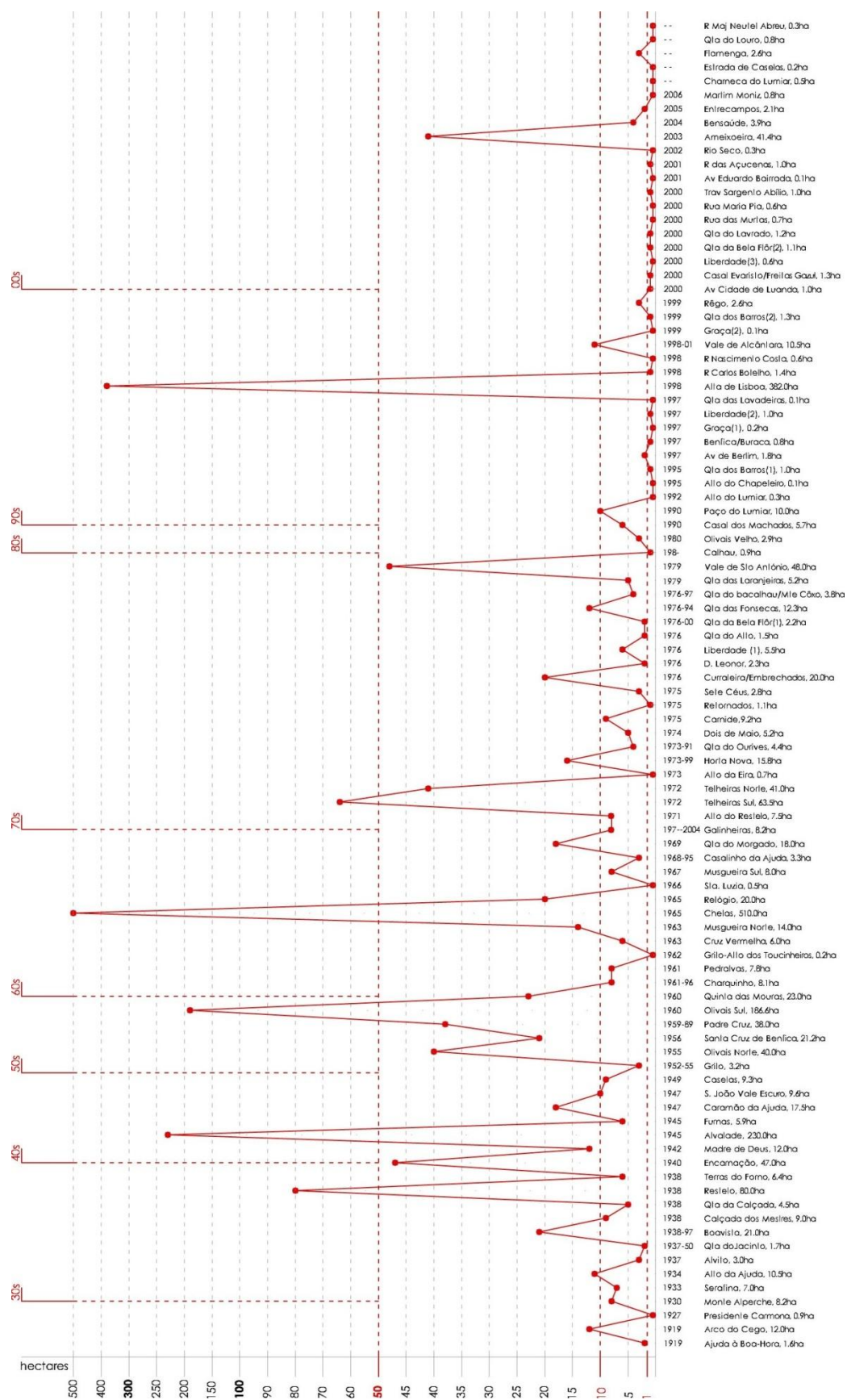


fig. 2.17 | Gráfico de relação entre a área de intervenção dos casos de estudo e a sua progressão diacrónica.

Elaboração da autora.

Além da gritante diferença no quantitativo de área de intervenção dos casos de estudo ocorrida a partir de 1992, parece poder identificar-se outros intervalos tendenciais no que respeita à dimensão dos núcleos habitacionais. Para a definição destes intervalos dimensionais procuraram-se critérios de referência na cidade existente. Assim, a leitura do gráfico decorre da análise de tecidos urbanos da Lisboa histórica e, com eles, a definição de um quadro de referência, para a definição dos intervalos dimensionais que contribuem para uma interpretação do objecto físico de estudo.

Tecidos urbanos como Alfama<sup>49</sup>, Avenidas Novas<sup>50</sup>, Bairro Alto<sup>51</sup>, Bairro das Amoreiras<sup>52</sup>, Bairro das Colónias<sup>53</sup>, Baixa<sup>54</sup> e Campo de Ourique<sup>55</sup>, identificam-se como zonas homogêneas e de referência global na percepção da cidade de Lisboa.

Nesta procura de tecidos urbanos de características homogêneas e projectos de referência, identifica-se um projecto de dimensão mais abrangente e que marca decisivamente a cidade através do seu papel de estruturação do crescimento urbano face ao interior, o projecto de 1904, de Ressano Garcia para as Avenidas Novas. A área associada ao

---

<sup>49</sup> Alfama, tecido de origem medieval resulta de um processo de urbanização sem projecto, e desce da encosta do Castelo até ao rio Tejo, ajustando uma malha urbana apertada ao relevo e dando origem a quarteirões irregulares em dimensão e forma.

<sup>50</sup> O plano das Avenidas Novas, datado de 1888, da autoria de Ressano Garcia, propõe "(...) a urbanização de uma vasta zona da cidade (...)" desde a Avenida da Liberdade e até ao Campo Grande, através de um conjunto de avenidas de inspiração Haussmaniana. (FERNANDES 1989b).

<sup>51</sup> A urbanização do sítio do Bairro Alto teve início com um loteamento de cariz habitacional de 1513, "(...) norteado por novas ideias de modernidade e consciência urbanas (...)" (CARVALHO 1994: 124) por oposição ao crescimento contínuo e desorganizado da cidade antiga. A sua condição de bairro periférico, face à cidade encerrada na muralha Fernandina, foi progressivamente alterado para uma condição de centralidade, dada a expansão da cidade pós-terramoto a oeste e a norte. (CARVALHO 1994; SUCENA 1994).

<sup>52</sup> O Bairro das Amoreiras, projecto de 1759, de Carlos Mardel para o então designado Bairro das Águas Livres, enquadrava-se na reestruturação em curso da Fábrica das Sedas, oferecendo habitação aos funcionários daquela indústria especializada, sendo designada como uma "unidade urbana pombalina de elite". (ROSSA 1998: 119). O mesmo autor refere-se à iniciativa pública do plano e mesmo da execução dos 4 quarteirões que definem a Praça e que ainda hoje existem e aos quais não se seguiu a execução privada esperada.

<sup>53</sup> O Bairro das Colónias foi construído algures nos anos 30, evoca as antigas províncias ultramarinas e estabelece um traçado de origem simétrica em função da Rua de Angola. (1994)

<sup>54</sup> O projecto da Baixa Pombalina, resultado da reconstrução da cidade destruída em 1755 pelo terramoto, maremoto e incêndio decorrente, é um dos seis estudos desenvolvidos na altura. O projecto de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel (1755-56) é o escolhido pelo Marquês de Pombal, e define uma estrutura baseada na organização de um aquartelamento, que introduz grandes inovações ao nível da produção da construção em série, recorrendo a elementos construtivos normalizados. (SANCHEZ 1994).

<sup>55</sup> O Bairro de Campo de Ourique decorre de um plano concebido por Ressano Garcia, em 1906, inspirado no racionalismo setecentista de que a Baixa é exemplo em Lisboa. Um projecto dedicado, fundamentalmente à habitação de uma classe média, que procura estabelecer algum equilíbrio com a função comercial. (SOARES 1994) (R. H. D. SILVA 1989).



sistema das avenidas aproxima-se dos 250ha, distinguindo-se significativamente dos demais, no que se refere à dimensão e com ela à capacidade de estruturação do crescimento urbano.

Identificam-se ainda um conjunto de tecidos urbanos muito representativos da cultura urbanística da cidade, que se dimensionam entre 10ha e os 40ha – Baixa, 35ha; Campo de Ourique, 33ha; Bairro Alto, 19ha e Alfama, 15ha. Estes constituem tecidos cuja dimensão permite a construção de uma identidade urbana muito própria, constituindo-se como autênticos bairros.

Finalmente, são casos paradigmáticos da leitura da cidade, pequenos conjuntos urbanos que se identificam na linguagem comum também como bairros, apesar da sua pequena dimensão e da decorrente incapacidade de gerar vida própria. São aqui representados os projectos para o Bairro das Amoreiras, com cerca de 3.5ha e o projecto do Bairro das Colónias, com cerca de 5.5ha. Embora de abrangência muito restrita, é possível perceber uma linguagem urbana própria.<sup>56</sup>

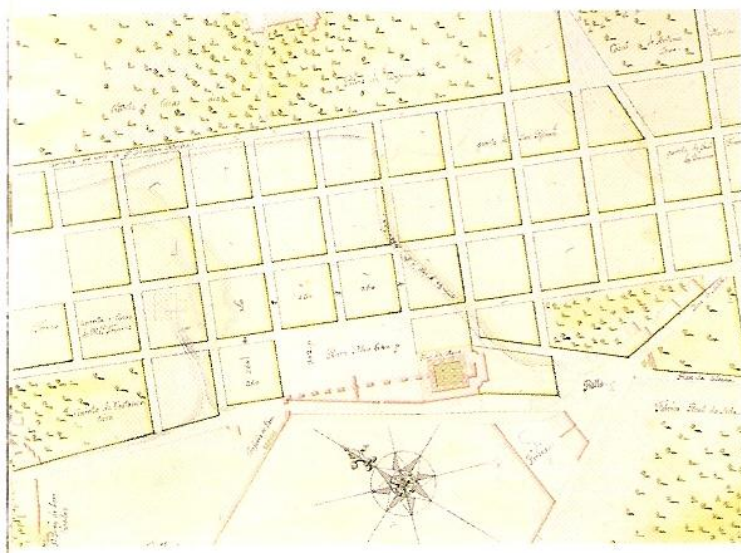


fig. 2.18| Projecto de 1759, do Bairro das Águas Livres , actualmente designado Bairro das Amoreiras. (ROSSA 1998: 118).

<sup>56</sup> As áreas assumidas correspondem, não à exacta dimensão do projecto original de cada caso (até porque, por exemplo, Alfama não decorre de um projecto), mas à leitura de zonas de características homogéneas, comumente identificadas como um "bairro". A quantificação da área de cada uma destas zonas homogéneas de referência, decorre de uma análise das características morfológicas, definida pela autora.

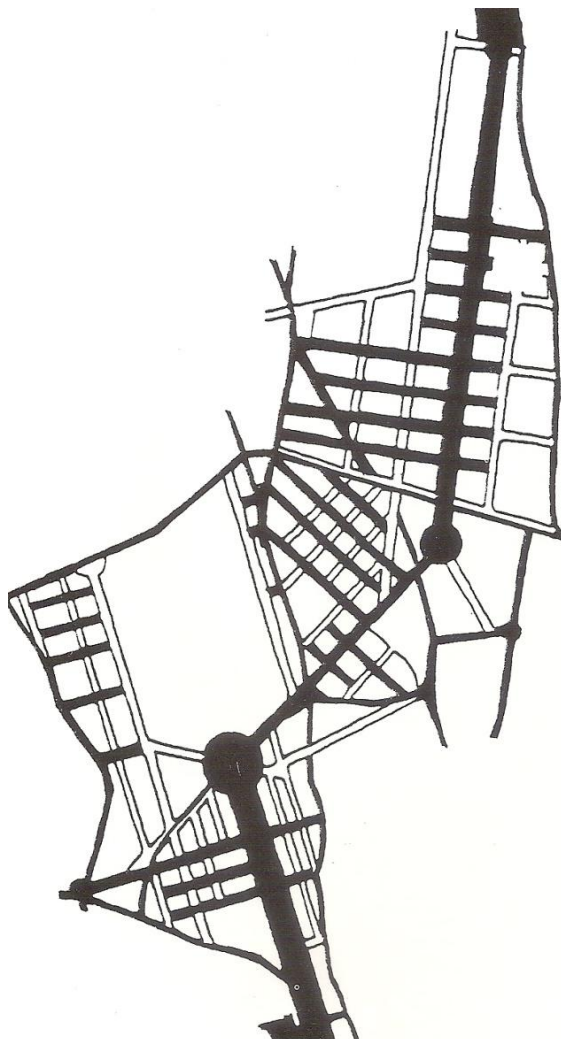


fig. 2.19| Esquema de estrutura do projecto das Avenidas Novas apresentado por José Manuel Fernandes. (FERNANDES 1989a: 54)

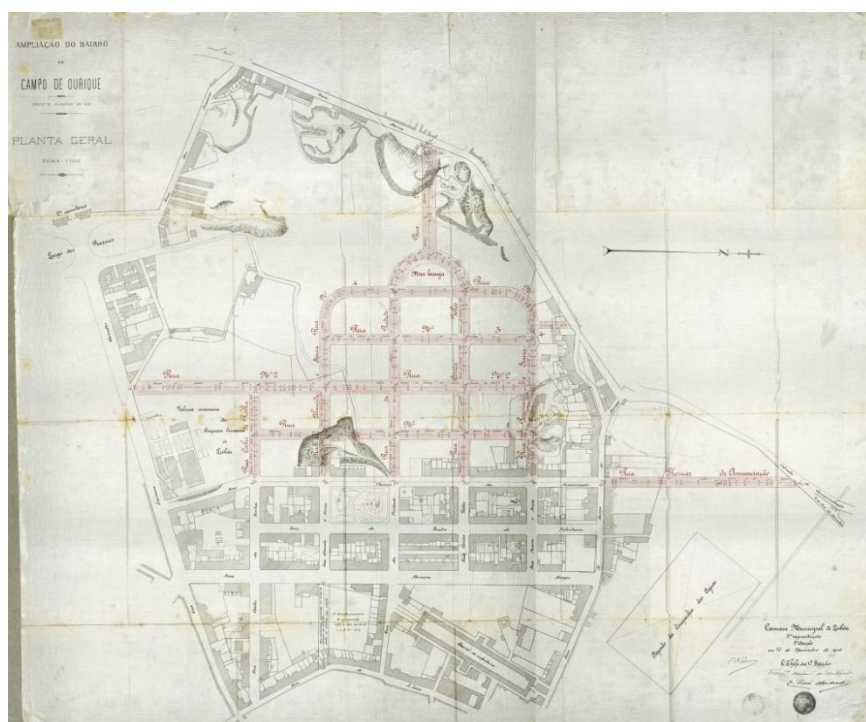


fig. 2.20| Planta da ampliação do Bairro de Campo de Ourique (1906). in: Arquivo Municipal de Lisboa – núcleo do Arco do Cego.PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01202.

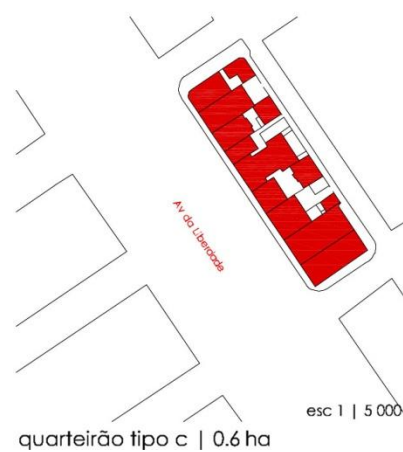
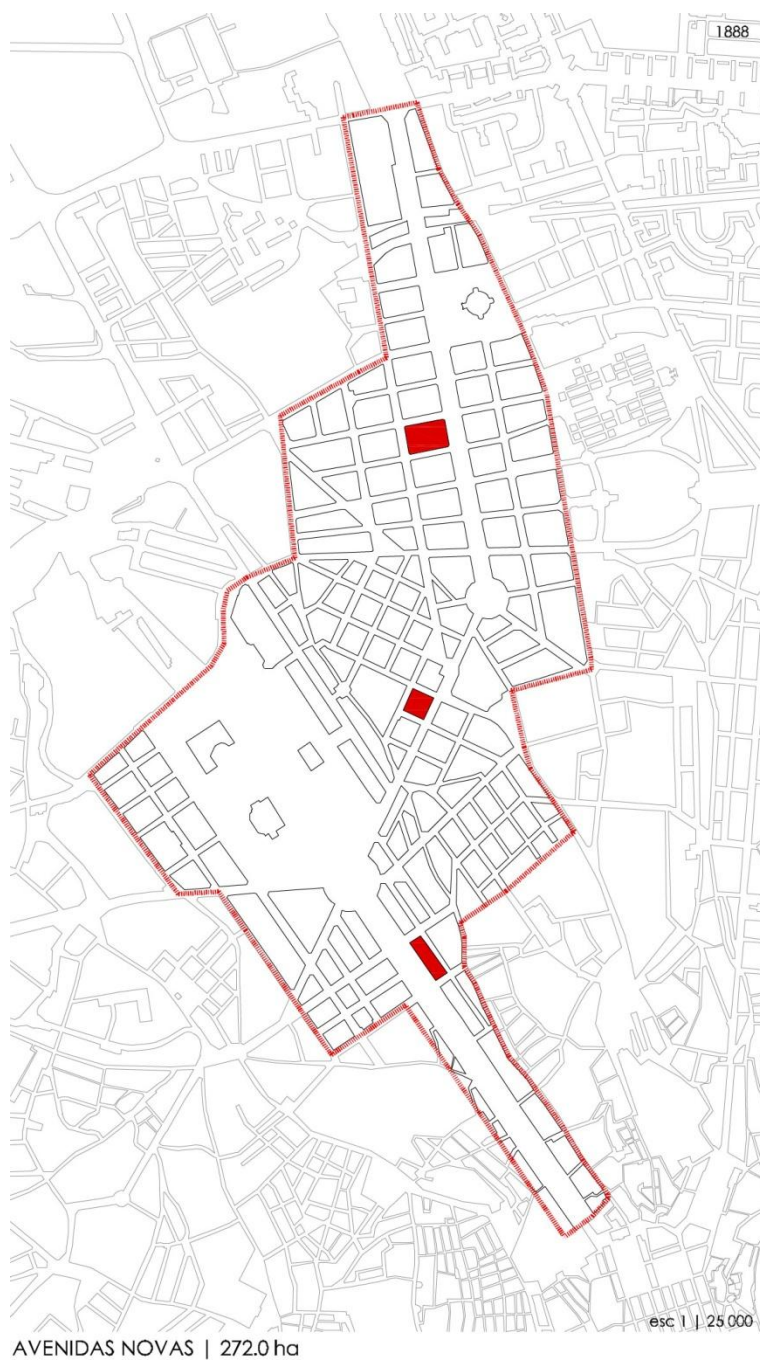


fig. 2.21 | Identificação da zona homogénea das Avenidas Novas e análise relativa ao seu dimensionamento e dos seus quarteirões.

Elaboração da autora.





fig. 2.22| Identificação das zonas homogêneas de Campo de Ourique, Baixa, Bairro Alto, Alfama, Bairro das Colónias e Bairro das Amoreiras e análise relativa ao seu dimensionamento e dos seus quarteirões.

Elaboração da autora.

Em todos estes projectos foi ainda elaborada uma observação da sua unidade de composição elementar – o quarteirão. O quarteirão como unidade autónoma que constrói o todo de cada um destes projectos, apresenta uma certa constância no que se refere ao seu dimensionamento. Com excepção de Alfama, cujas unidades de composição apresentam dimensões mais variáveis e globalmente menores, os restantes casos de estudo, projectados em distintas épocas da história da cidade e presentes no imaginário dos lisboetas, apresentam quarteirões cuja área varia tendencialmente entre os 0.15ha e os 0.7ha. Ou seja, a unidade de composição – quarteirão -, nos tecidos de referência da cidade, apresenta uma dimensão que se aproxima de 1ha, sendo apenas pontualmente maior do que esta área.

Esta observação levou à definição de categorias para a estruturação de uma leitura sobre o objecto físico desta análise.

Numa organização desta leitura, propõe-se a sistematização de 4 categorias dimensionais: a) os núcleos habitacionais que totalizam menos que 1ha, com referência ao quarteirão como unidade de composição; b) os que totalizam uma área compreendida entre o 1ha e os 10ha, com referência aos projectos que permitem uma leitura de conjunto embora não tenham dimensão suficiente para gerar uma vivência urbana própria; c) os que estão compreendidos entre os 10ha e os 50ha, com os projectos que permitem uma leitura e dinâmica urbana próprias; e d) os que ultrapassam os 50ha, sendo aqueles que terão a capacidade de estruturar tecidos urbanos mais abrangentes.

Temos então, 26 núcleos habitacionais com área inferior a 1ha, 2 dos quais demolidos; 43 com dimensão compreendida entre o 1ha e os 10ha, dois quais 4 foram demolidos e 2 foram demolidos e posteriormente substituídos. Com área compreendida entre os 10ha e os 50ha foram demolidos 2 núcleos habitacionais e outros 3 foram demolidos e posteriormente substituídos, desta vez de um universo total de 21 núcleos habitacionais; por fim, com mais de 50ha de área de intervenção, identificam-se apenas 6 núcleos habitacionais.

Esta leitura revela-se, então, determinante na identificação de duas fortes tendências, no que ao dimensionamento da área de intervenção, diz respeito: 1) uma primeira demonstrada pela clara orientação para a diminuição da dimensão dos projectos a partir, sensivelmente, de 1992 e 2) uma segunda que identifica a existência de um grande projecto (com mais de 50ha) em cada década, pontuando este percurso de 100 anos. Entre estes extremos situam-se a maioria dos casos de estudo, sendo que a maior parte deles tem entre os 1ha e os 10ha e cerca de metade destes entre os 10 e os 50ha.

Verificados estes quantitativos, justifica-se observar o mesmo universo, agora, do ponto de vista da área global afecta a cada uma destes intervalos de dimensão. A partir das áreas de intervenção dos casos de estudo, verifica-se que todos os núcleos habitacionais com área inferior a 50ha - portanto 90 núcleos habitacionais - não totalizam sequer um terço da área de intervenção total do universo de análise. Os seis projectos com áreas superiores a 50ha totalizam 1452.1ha do total intervencionado de 2120,6ha. Esta análise permite, portanto, avaliar o impacto destes 6 grandes projectos.

Em termos da sua localização na cidade, podemos identificar uma distribuição dispersamente homogénea quando observados na sua globalidade. Quando se avalia a distribuição dos núcleos habitacionais até 10ha e acima desta área de intervenção, verifica-se uma maior concentração dos núcleos de maior dimensão nas zonas norte e oriental da cidade.

Uma caracterização mais aprofundada dos casos de estudo que constituem o objecto físico de análise, constitui anexo ao presente trabalho de investigação, através da construção de um ATLAS (em construção) dos projectos urbanos habitacionais de promoção pública da cidade de Lisboa: 1910|2010, à data, apresentando fichas de caracterização de uma selecção de núcleos habitacionais, entendidos como representativos da diversidade existente.

O capítulo 2, dedica-se, portanto, à caracterização do objecto físico de análise.

Através da definição e justificação do horizonte temporal e espacial do objecto físico desta análise – os projectos urbanos habitacionais de promoção pública construídos em Lisboa entre 1910 e 2010 – foi promovido um levantamento dos casos de estudo, identificando-se o primeiro caso em 1919 e o último em 2006; apesar das datas de referência para o arranque e fecho do estudo serem mais latas.

A partir da construção e análise de um conjunto de peças gráficas e de sistematização global do objecto de estudo, identificam-se 96 núcleos habitacionais, que decorrem de 123 intervenções, que se identificam como iniciais e complementares e que se constituem como casos de estudo.

A reflexão desenvolvida organiza uma leitura do todo e das partes que constituem a matéria essencial de reflexão.

Esta leitura da globalidade do universo de análise, é complementada por um conjunto de fichas dedicadas aos casos de estudo, elegendo 23 destes como representativos da diversidade existente e que se constituem como anexo desta investigação.